



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Gestão de Tomar

Andreia Filipa Silvério Bernardo

**O G-Turismo aplicado à gestão dos recursos
patrimoniais: um estudo de caso sobre o
concelho de Tomar.**

Projeto de Mestrado

Orientado por:

Professora Doutora Eunice Ferreira Ramos Lopes, Instituto Politécnico de Tomar

Coorientado por:

Professor Doutor Luís Filipe Neves Carreira dos Santos, Instituto Politécnico de Tomar

2021

Projeto apresentado ao Instituto Politécnico de Tomar
para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Mestre em Gestão

Dedicatória

Aos meus avós (Odete, Fausto, Carlos).

À minha mãe.

RESUMO

No paradigma atual da evolução dos territórios, a gestão e a interpretação dos recursos patrimoniais surge como um instrumento que sustenta a salvaguarda e a valorização da identidade de um lugar, tornando-se relevante a alavancagem destes em relação ao G-Turismo (Geoespacial-Turismo). O presente estudo, centra-se no mapeamento dos recursos patrimoniais (materiais), que integram onze freguesias que compõem o concelho de Tomar. Tem como objetivo, a elaboração de uma base de dados que, pelo seu caráter inovador, e através da gestão integrada, seja possível identificar por tipologia turística, os atrativos existentes no concelho de Tomar. O G-Turismo fundamenta-se nos SIG-Sistemas de Informação Geográfica (doravante SIG), enquanto ferramenta eficaz no planeamento e gestão integrada do território (Goodchild, 2000). Os destinos turísticos, procuram implementar estratégias inovadoras, em virtude da necessidade de agir perante a concorrência. No segmento do turismo, a inovação tem sido preponderante para apelar à atenção dos turistas, pelo que o crescimento exponencial em muito se deve à inovação, atendendo que a efetivação de programas e aplicações *android*, facilita o visitante a selecionar a oferta (Hjalager, 2002).

A revisão da literatura tem como foco a discussão de conceitos que são relevantes abordar, sendo estes alusivos ao turismo e suas vertentes, SIG e geoespacial-turismo, fundamentados com autores que se tem debruçados sobre estas áreas. Este projeto de mestrado integra um estudo de caso, onde é analisado o concelho de Tomar e respetivas onze freguesias ao nível dos recursos patrimoniais. A metodologia utilizada neste estudo engloba processos diversificados na recolha de dados, como a realização de entrevistas e questionários, assim como de trabalho de campo. A análise dos resultados, permitiu entender a viabilidade deste projeto de investigação, considerando pertinente, a implementação no concelho de Tomar desta ferramenta de mapeamento. Pois, em virtude da gestão integrada, os recursos patrimoniais existentes nos territórios passam a ter agregação de valor, tornando-os assim em atrativos turísticos, devido às suas características diferenciadoras.

Palavras-chave: G-Turismo; Património; Turismo; Território; Inovação.

ABSTRACT

In the current paradigm of the evolution of territories, the management and interpretation of assets emerges as an instrument that sustains the safeguarding and valorization of the identity of a place, making relevant the leverage of these in relation to G-Tourism (Geospatial-Turismo). The present study focuses on the mapping of heritage resources (materials), which include eleven parishes that make up the municipality of Tomar. Its objective is to develop a database that, by its innovative character, and through integrated management, is possible to identify by tourist typology, the existing attractions in the municipality of Tomar. G-Tourism is based on GIS-Geographic Information Systems (hereinafter GIS) as an effective tool in the integrated planning and management of the territory (Goodchild, 2000). The tourist destinations seek to implement innovative strategies, due to the need to act in the face of competition. In the tourism segment, innovation has been predominant to appeal to the attention of tourists, so the exponential growth is largely due to innovation, given that the implementation of android programs and *applications*, *facilitates* the visitor to select the offer (Hjalager, 2002).

The literature review focuses on the discussion of concepts that are relevant to address, these being allusive to tourism and its aspects, GIS and geospatial-tourism, based on authors who have focused on these areas. This master's project is part of a case study, where the municipality of Tomar and its eleven parishes at the level of heritage resources is analyzed. The methodology used in this study encompasses diversified processes in data collection, such as conducting interviews and questionnaires, as well as field work. The analysis of the results allowed us to understand the feasibility of this research project, considering relevant, the implementation in the municipality of Tomar of this mapping tool. Because, due to integrated management, the existing asset resources in the territories now have added value, thus making them tourist attractions, due to their differentiating characteristics.

Keywords: G-Tourism; Heritage; Tourism; Territory; Innovation.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente pretendo agradecer à professora Doutora Eunice Lopes, que como minha orientadora sempre procurou auxiliar-me, com esclarecimento de dúvidas, sugestões de melhoria inerentes aos conteúdos, apoio moral, e acima de tudo companheirismo nos dissabores que ocorreram durante o decorrer deste projeto de mestrado .De seguida, quero agradecer ao professor Doutor Luís Santos, que como meu coorientador procurou fazer-se presente, sendo também incansável no esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas, que foram surgindo no decorrer da realização deste trabalho.

Obrigada à Câmara Municipal de Tomar, na pessoa da Chefe de Divisão de Turismo e Cultura e ao posto de turismo de Tomar, por me possibilitarem a recolha de dados oportunos, para a realização deste projeto. Também agradeço às juntas de freguesia do concelho de Tomar, na pessoa dos seus presidentes, pela prontidão e disponibilidade de informação que me facultaram sempre que necessitei.

À minha família, de forma particular à minha mãe que, desde o primeiro dia me apoiou de forma incondicional, sem nunca me deixar desmoralizar em momentos de fracasso. Às minhas estrelas guias (avós) , que do céu me iluminaram, e por mim olharam, de modo particular o meu avô Fausto, pois sempre acreditou que iria conseguir, enquanto esteve comigo nesta vida terrena.

A ti melhor amigo e confidente, por me ouvires e direcionares para o bom caminho, sabes sempre o que me dizer nos momentos de fragilidade, em que o desespero é mais fecundo que a tranquilidade. Também um agradecimento especial aos meus amigos, que sempre me incentivaram a chegar ao fim desta caminhada, não nomeio nomes pois assim não me esqueço de nenhum deles, eles sabem quem são.

Ao Instituto Politécnico de Tomar, mais precisamente à Escola Superior de Gestão de Tomar que foi a instituição responsável pelo meu desenvolvimento académico. Aos docentes, funcionários e colegas de curso, que em muito contribuíram para a minha aprendizagem, tanto profissional como pessoal. Por fim, agradeço a todas as pessoas que de modo direto e indiretamente, conseguiram fazer parte integrante desta minha caminhada, fico grata de coração.

Índice

INTRODUÇÃO	7
a) Questão de investigação	8
b) Objetivos da Investigação.....	8
c) Metodologia.....	9
d) Estrutura do trabalho	11
CAPÍTULO I: RECURSOS PATRIMONIAIS E O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS	13
1.1. Enquadramento Teórico	13
1.2. A intervenção do poder local na valorização do património através do turismo	25
CAPÍTULO II: O CONTRIBUTO DO PATRIMÓNIO PARA OS TERRITÓRIOS	33
CAPÍTULO III: ESTUDO DE CASO: O G-TURISMO APLICADO À GESTÃO DOS RECURSOS PATRIMONIAIS: UM ESTUDO SOBRE O CONCELHO DE TOMAR	39
3.1. Contextualização do município	39
3.1.1. Breve contextualização histórica	41
3.1.2. Inventariação dos recursos turísticos do concelho de Tomar	46
CAPÍTULO IV: G-TURISMO E GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO	55
4.1. Aplicabilidade do G-Turismo ao turismo cultural.....	55
4.2. Modelo Concetual	60
4.3. A georreferenciação dos recursos patrimoniais em turismo.....	61
CAPÍTULO V: A IMPORTÂNCIA DO G-TURISMO NA GEORREFERENCIAÇÃO DOS RECURSOS PATRIMONIAIS: QUESTIONÁRIO À COMUNIDADE	71
5.1. Análise dos resultados	71
5.2. Síntese dos resultados obtidos	84
5.3 Considerações finais	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
ANEXOS	94
Anexo A: Inquérito por Questionário-Página de acesso.	94
Anexo B: Guião da Entrevista – Chefe da Divisão de Turismo e Cultura – CMT	96
Anexo C: Guião das Entrevistas realizadas às entidades	97
Anexo D: Classificação do Património existente no Concelho de Tomar 3. ^a fase de revisão do PDMT, disponível pela CMT, outubro de 2019.....	98

Índice de figuras

Figura 1. Classificação do património em consonância com a DGPC.....	19
Figura 2. Componentes do SIG.	22
Figura 3. Estatísticas dos visitantes (2019).	26
Figura 4. Ativos Estratégicos da ET27.....	33
Figura 5. Agregações de freguesia e respetivos recursos patrimoniais.	35
Figura 6. Freguesias do concelho e respetivos atrativos.	36
Figura 7 ^{a/b}. Enquadramento geográfico e administrativo do Concelho de Tomar.	39
Figura 8. Mapeamento no QGIS.	47
Figura 9. Mapeamento dos monumentos (QGIS).	56
Figura 10. Mapeamento das igrejas (QGIS).....	57
Figura 11. Mapeamento das capelas (QGIS).....	58
Figura 12. Mapeamento das fontes (QGIS).....	59
Figura 13. Modelo concetual aplicado ao projeto.	60
Figura 14. Concelho de Tomar (QGIS).....	62
Figura 15. Mapeamento do Património (QGIS).....	63
Figura 16. Mapeamento do Alojamento (QGIS).....	66
Figura 17. Maior oferta de alojamento (QGIS).....	67
Figura 18. Densidade de alojamentos (QGIS).....	68
Figura 19. Áreas por número de elementos patrimoniais visitáveis (QGIS).....	69

Figura 20. Área sem alojamento (QGIS).....	70
Figura 21. Métodos de divulgação dos recursos patrimoniais.	82
Figura 22. Palavras que caracterizam os recursos patrimoniais.....	83

Índice de quadros

Quadro 1. Síntese das entrevistas aos presidentes de junta do concelho de Tomar.	29
Quadro 2. Síntese da entrevista à chefe da divisão de turismo e cultura da CMT..	31
Quadro 3. Outras motivações.	78
Quadro 4. Opção "outro" motivo de conhecer.	82

Índice de gráficos

Gráfico 1. Género dos inquiridos.	72
Gráfico 2. Faixa etária da amostra populacional.	72
Gráfico 3. Habilitações literárias dos inquiridos.	73
Gráfico 4. Situação perante o emprego.....	74
Gráfico 5. Nacionalidade.	74
Gráfico 6. Concelho de residência.....	75
Gráfico 7. Recursos patrimoniais que já visitou.....	76
Gráfico 8. Principal motivação da visita.....	77
Gráfico 9. Classificação da experiência turística.....	79
Gráfico 10. Alusivo à freguesia que melhor conhece.....	80
Gráfico 11. Motivos de conhecer melhor a freguesia.....	81

Índice de tabelas

Tabela 1. Visão concetual do termo "turismo".....	14
Tabela 2. Turistas culturais-tipologia.	17
Tabela 3. Turistas culturais-tipologia.	17
Tabela 4. Monumentos nacionais mais visitados 2019.	37
Tabela 5. Recursos patrimoniais materiais da união das freguesias de Além da Ribeira e Pedreira.	48
Tabela 6. Recursos patrimoniais materiais da freguesia de Asseiceira.	48
Tabela 7. Recursos patrimoniais materiais da freguesia de Carregueiros.	49
Tabela 8. Recursos patrimoniais materiais da união das freguesias de Casais e Alviobeira.	49
Tabela 9. Recursos patrimoniais materiais da união das freguesias de Madalena e Beselga.	50
Tabela 10. Recursos patrimoniais materiais da freguesia de Olalhas.....	50
Tabela 11. Recursos patrimoniais materiais da freguesia de Paialvo.	51
Tabela 12. Recursos patrimoniais materiais da freguesia da Sabacheira.	51
Tabela 13. Recursos patrimoniais materiais da união das freguesias de Serra e Junceira.	52
Tabela 14. Recursos patrimoniais materiais da freguesia de S. Pedro de Tomar.	52
Tabela 15. Recursos patrimoniais materiais da união de freguesias de Tomar.	53

Lista de Abreviaturas e Siglas

CMT – Câmara Municipal de Tomar

DJPC – Direção Geral do Património Cultural

ET27 – Estratégia Turismo 2027

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

IIM – Imóvel de Interesse Municipal

IIN – Imóvel de Interesse Nacional

IIP – Imóvel de Interesse Público

INE – Instituto Nacional de Estatística

NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PDM – Plano Diretor Municipal

PDMT – Plano Diretor Municipal de Tomar

PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo

RATF – Reorganização Administrativa do Território das Freguesias

SIG – Sistemas de Informação Geográfica

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Introdução

O projeto “O G-Turismo aplicado à gestão dos recursos patrimoniais: um estudo de caso sobre o concelho de Tomar”, pretende apresentar-se como trabalho inovador que interliga o turismo e os recursos patrimoniais, orientado para uma gestão integrada através dos SIG-Sistemas de Informação Geográfica (doravante SIG).

Na pesquisa deste trabalho, desenvolve-se a questão G-Turismo (Geoespacial-Turismo), num contexto de gestão integrada dos recursos patrimoniais, procurando assim, a criação de uma base de dados SIG, tornando-se num elemento diferenciador, que possibilite uma diversificação da oferta e valorização do património.

A criação do G-Turismo tem como foco principal o mapeamento do território, permitindo assim, integrar os recursos patrimoniais que se podem visitar, neste caso específico no concelho de Tomar. Neste sentido, optou-se por atribuir a designação de G-Turismo, pois o conceito deriva de *Geotourism*, já utilizado por diversos autores, quando referem a geolocalização ou geoespacialização (Dowling, & Newsome, 2018: 25). O geoturismo é um nicho de mercado do turismo, que se centra no carácter geográfico de um lugar (Stokes *et al.*, 2003). É uma abordagem holística inerente ao turismo sustentável, com foco nos aspetos, que criam uma experiência de viagem autêntica aos turistas.

Este conceito, foi a primeira vez citado em 1995 pelo autor Thomas Hose, que definia o geoturismo como sendo, um conjunto de serviços que possibilita qualquer turista adquirir conhecimentos de um determinado sítio geológico e morfológico, indo mais além, que a apreciação estética.

A prática de geoturismo, é benéfica tanto para o turista, como para o visitado, na medida em que ao serem preservadas as qualidades do destino turístico, proporcionam ao turista vivências agradáveis, atendendo que abrange o meio ambiente, a comunidade ou a cultura.

A definição deste conceito, é bastante ampla, pelo facto de sustentar inúmeros pontos de vista, variando de autor para autor. Contudo, a definição mais assertiva, surge em 2002, quando a *National Geographic Society*, em conjunto com a *Travel Industry Association*, deliberou que o geoturismo é entendido como uma “modalidade de turismo que sustenta, potencia e valoriza o

caráter geográfico de um local e, suas componentes ambiental, cultural, estética e patrimonial, e também o bem-estar dos seus residentes” (Stueve, Cooks, Drew, 2002).

Nesta perspetiva, Rodrigues *et al.* (2011), afirma que o geoturismo se divide em duas instâncias, *stricto sensu* e em *lato sensu*. A primeira, é um segmento do turismo onde se verifica o usufruto sustentável, a segunda insere o património cultural, levando deste modo à agregação de valor patrimonial ao local visitado. Por conseguinte, os autores Larwood & Prosser (1998) e Buckley (2003), mencionam que o geoturismo, vai mais além do que a aquisição de novas experiências e conhecimentos inerentes à evolução da Terra. Defendem assim, que este tipo de turismo, se avança na sustentabilidade e também no desenvolvimento das comunidades.

Neste âmbito, o G-Turismo (Geoespacial-Turismo) poderá assumir um papel predominante na gestão dos recursos patrimoniais, e, por outro, evidenciar a sua aplicabilidade prática à sustentabilidade territorial, agregando-lhe valor.

a) Questão de investigação

A questão de investigação deste projeto, remete para o G-Turismo (Geoespacial-Turismo), na forma como poderá contribuir para a gestão e valorização dos recursos patrimoniais (materiais).

b) Objetivos da Investigação

O objetivo geral deste projeto de mestrado é efetivar um mapeamento de reconhecimento de todos os recursos patrimoniais existentes no concelho de Tomar. Pretende-se a criação de uma base de dados (SIG) e um portal em que seja possível identificar por tipologia, todos os recursos patrimoniais existentes, para que no âmbito da gestão integrada se possibilite uma diversificação da oferta e valorização do património.

Como objetivo específico pretende-se alcançar pelo seu caráter inovador e pela sua importância ao nível da georreferenciação dos recursos patrimoniais existentes no território, a aplicabilidade do G-Turismo à gestão integrada e valorização sustentável do território.

c) Metodologia

Este projeto, centra-se no concelho de Tomar, nomeadamente nas 11 (onze) freguesias que o compõe (Além da Ribeira e Pedreira; Asseiceira; Carregueiros; Casais e Alviobeira; Madalena e Beselga; Olalhas; Paialvo; São Pedro de Tomar; Sabacheira; Serra e Junceira; União de Freguesias de Tomar), pelo facto deste, apresentar um conjunto de recursos patrimoniais e atrativos turísticos de relevância para a gestão e promoção territorial.

Para se proceder à recolha de dados, a metodologia segue um trabalho de campo sistemático de todas as onze juntas de freguesia do concelho de Tomar, georreferenciando todos os recursos patrimoniais existentes, sustentado também por uma análise quantitativa (aplicação de inquérito por questionário) e qualitativa (realização de entrevistas), aos principais responsáveis da câmara municipal e das juntas de freguesia do concelho de Tomar. Para se perceber a viabilidade deste projeto, estruturou-se um questionário na aplicação “*googleforms*” com a finalidade de entender, qual a perspetiva que o público-alvo detém, referente aos recursos patrimoniais do concelho de Tomar.

Intitulava-se de “O G-Turismo aplicado à gestão dos recursos patrimoniais: um estudo de caso sobre o concelho de Tomar”, e foi estruturado de modo a perfazer um total de treze questões (Anexo A).

As seis questões iniciais, são referentes à caracterização dos inquiridos, da pergunta sete a onze, inclusive incidem nos atrativos turísticos e respetivas freguesias do concelho, e por fim as questões doze e treze de cariz pessoal, onde o respondente tinha oportunidade de expor a sua opinião, através de resposta aberta. Sistematizando, as questões que integravam este questionário *online* são as seguintes: na parte I-Identificação (Género; Idade; Habilitações Literárias; Situação perante o trabalho; nacionalidade. Uma questão dedicada à residência do inquirido: reside no concelho de Tomar? Se respondeu não, indique qual). Na parte II-A cidade intitulada como “Cidade Templária”, distingue-se essencialmente por deter uma vasta riqueza patrimonial. O questionário contempla uma lista em que o respondente poderia indicar todos os recursos patrimoniais que já tinha visitado no concelho de Tomar. Outra questão do questionário estava relacionada com a motivação: o que o motivou para a visita? Se outros, quais? e também uma questão relacionada com a experiência: na sua experiência turística,

classifique as seguintes opções: Acessibilidades-Sinalética-Segurança.Conservação. O inquirido tinha que da lista apresentada, indicar qual a freguesia que melhor conhece?; Qual o motivo/s para melhor conhecer esta freguesia?; Considera importante divulgar os recursos patrimoniais do concelho, como?. Por fim, o inquirido tinha a possibilidade de caracterizar os recursos patrimoniais através de duas palavras.

Todas as questões foram elaboradas em consonância com o objetivo inicial de recolher dados estatísticos, que permitissem uma amostragem populacional significativa, ou seja qualquer pessoa que não residisse no concelho, teria a possibilidade de responder.

De forma a testar o funcionamento correto do questionário, procedeu-se ao pré-teste, com o envio a um grupo reduzido de pessoas, tais como a orientadora e coorientador, familiares, amigos e colegas de mestrado. Após esse período de teste, o questionário foi facultado via *online* para acesso público, no dia 11 de novembro de 2020 e também enviado a entidades pertencentes ao concelho de Tomar. Para tal, foi criada uma *mailing list* onde se incorporou a CMT-Câmara Municipal de Tomar (doravante CMT), as onze juntas de freguesia do concelho, alojamentos locais, estabelecimentos de restauração, empresas locais, associações, escolas, docentes do Instituto Politécnico de Tomar, e movimentos paroquiais. O questionário também foi partilhado nas redes sociais, nomeadamente no Facebook e Instagram, permanecendo assim acessível até ao dia 11 de janeiro de 2021. Resultaram desta recolha um total de 292 inquiridos, com um intervalo de nível de confiança (quantidade de intervalo de confiança) superior a 90% para um universo de 42.000 habitantes, a população residente em Tomar (Raosoft, 2020).

De modo a obter dados concretos em relação ao concelho, também se elaborou um guião de entrevista para se entregar às entidades do concelho, particularmente à CMT na pessoa da chefe responsável pela divisão do turismo e cultura, assim como às juntas de freguesia que integram o concelho de Tomar. Neste seguimento, as entrevistas fundamentaram-se em dois guiões distintos (Anexo B e C), existindo um guião de entrevista dirigido à CMT e outro dirigido às diferentes juntas de freguesia, na pessoa do seu presidente. Houve a pertinência de adaptar o guião referente à CMT, pois havia necessidade de se entender alguns pormenores mais intrínsecos, nomeadamente em relação à interligação da câmara municipal e demais freguesias. O guião que se elaborou para proceder à entrevista da chefe da divisão de turismo e cultura, era composto por oito questões, as mesmas eram: (Exma. Sr.^a, quais as potencialidades turísticas

(recursos) que existem no concelho?; Quais são as estratégias da autarquia para o setor turístico? Existe um PDM-Plano Diretor Municipal (doravante PDM) para o setor?; Que responsabilidades a Câmara Municipal de Tomar, detém ao nível da preservação do património?; Existe um levantamento/inventariação de todos os recursos patrimoniais (materiais) provenientes do concelho de Tomar?; Os atrativos turísticos do concelho encontram-se identificados com tipologia turística?; Em que medida, será possível, através do património, promover o desenvolvimento local?; A construção de uma ferramenta G-Turismo(Geospacial-Turismo), contribuiria para a gestão e valorização dos recursos patrimoniais (materiais)?; Existe alguma aplicação *android*, capaz de mapear os recursos patrimoniais integrados no concelho de Tomar? Estão descritos na oferta cultural?).

Em contra partida, o guião de entrevista que se concebeu para as entrevistas de cada presidente das onze juntas de freguesia do concelho, continha sete questões, sendo estas: (Sr. Presidente, quais as potencialidades turísticas (recursos) que existem nesta junta de freguesia?; Que estruturas e infraestruturas apoiam turisticamente a freguesia?; Quais são as estratégias que a junta de freguesia, utiliza para promoção e valorização dos recursos patrimoniais?; Em que medida, será possível, através do património, promover o desenvolvimento local?; Os atrativos turísticos, intrínsecos à freguesia, encontram-se identificados com tipologia turística? Existe uma inventariação de todos os recursos (materiais)?; A construção de uma ferramenta G-Turismo(Geospacial-Turismo), contribuiria para a gestão e valorização dos recursos patrimoniais (materiais)?; Existe alguma aplicação *android*, capaz de mapear os recursos patrimoniais integrados no concelho de Tomar? Estão descritos na oferta cultural?

Para cumprimento dos objetivos deste trabalho, optou-se ainda por utilizar a Aplicação QGIS-Aplicação em Código Aberto de Sistemas de Informação Geográfica (doravante QGIS).

d) Estrutura do trabalho

Este projeto de mestrado apresenta-se estruturado com um primeiro capítulo, onde se destaca a discussão de autores relativa à temática escolhida. No segundo capítulo, é possível compreender como é que os recursos patrimoniais materiais, contribuem para o desenvolvimento local. Remete o terceiro capítulo, para a proposta de implementação do G-Turismo no concelho de

Tomar, sistematizando com a inventariação dos recursos patrimoniais existentes no concelho. O quarto capítulo, alude para a aplicabilidade do G-Turismo ao turismo cultural, onde se propõe um modelo concetual que foi o suporte da presente investigação. Também se observa o mapeamento dos atrativos turísticos executado no programa QGIS. Por fim, o quinto capítulo remete para a georreferenciação dos recursos patrimoniais em turismo, onde se faz a análise das respostas obtidas aos questionários que foram realizados à comunidade, através do *googleforms*, onde acedendo ao *link* (<https://forms.gle/tnu7mtw8JZGYX8MV9>) poderiam proceder ao seu preenchimento.

Capítulo I: Recursos patrimoniais e o desenvolvimento dos territórios

Os recursos patrimoniais são elementos que integram os territórios, e devido às suas características peculiares, conferem a agregação de valor aos locais.

Este capítulo serve para a discussão de conceitos, que são essenciais para o enquadramento do tema desta dissertação, sendo essa discussão fundamentada pela revisão bibliográfica do estado da arte.

1.1. Enquadramento Teórico

O turismo é um fenómeno difícil de definir, devido ao facto, de poder ter diversas interpretações, e não haver uma definição universalmente (Mill & Morrison, 2002), pois o carácter multidimensional, plurifacetado e complexo não facilita tal propósito.

Esta situação ocorre, visto que, a atividade turística engloba várias áreas e segmentos de atuação, sendo estes de cariz político, económico, sociocultural ou ambiental (Torres, 2007).

É a partir do século XVII que surge o conceito de turismo, com o *Grand Tour*, uma tradicional viagem realizada por jovens aristocratas pela Europa.

De acordo com Richards (1996), esta tradição tinha como finalidade um ritual de passagem educacional, contemplação e visita a importantes sítios históricos, culturais e artísticos, em cidades tais como Roma, Veneza, Florença, Milão e Paris. Cunha (2001), apresenta também um ponto de vista similar, ao referir “*aqueles que participavam nesta viagem passaram a ser conhecidos por «turistas» (tourists), e a atividade a que deram origem passou a designar-se por turismo (tourism)*” (Cunha, 2001: 15).

A primeira definição pública de turismo, acontece nos primórdios do século XX, no ano de 1910 pelo economista austríaco, Von Schulem Zu Schrattenhofen. Barreto (1995: 9), afirma que o “*turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os económicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado*”. Atualmente vários autores diferenciam dois tipos de definição de turismo, um do ponto de vista concetual, e outro mais do ponto de vista técnico (Tabela 1).

Autor	Definição
Glucksmann (1929)	“a afluência de indivíduos a um sítio onde não possuíam lugar fixo de residência” (p.13).
Boorman (1930)	“o conjunto de viagens cujo objetivo é o prazer ou que se realizam por motivos comerciais, profissionais ou outros análogos, e durante os quais a ausência de residência habitual é temporária. Não são turísticas as viagens de deslocação para o local de trabalho” (p.10).
Hunziker e Krapf (1942)	“o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal” (p.8).
Mathieson e Wall (1990)	“o movimento temporário de pessoas para destino fora dos seus locais normais de trabalho e residência, as atividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades” (p.43).
Theobald (1998)	do ponto de vista técnico, pretende-se conseguir informações para fins legislativos ou estatísticos.

Tabela 1. Visão concetual do termo "turismo".

Fonte: Elaboração própria (2020).

Também se notabiliza a definição que a OMT-Organização Mundial do Turismo (doravante OMT), divulgou, sendo esta um organismo exclusivo, das Nações Unidas e a principal agência internacional neste assunto. Descreve deste modo o turismo como, o conjunto de *“atividades realizadas pelas pessoas no decurso das suas viagens e estadas em locais distintos do seu ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo não superior a um ano, para fins de lazer, de negócios e outros não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada a partir do local visitado”* (UNWTO, 2001: 1). O turismo encontra-se num período de crescimento exponencial, quer enquanto atividade, quer como estudo académico (Xin, Tribe, & Chambers, 2013). Ainda assim, Weaver & Lawton (2006: 3) após concluírem a sua investigação, acrescentam novos temas de forma englobante, ao conceito de turismo, reforçando que *“a soma dos processos, atividades, resultados, que advêm das interações entre turistas, entre as organizações privadas, entre as organizações não-governamentais e entre os governos que os acolhem, e os governos de origem, (incluindo-se nesta definição as universidades e demais níveis de ensino), e que lidam com a área do turismo no processo de atraírem, transportarem, acolherem e gerirem turistas e outros visitantes”*. De facto, o turismo é um setor que se encontra em constante expansão, e depende de outros fatores para tal, portanto não cresce

por si só, por isso é dependente do comportamento de setores tais como económicos, tecnológicos, sociais, ambientais, gastronómicos e culturais.

É parte integrante do setor turístico várias atividades, cuja produção é característica do turismo, visto que servem os visitantes e por sua vez, verifica-se uma relação direta cliente/fornecedor (INE, 2006). Assim sendo, a definição atualmente predominante, encontra-se redigida num documento designado de “*Atualização das Recomendações sobre Estatísticas de Turismo*”, (1999), redigido pela ONU-Comissão de Estatísticas da Organização das Nações Unidas (doravante ONU). Desde os primórdios da concetualização do turismo, o motivo da deslocação de pessoas para outro local que não, o da sua residência, incidiu sobre o consumo de cultura, a prática de experiências emocionais e autênticas, e o conhecimento de outras sociedades. Considera-se que, o turismo cultural é um dos segmentos mais significativos do turismo, pois tem contribuído vigorosamente para a evolução do turismo em diversas regiões e países (Richards, 2013).

Efetivamente o turismo cultural é uma alavanca para o desenvolvimento de qualquer destino, atendendo que todos os lugares dispõem de cultura. Serra *et al.*, (2012: 44), evidencia esta dinâmica por afirmar que o desenvolvimento dos territórios passa pela “*relação que existe entre turismo e cultura que, de certa forma, contribui para o crescimento do turismo cultural*”.

A prática de turismo cultural, começou a ser reconhecida como uma classe do produto turístico no final de 1970, na sequência de investigadores de turismo, terem percebido que grande parte das pessoas, viajavam com a finalidade de conhecer a herança cultural de determinado destino turístico (McKercher & Cros, 2002).

Em 1976, o International Council of Monuments and Sites-ICOMOS, define turismo cultural como “*(...) qualquer forma de turismo para outro lugar, que envolva o visitante experimentar todos os aspetos ‘culturais’ sobre aquele lugar, os seus estilos de vida contemporâneos, comida, topografia, meio ambiente, cidades e aldeias, assim como muito dos seus locais históricos e apresentações culturais*” (Carta de Turismo Cultural-ICOMOS, 1976).

No entanto a OMT especificou ser turismo cultural “*(...) o movimento de pessoas para as atrações culturais em cidades de países diferentes do seu local de residência habitual, com a intenção de obter novas informações e experiências ou para satisfazer as suas necessidades culturais*” (European Travel Commission, 2005). Ou seja, o turismo cultural envolve a

deslocação de indivíduos, para outras regiões que não a sua de residência, e para experienciarem os usos e costumes típicos desse local. O turismo cultural consegue intervir, tal como se de um estímulo se tratasse, pretendendo assim, conservar a cultura e o passado através das formas de vivência, património histórico, língua, gastronomia e valorizando os fatores culturais dentro de uma região.

Segundo o autor Toselli (2006: 177), a prática de turismo cultural *“pode contribuir para gerar uma tomada de consciência em relação à preservação do património, tanto tangível como intangível, compreendendo que este é a herança que o distingue e o afirma individualmente”*. A herança cultural é efetivamente algo que se herda, deixado pelos progenitores, e por conseguinte, afirma a identidade de um determinado local. Sendo de cariz material ou imaterial, o legado que ficou como pertença cultural, não perde o seu valor simbólico ou histórico. Cabendo assim, a cada pessoa fazer bom uso dos recursos, preservando-os e restaurando-os sempre que se justifique, para assim persistirem as memórias históricas e culturais.

É possível constatar que, à semelhança do que acontece com o conceito de turismo, o termo turismo cultural, também apresenta uma multidisciplinaridade. Afirma-o assim, Paiva (2016: 21), quando refere que *“é difícil de concetualizar por ser conhecimento e experiência, supõe a participação ativa do individuo, o que implica a subjetividade das suas perceções e representações”*.

Devido à permanente dialética entre *“material e imaterial, antigo e moderno”* (Mallor *et al.*, 2013: 280), o termo turismo cultural é motivo de diversas definições. Pois, este termo, é sujeito a transformações, em consonância com as exigências da procura turística.

É de salientar, que o eixo do turismo cultural, vigora no modo em que os turistas interpretam o que é presenciado. Quer dizer que, *“(...) não é o que se vê, mas o como se vê, que caracteriza o turismo cultural”* (Pinsky, 2005: 7). A forma como se observa determinada coisa, não é unanime, na generalidade cada pessoa tem a sua visão, e interpretação relativamente ao que vê. Obviamente, que ao se ver determinado recurso turístico, existem diversas sensações por parte do observador, cabendo a cada um atribuir o devido valor ao que visualiza. Daí haver *“leituras”* distintas acerca da beleza cultural dos monumentos, por exemplo.

Considerando a existência de uma grande variedade de turistas culturais, as atrações que englobam o turismo cultural, são praticadas de formas divergentes.

São vários os autores, que fazem alusão aos diferentes tipos de turistas culturais. Em conformidade com os autores Ashworth & Turnbridge (1990), existem dois tipos de turistas culturais (Tabela 2).

“Turista cultural intencional”	“Turista cultural incidental”
Interessado pelas trações culturais e ostenta uma motivação cultural.	Não expressa uma motivação cultural.

Tabela 2. Turistas culturais-tipologia.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Por outro lado, Bywater (1993) defende a existência de três tipos de turistas culturais (Tabela 3).

“Culturalmente motivados”	“Culturalmente inspirados”	“Culturalmente atraídos”
São turistas interessados pelo destino turístico devido a causas ou motivos culturais, pernoitando algumas noites no local.	São influenciados por lugares de interesse cultural, por isso permanecem pequenos períodos nos destinos culturais, e também não têm motivação para regressar ao local.	São aqueles que visitam os destinos turísticos culturais, com duração de um dia, e não fazendo turismo por motivações propriamente culturais.

Tabela 3. Turistas culturais-tipologia.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Ainda assim, Richards (2004) faz distinção entre:

- 1) “Turistas abutres culturais”-abrange todos aqueles que viajam com a finalidade de consumir os tradicionais produtos culturais.
- 2) “Turistas culturais acidentais”-são aqueles que eventualmente encontram um festival ou um acontecimento cultural ao acaso.

Interpretando estes aspetos, é correto afirmar que o turismo cultural se sustenta na maneira, como o turista usufrui da cultura.

Dado que, cada sociedade possui a sua própria cultura, o turista é assim incentivado a experimentar as características peculiares destes diferentes recursos patrimoniais. Sobre este

aspecto Ivanovic (2009: 74), refere que “as culturas são distintamente diferentes em diversas sociedades. É esta a razão do turismo cultural. As pessoas são atraídas pelas diferenças e não pelas similaridades”. A conjugação entre o turismo, e a cultura harmoniza a atratividade dos destinos turísticos, visto que ambos os conceitos se relacionam, e permitem constituir um fator competitivo em relação aos destinos concorrentes (Lopes, *et al.*, 2020: 14).

Nesta linha de raciocínio também Kastenholtz et al., (2005: 3), afirma que “embora existam muitas dificuldades para alcançar uma definição consensual do turismo cultural, tanto os académicos como os responsáveis políticos concordam que a importância do turismo cultural é inegável e crescente em todo o mundo”. Neste sentido, o património no seu sentido lato, engloba o conjunto de todos os bens e heranças, que foram deixadas pelos nossos antepassados, e transmitidas às gerações futuras.

Segundo Barranha (2016), “o património é o conjunto de obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica” (Conferência Internacional sobre Conservação, 2000 cit. Barranha, 2016: 26).

Atendendo que, é a identidade o fator que torna as coisas diferentes umas das outras, com o património acontece exatamente o mesmo (Magalhães, 2005: 8). Ou seja, o património é como se fosse um “bilhete de identidade” de cada lugar. Pois ao possuir elementos patrimoniais distintos, vai evidenciar e destacar o produto turístico e realçar este perante outros já existentes. Peixoto (2006: 66), realça que “mais do que a noção de património e que a noção de identidade, o que é relevante é a análise de processos através dos quais certos bens, práticas ou objetos perdem um valor funcional na vida quotidiana para adquirirem um estatuto formal de proteção e exibição”. Construir uma identidade é de facto, um processo minucioso, porque interfere com muitos fatores, tais como a preservação, conservação, valorização, e promoção dos bens patrimoniais. Todavia salvaguardar, é fundamental para assegurar a efetividade do património, dado que só existe a atribuição de valor a determinado objeto ou bem, quando este é reconhecido como genuíno. Ou seja, por existirem características peculiares, torna-se diferente dos demais objetos ou bens, e por sua vez, causa curiosidade de procura através da sua autenticidade. Passando assim, de um mero objetivo insignificante, a um elemento patrimonial relevante, contribuindo assim para a diferenciação perante os outros recursos. Para isso, as entidades competentes nomeadamente os municípios e órgãos governamentais, terão de assegurar a

proteção do património, já que património, herança cultural e memória são inerentes (Martins, 2009: 55). A entidade internacional, competente para nomear e certificar sítios a Património da Humanidade é a UNESCO-United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization/Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (doravante UNESCO).

Foi a 16 de novembro de 1945, em Londres, na Conferência das Nações Unidas, que trinta e sete países assinam a carta que estabelece a criação da UNESCO.

De acordo com Cabral (2011), o interesse pelo património surgiu no final do século XVIII, na sequência da Revolução Francesa. O património passou a ter em consideração o que haveria de ser preservado ou não, visto que para algumas pessoas a destruição de objetos era algo conscientemente, e para outras era um ato bárbaro. É de considerar que, o património é uma conexão existente entre ideias e objetos, por isso, cada comunidade é portadora de atributos peculiares. Magalhães (2005: 8), realça que *“atualmente curiosidades tendem a relembrar e construir ou até mesmo reconstruir a identidade através da celebração de memórias”*. O património divide-se, em material ou tangível, e imaterial ou intangível, sendo que o primeiro mencionado, inclui um conjunto de imóveis, nomeadamente igrejas, mosteiros, conventos, locais históricos, edifícios e o segundo engloba as tradições e usos e costumes dos locais (Figura 1).

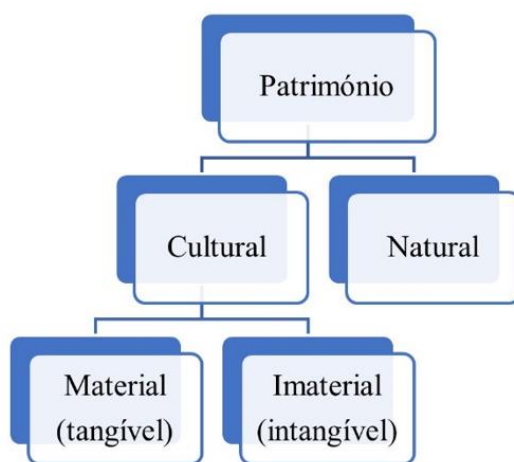


Figura 1. Classificação do património em consonância com a DGPC.

Fonte: Elaboração própria (2020).

A autenticidade das regiões ou países, está relacionada com o património, na medida em que, este transporta consigo a história dos ancestrais. Segundo a Conferência Internacional sobre Conservação (2000), *“património é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização do património é, assim, um processo relacionado com a seleção de valores”* (Melucco *et al.*, 2000: 3). Tendo em consideração que, os indivíduos de cada comunidade se identificam com o património, e por sua vez *“patrimonializam”* os vestígios presentes, acabam por fortalecerem a essência de pertença.

Neste contexto, Lowenthal (1994: 43), realça esta ideia por mencionar que *“o património destila o passado em ícones de identidade, ligando os precursores e progenitores, com os nossos próprios antecessores e com os nossos sucessores prometidos”*. A identidade é fomentada por componentes interligadas, particularmente a história, etnia, lugar, nacionalidade, crença religiosa, valores culturais e hábitos. Através da identidade, é que o ser humano se reconhece e, por conseguinte, se identifica com determinado legado. Isto porque ao atribuir um valor simbólico, a determinado objeto já existente, difunde uma sensação de pertença cultural, levando deste modo a que numa determinada região, um grupo de pessoas possa contruir uma memória cultural através da identidade. Visto, ser o património um elemento diferenciador dos destinos turísticos, é de relevância, assimilar-se que só há valorização do património, se este for reconhecido, através de um conjunto de providências, particularmente cartas e convenções. Exemplos disso são, a *“Convenção Para o Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural”* que proveio da conferência geral da ONU em 1972. Tendo a mesma, como primordial desígnio, estipular medidas para fomentar a preservação dos elementos considerados património cultural e natural conforme a Lei do Património Cultural, (Lei nº 107/2001, de 8 de setembro).

Portugal ratificou as duas Convenções da UNESCO, possuindo legislação exclusiva, para a proteção do património. Exemplo disso é a legislação existente para o património cultural, (Decreto nº 139/2009 de 15 de junho, (Cabral, 2011:22).

Em síntese, o património é construído através da tomada de consciência de uma sociedade, pois é dando valor ao passado, aos acontecimentos sucedidos e às memórias individuais e coletivas, que se atribui autenticidade aos recursos.

Primeiramente é de salientar que, o conceito de território, não detém nenhuma definição unânime, pois não há um consenso referente à sua relevância (tanto enquanto objeto de interesse científico, ou objeto de ação coletiva ou individual). Assim, é correto afirmar que o termo “território”, não é imóvel, pois ao longo dos tempos, tem vindo a deter alterações, sendo que proveniente deste, tem sido concebida investigação relevante. O território pode ser definido como uma porção de terra, que se forma no espaço geográfico ou em espaços materiais ou materiais.

É de salientar que o termo “território” começa a ser discutido, no final do século XIX por Ratzel (1882). Este autor refere, que o termo, surge com o aparecimento do estado, atendendo que remete para uma área determinada, fazendo alusão para o território do estado.

Porém, a palavra só é realmente reconhecida, nos primórdios dos anos 1980, no mundo francófono: “na produção francófona pode-se ver a entrada oficial com a edição de 1982 dos encontros Geopoint, “os territórios da vida quotidiana” (s.d.).

No dicionário de Pierre George (1993: 451), a palavra território surge com a definição: “espaço geográfico qualificado por uma afiliação legal - território nacional - ou por uma especificidade natural ou cultural (a palavra cultural aparece), território montanhoso ou território linguístico, a noção de território está associada à de fronteira”.

Segundo Ribeiro (2009: 7) “(...) criou-se uma espécie de consenso historiográfico no qual uma complexa trama deu lugar a uma simples dicotomia: uma geografia vidaliana “possibilista” centrada em torno das formas engendradas pelo homem na superação das adversidades do meio”. Interpretando a citação deste autor, conclui-se que, ainda não é possível, desincorporar o conceito de território da ocupação humana, nem da sua influência no espaço em que coabitam seres humanos e natureza. É assim importante, perceber-se as multifuncionalidades dos territórios, atendendo que são utilizados para vastas atividades produtivas, sendo uma delas o turismo.

O autor Haesbaert (1997: 40), afirma que o termo território detém um carácter polissémico, ou seja, que pode ser interpretado em vários sentidos, dependente da forma como é empregue.

Por isso, evidencia três possíveis formas de empregar esse termo, primeiramente o território no contexto político-jurídico, representado pela nação; o território num contexto mais económico, englobando classes sociais vs capital-trabalho; e por fim, o território cultural, que abarca a

apropriação simbólica ou a identificação de um espaço. De modo geral, é acertado afirmar-se que, em consonância com a literatura existente sobre o conceito de território, este pode abranger diferentes prismas. Particularmente, explanando a dimensão de limite, de conteúdo, função e processo/resultado.

Os SIG, surgem como sistemas que envolvem o tratamento computacional de dados geográficos. Tem como função a recolha, armazenamento, atualização, gestão, análise e exibição de dados espaciais. Sendo constituídos por bases de dados cartográficos, que abrangem informações inerentes ao local (onde) e informações do ícone (o quê), interligados com o software para organizar os dados. Estes sistemas possibilitam uma visualização pormenorizada, consequente das análises espaciais complexas, por meio da criação personalizada de mapas, gráficos e estatísticas (Alonso *et al.*, 2006).

O autor González (2012), elenca cinco importantes componentes intrínsecos ao SIG, que são o hardware, o software, os dados, os métodos e os usuários (Figura 2).



Figura 2. Componentes do SIG.
Fonte: Elaboração própria (2020).

Integra o *hardware*, o conjunto dos equipamentos técnicos como o computador e periféricos, fundamentais para o pleno desempenho do *software*.

Cooperam com diferentes programas tecnológicos para a aquisição e análise de dados geográficos, tais como o CAD (*Computer-Aided Design*), e o GNSS (*Global Navigation Satellite System*).

O *software*, é um conjunto de programas que permite a interação entre usuários e periféricos, tendo como objetivo, recolher, armazenar, processar e analisar dados, neste caso geográficos.

Pela sua pertinência, destaca-se o *software ArcGIS, MapInfo e Geomedia* na vertente comercial. Já na vertente de código aberto, encontramos o *QGIS, Grass e gvSIG*. Para existir a interação entre o *hardware* e o *software*, é necessário a existência de dados, de modo a permitir produzir informação.

Por sua vez, os dados são inseridos, analisados e, por conseguinte, metodologicamente tratados de acordo com a obtenção de resultados concretos que se pretendem obter. Para que todos estes componentes, funcionem sem falhas, é necessário a existência de pessoas especializadas, por isso é de grande importância os recursos humanos.

Os dados num SIG encontram-se georreferenciados, ou seja, estão localizados na superfície terrestre, e por sua vez, representados numa projeção cartográfica (Miranda, 2010). Os mesmos, são parte integrante de uma componente, de um sistema mais abrangente de gestão, análise e divulgação de informação (Julião, 2004).

A conexão entre os SIG e o turismo, tem-se desenvolvido gradualmente, nomeadamente no apoio às atividades turísticas. Contribui sobretudo para a apresentação, definição e localização dos destinos turísticos e produtos. A mesma, é pertinente, na medida em que, tanto os SIG como o turismo, detêm o território como o espaço de ação (Valles, 1999).

Em suma, é possível afirmar que os Sistemas de Informação Geográfica, possibilitam o conhecimento de alguma porção de terra, à distância de um clique, pelo facto de serem “*um poderoso conjunto de ferramentas para coleção, armazenamento, recuperação, transformação e apresentação de dados espaciais do mundo real*” (Burrough, 1986: 6).

Em síntese o turismo é entendido como o movimento de pessoas em territórios diferentes, do seu local de residência, e com duração inferior a um ano. O mesmo, também engloba todas as atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens. Estas viagens podem ser, por motivos de negócios, lazer, religião, saúde ou esporádicas.

Entende-se que, o turismo cultural surge da relação existente entre o turismo e a cultura, visto que, a principal motivação de deslocação, são as atrações culturais. A prática de turismo cultural, proporciona às pessoas usufruírem de experiências culturais, nomeadamente usos e costumes tradicionais da região que visitam.

Cada comunidade possui os seus recursos patrimoniais, um legado que contribui para a autenticidade de um território. O conceito de território, pode ser utilizado no contexto político-jurídico, económico e cultural, sendo este último usado como identificação de um local. Consequentemente, existe a associação entre turismo e território, pois a prática de turismo atribui valor a um local, que por sua vez se torna num destino turístico, porém o território é o elemento principal na composição desse destino turístico. Isto porque, o “espaço” é a região, e por sua vez, o destino turístico está incrementado num local, que devido a deter características genuínas, o emerge como motivação turística.

Neste sentido, cada destino turístico, tem de estabelecer vantagens competitivas, inerentes aos atrativos turísticos que o integram, na medida em que face à concorrência, a autenticidade das experiências turísticas proporcionadas ao visitante, seja motivo de diferenciação.

O geoturismo proporciona experiências autênticas, pelo facto de abranger o meio ambiente, comunidade e cultura. Igualmente, é um tipo de turismo que sustenta e valoriza o carácter geográfico de um lugar, visto que agrega valor e contribui para o desenvolvimento das comunidades.

1.2. A intervenção do poder local na valorização do património através do turismo

O turismo é considerado como um fator importante para o rendimento dos destinos turísticos, sendo para tal necessário a intervenção do poder local, em particular da autarquia.

Quando se faz alusão ao poder local, é vulgar associar-se a uma vertente política de governação, nomeadamente ao governo, às câmaras municipais e freguesias. Todavia, o poder local segundo Guerra (1985: 56), é “*um órgão de dispersão das contradições, recriando uma nova forma de divisão do trabalho político, gerada pela complexidade crescente das funções do aparelho central do Estado*”. As Câmaras Municipais (Autarquias ou Municípios) também assim designadas, integram o grupo de organizações que faz parte integrante da Administração Pública Local. As mesmas são constituídas por órgãos autárquicos, tendo como missão definir e, por conseguinte, proceder à execução de políticas que, contemplem a intervenção e satisfação da população. A Constituição da República Portuguesa assim o refere: “*As Autarquias Locais são pessoas coletivas públicas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a satisfação dos interesses próprios das populações respetivas*”(art.º 235, n.º 2).

A exemplo de promoção turística, de forma a satisfazer o interesse do visitante e do visitado, a Comunidade Europeia lançou no final do ano transato (2020), um projeto que tem como intuito, apostar na inovação e digitalização dentro do setor turístico. Tem incidência no desenvolvimento no desenvolvimento do turismo cultural, tendo como objetivo geral a criação de rotas culturais, históricas, gastronómicas e turísticas.

Neste contexto, o município de Tomar detém, um vasto património material e imaterial, herança proveniente dos nossos antepassados. Devido à sua riqueza histórica, anualmente é um concelho bastante visitado por turistas, de diferentes nacionalidades, prevalecendo um total de 12300 turistas estrangeiros, e um total de 4531 turistas nacionais. Estes totais, foram o resultado das estatísticas realizadas pelo Posto de Turismo de Tomar, e são referentes ao ano de 2019 (Figura 3).

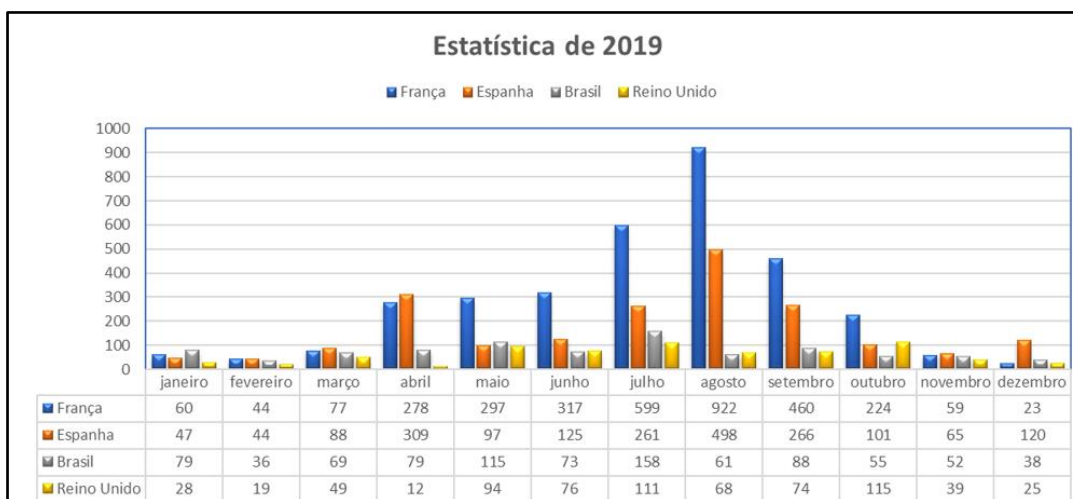


Figura 3. Estatísticas dos visitantes (2019).

Fonte: Elaboração própria (baseado nos dados do posto de turismo, Tomar, 2020).

Na consulta dos dados estatísticos verifica-se que o concelho de Tomar, tem uma procura turística acentuada entre os meses de junho a setembro (época alta).

Observa-se que os turistas, provenientes de França, têm preferência de visita entre os meses de abril a outubro. Os mesmos, têm este tipo de comportamento provavelmente porque, em abril se encontram de férias escolares; maio pelo facto de irem visitar Fátima; e em outubro por se encontrarem a gozar as férias de Todos os Santos. Havendo declínio das visitas nos meses de novembro e dezembro, pelo motivo de ser época baixa em Portugal.

Os turistas provenientes de Espanha, têm preferência de visita no mês de abril, porque em Espanha decorre a época baixa, com um índice acentuado de chuvas, então provavelmente procuram temperaturas amenas. Também visitam Portugal, para vivenciarem as celebrações da Semana Santa, sempre que a Páscoa, coincide com o mês de abril, sendo o que aconteceu em 2019.

Observa-se um pico nos meses de agosto e setembro, consistindo na procura do turismo sol e mar e também gastronómico. Optam por fazer o roteiro, Tomar-Fátima-Nazaré. Acontece um declínio nas visitas, na época baixa, nos meses de outubro a dezembro, por existir as festividades da Constituição Espanhola, e os feriados municipais.

Os turistas oriundos do Brasil, optam por visitar entre os meses de maio a julho, pois no seu país inicia-se o inverno. Também escolhem visitar nessa época, para se deslocarem até Fátima, em devoção à Nossa Senhora de Fátima.

Situação similar acontece com o Reino Unido, devido a circuitos turísticos organizados que iniciam em Lisboa com direção a Tomar-Fátima-Alcobaça-Nazaré.

Neste sentido, para cumprir-se com o primordial objetivo desta investigação, o mapeamento de reconhecimento de todos os recursos patrimoniais existentes no concelho de Tomar, limitando-se a mesma georreferenciação a atrativos turísticos materiais (monumentos, ermidas, igrejas, capelas, pelourinhos e fontes), foi realizado trabalho de campo.

Elaborou-se um guião de entrevista, para aplicar às entidades do concelho, tais como à CMT, na figura da chefe responsável pela divisão do turismo e cultura, e também às juntas de freguesia que agregam o concelho de Tomar.

Neste sentido, as entrevistas basearam-se em dois guiões distintos, sendo um aplicado à CMT, e outro às diferentes juntas de freguesia, na pessoa do seu presidente.

Elaborou-se uma síntese das respostas dos diversos intervenientes, às entrevistas de carácter exploratório, às onze juntas de freguesia do concelho de Tomar (Quadro 1) e à CMT (Quadro 2). Para melhor perceber-se a importância deste presente projeto, todas as perguntas foram previamente estruturadas, de acordo com o objetivo pretendido alcançar, sendo as questões colocadas à CMT, as seguintes: (Exma. Sr.^a, quais as potencialidades turísticas (recursos) que existem no concelho?; Quais são as estratégias da autarquia para o setor turístico? Existe um PDM para o setor?; Que responsabilidades a Câmara Municipal de Tomar, detém ao nível da preservação do património?; Existe um levantamento/inventariação de todos os recursos patrimoniais (materiais) provenientes do concelho de Tomar?; Os atrativos turísticos do concelho encontram-se identificados com tipologia turística? ; Em que medida, será possível, através do património, promover o desenvolvimento local?; A construção de uma ferramenta G-Turismo(Geospacial-Turismo), contribuiria para a gestão e valorização dos recursos patrimoniais (materiais)?; Existe alguma aplicação android, capaz de mapear os recursos patrimoniais integrados no concelho de Tomar? Estão descritos na oferta cultural?). E por conseguinte, o guião de entrevista que se concebeu para as entrevistas de cada presidente das onze juntas de freguesia do concelho, continha sete questões, sendo estas: (Sr. Presidente, quais as potencialidades turísticas (recursos) que existem nesta junta de freguesia?; Que estruturas e infraestruturas apoiam turisticamente a freguesia?; Quais são as estratégias que a junta de freguesia, utiliza para promoção e valorização dos recursos patrimoniais?; Em que medida, será

possível, através do património, promover o desenvolvimento local?; Os atrativos turísticos, intrínsecos à freguesia, encontram-se identificados com tipologia turística? Existe uma inventariação de todos os recursos (materiais)?; A construção de uma ferramenta G-Turismo(Geospacial-Turismo), contribuiria para a gestão e valorização dos recursos patrimoniais (materiais)?; Existe alguma aplicação android, capaz de mapear os recursos patrimoniais integrados no concelho de Tomar? Estão descritos na oferta cultural?. Referente às questões colocadas aos presidentes de junta, que são a pessoa responsável pelo funcionamento da freguesia, bem como a resolução de problemas e ajuda à comunidade, foram colocadas estas questões: (Sr. Presidente, quais as potencialidades turísticas (recursos) que existem nesta junta de freguesia?; Que estruturas e infraestruturas apoiam turisticamente a freguesia?; Quais são as estratégias que a junta de freguesia, utiliza para promoção e valorização dos recursos patrimoniais?; Em que medida, será possível, através do património, promover o desenvolvimento local?;Os atrativos turísticos, intrínsecos à freguesia, encontram-se identificados com tipologia turística? Existe uma inventariação de todos os recursos (materiais e imateriais)?; A construção de uma ferramenta G-Turismo(Geospacial-Turismo), contribuiria para a gestão e valorização dos recursos patrimoniais (materiais)?; Existe alguma aplicação android, capaz de mapear os recursos patrimoniais integrados no concelho de Tomar? Estão descritos na oferta cultural?. Os quadros (1 e 2) abaixo, mostram de forma resumida, as respostas primeiramente dos presidentes de junta, e depois as respostas da chefe da divisão de turismo e cultura da CMT, bem como a data da realização das entrevistas, sendo estas *online* através de videochamada no Microsoft *Teams* , e também presencial nas respetivas juntas de freguesia. Acompanha os quadros 1 e 2, também um comentário em forma de análise, às respostas obtidas nas entrevistas às entidades, permitindo evidenciar aspetos conclusivos e pertinentes, face aos objetivos propostos.

Entrevistas	Potencialidades turísticas	Infraestruturas de apoio	Estratégias de promoção	Desenvolvimento local	Identificação turística	Aplicação e mapeamento
Entrevista 1 (22/07/2020)	Convento de Cristo; museus; Roda do Mouchão; Igreja de Sr.ª Maria dos Olivais; Sinagoga; Igreja de S. Francisco; Ponte Romana.	Intercâmbios; Freguesias; CMT; Mercado das Estrelinhas.	Redes sociais; Diálogo entre visitantes.	Realização de eventos.	Não.	Uma mais valia. Não existe nenhuma.
Entrevista 2 (13/07/2020)	Cruzeiro; Capelas; Igrejas; Forca; Pelourinho; Oliveira do dilúvio; Fontenários; Santos Mártires.	Empresas locais.	Redes sociais; Termo de Paialvo.	Associativismo; Passeios de BTT; Rota dos Moinhos.	Não.	Será uma valorização para o património e territórios.
Entrevista 3 (21/07/2020)	Igreja Matriz; Capelas; Atrativos naturais; Comenda da Sabacheira.	Junta de Freguesia; Associativismo; Empresas locais.	Redes sociais; Comunicação social	Abertura de estabelecimentos.	Somente o Agroal.	Sim, atinge o maior exponencial.
Entrevista 4 (24/08/2020)	Fontes; Grutas; Turismo de natureza; Centro de interpretação; Ponte romana.	Alojamentos locais; Posto de Turismo de Tomar; Centro de interpretação da Pedreira.	Empresas locais; CMT; Redes sociais.	Atratividade ao investimento privado.	Não.	Muito interessante.
Entrevista 5 (03/08/2020)	Barragem do Castelo de Bode; Igrejas; Capelas; Quinta do Rui Salvador; Percursos pedestres; Fontes.	Plano de Ordenamento da Barragem do Castelo de Bode; Empresas locais; Operadores turísticos.	Dias abertos na junta; Festival da Juventude; Comunicação Social; Atividades de carácter religioso; Associativismo; Centro Escolar; Eventos culturais;	O património é uma base. Necessário a capacitação das pessoas.	Não.	Sim torna mais fácil a acessibilidade.
Entrevista 6 (11/08/2020)	Recursos hídricos; Trilhos pedestres.	Nenhumas.	A junta não tem recursos patrimoniais, só a sua sede.	E possível, são competências das câmaras e dos organismos estatais. As juntas não têm verbas.	Alguns sim.	Desde que seja uma ferramenta acessível e fácil de entender.
Entrevista 7 (24/11/2020)	Igreja; Capelas; Aqueduto dos Pegões; Paisagens naturais	Nada.	Festa do Divino Espírito Santo	Os Pegões têm uma potencialidade enorme, haja investimento e dedicação burocrática.	Não existe.	Sim, contribui para o desenvolvimento da região.
Entrevista 8 (03/12/2020)	Albufeira do Castelo de Bode; Capela de Santo António; Igreja Matriz da Serra; Fonte de S. Simão; Capela de S. Bartolomeu; Igreja Matriz da Junceira.	Junta de freguesia; Apoio náutico; Doze Associações.	Eventos; Site.	Óbvio que promove, todo o edificado da junta de freguesia, está a ser recuperado, com essa finalidade.	Existe identificação turística, nomeadamente nos AL.	Sim claramente, uma ferramenta excelente, para o desenvolvimento local.
Entrevista 9 (12/12/2020)	Ruínas da Igreja da Misericórdia da Asseiceira; Igreja Matriz; Convento Franciscano de Santa Cita; Albergue para peregrinos.	CMT; Caminhos de Santiago; Festa dos Tabuleiros; Feira Medieval de Asseiceira.	Feira Medieval; Albergue D. Dinis; Associação da Asseiceira; Associação da Linhaceira; Câmara municipal; Caminhos de Santiago.	Essencial para a atratividade de visitantes e obviamente para a dinamização económica local. O equilíbrio entre o Turismo e a sustentabilidade do carácter rural intrínseco a uma freguesia, tem de ser fomentado e acentuado.	Não.	Sempre importante, pela apetência cada vez maior do ser humano pelas novas tecnologias. Uma oportunidade de investimento, em parceria com os agentes locais.
Entrevista 10 (17/12/2020)	Parques de merendas; Fontes; Roteiros; Praias fluviais; Igrejas; Albufeira do Castelo de Bode.	Empresas locais; CMT; Associações.	Rota das águas; Festa Templária; Redes sociais; Festa dos Tabuleiros; Feiras dos Santos; Caminhadas; Associativismo.	Vinda dos turistas, nomeadamente para as praias fluviais e alojamentos locais.	Sim, alguns estão.	Sim seria muito eficaz.
Entrevista 11 (23/12/2020)	Casa Solar dos Loendros; Quinta Casal das Freiras; Museu Etnográfico do Caniçal; Festival "Bons Sons".	Transporte rodoviário; Transporte ferroviário; Associações; Alojamento local.	Empresas locais; Junta de freguesia;	O património, desde que existente em qualidade e quantidade, poderá ser a base de todo o desenvolvimento local.	Só os atrativos vinícolas.	Não existe nenhuma aplicação, porém é uma maneira de promoção do património, faz sentido a sua criação.

Quadro 1. Síntese das entrevistas aos presidentes de junta do concelho de Tomar.

Fonte: Elaboração própria (2020).

O quadro 1, refere de modo sucinto as respostas proferidas pelas juntas de freguesia do concelho de Tomar, tendo por base perguntas que possibilitaram compreender, a necessidade de promover o turismo patrimonial, nomeadamente o reconhecimento das potencialidades turísticas de cada freguesia.

Observa-se a existência de um vasto património, tanto natural como cultural, incidindo as respostas unanimemente para as igrejas, capelas, fontes, monumentos, praias fluviais e a albufeira da Barragem do Castelo de Bode. No que alude, a apoio que as freguesias possuem, conclui-se ser um aspeto negativo no que remete para o turismo, atendendo que não têm cooperações externas, impossibilitando muitas vezes a valorização, recuperação e conservação dos recursos turísticos. Em algumas freguesias, o que sustenta a sua promoção são as empresas locais, a CMT, associativismo e a comunidade residente. Maioritariamente, as onze freguesias utilizam como estratégia de promoção os eventos dinamizados a nível concelhio, não obstante a utilização das redes sociais (*Site*, Facebook), a imprensa local, cooperação em iniciativas dinamizadas nos concelhos limítrofes e o diálogo resultante entre visitado e visitante. Alusivo à pergunta que, refere em que medida o património pode contribuir para o desenvolvimento local, as respostas são muito próximas, do ponto de vista dos presidentes de junta de freguesia. Visto que de um modo geral, apontam ser o património o motivo de atratividade turística, captando os visitantes a consumir as tradições locais, e obtendo contributo na receita económica, permitindo aos estabelecimentos ali instalados crescerem financeiramente. De uniforme resposta, os recursos patrimoniais não se identificam referenciados com a devida tipologia turística, o que interfere com o seu reconhecimento. Só existe a identificação turística, naqueles elementos ícones emblemáticos das freguesias, todavia as mesmas mostram empenho em colmatar essa falha, estando a trabalhar em prol da colocação da sinalética turística. Por fim, relativamente à criação de uma aplicação que permita mapear os recursos patrimoniais, é da satisfação dos onze presidentes de junta, dado que não existe nenhuma similar, e também por ser uma inovação tecnológica, já que atualmente o ser humano é consumidor das novas tecnologias, até mesmo ao ponto de planear as suas viagens à distância. A implementação desta aplicação, iria agregar valor aos territórios através da promoção do património, favorecendo o desenvolvimento local pelo facto, da ferramenta ser de fácil acesso.

Entrevista	Potencialidades turísticas	Estratégias da autarquia no setor turístico	Responsabilidade de preservação	Inventariação dos recursos	Identificação turística	Desenvolvimento local	Ferramenta	Aplicação android
Entrevista (17/11/2020)	Marca templária; Convento de Cristo; Sinagoga; Turismo de natureza; Turismo industrial.	Tomar cidade templária; Afirmação da marca templária; Rede Europeia dos Templários; Promover Tomar junto do público internacional; Rede de judiarias.	Apenas o setor turístico.	Não. Somente o PDM que está em revisão.	Não.	Património só associado a outros elementos. Aspetos potenciadores por si só, não.	Tem interesse para um determinado público específico. Em geral, não teria um retorno imediato.	Concelho, não. Cidade de Tomar, sim.

Quadro 2. Síntese da entrevista à chefe da divisão de turismo e cultura da CMT.

Fonte: Elaboração própria (2020).

De acordo com a entrevista realizada à chefe da divisão de turismo e cultura da CMT, destacam-se as respostas apresentadas no quadro 2, permitindo deste modo perceber, qual seria a importância de uma aplicação de mapeamento, aplicada ao concelho de Tomar. Considerando a primeira questão, que remete para as potencialidades que o concelho detém, verifica-se que a marca templária é o foco da atratividade turística, no entender da entidade que está a reger o turismo concelhio. Porém não obstante a tal opinião, há recursos patrimoniais que atraem muitos visitantes, tais como o Aqueduto dos Pegões, a igreja de Santa Maria dos Olivais, a Mata Nacional dos Sete Montes, os festivais locais, enfim entre outros que ficam esquecidos levando assim a que as freguesias nomeadamente as rurais permaneçam responsáveis pela promoção do património. Essa foi a dificuldade unanime que se verificou perante as onze freguesias, o esquecimento da herança patrimonial, que as compõem. Seguidamente consegue-se entender que, novamente as estratégias autárquicas inerentes ao setor turístico, rodeiam os templários. De facto, é um fator que diferencia o concelho de Tomar dos demais, todavia será somente essa a motivação que leva as pessoas a visitarem o concelho? Não obstante da sua autenticidade, pessoalmente acredito que não, pois ao contrário do que foi mencionado pela entrevistada, Tomar detém outras potencialidades (igrejas, espaços verdes, caminhos pedestres, turismo náutico, turismo arqueológico) que

apelam à atratividade turística, colmatando outros destinos turísticos concorrentes. À questão que englobava perceber qual é a responsabilidade da CMT em relação à preservação do património, apreende-se que não foi de todo respondida, visto que o setor turístico é de responsabilidade camarária, e a intenção era saber como esta age em função da sua preservação e conservação. Constata-se que não existe também nenhum catálogo que cite uma inventariação dos recursos patrimoniais, visto que nem o PDM exhibe essa sistematização. No que refere à sinalética dos atrativos turísticos com a devida tipologia turística, também não existe a sua implementação, o que leva o turista a não poder usufruir da visita dos recursos patrimoniais, visto que, só o Convento de Cristo, a igreja de Santa Maria dos Olivais, as ermidas de N. Sr.^a da Conceição e de N. Sr.^a da Piedade, se encontram identificadas. À questão que citava o património como um elo para promover o desenvolvimento local, como se vê, não é muito concisa a resposta, na medida em que, no entender da entidade o património só agregado a outros fatores consegue promover o desenvolvimento local. Não é de todo errado, e são perspetivas distintas, contudo o património de cada local, por si só já é promotor do desenvolvimento, pois devido às suas características peculiares já apela à visita. Sendo o património, um legado deixado pelos nossos antepassados, já é portador de fatores diferenciadores perante outros atrativos, marcado assim pela sua autenticidade.

Por fim, às questões que incidiam sobre a criação de uma aplicação *android* capaz de mapear os recursos patrimoniais, as respostas foram bastante concisas, na medida em que o interesse pela inovação em turismo, face ao concelho não foi de todo vista com entusiasmo. Como é vago, a maioria das pessoas nos dias de hoje tem acesso às novas tecnologias, obviamente que se puderem planear a sua visita turística através da sua casa, não irão de todo negá-lo. Tal como, o público-alvo que poderia não aderir a esta inovação, provavelmente por não se entender com as novas tecnologias, possivelmente nem procura viajar em busca de conhecer novas regiões, talvez porque já apresentam uma idade avançada, refiro-me à faixa etária mais sénior. Por fim, é de lamentar que, os municípios queiram ser independentes das freguesias, todavia não nos esqueçamos que só existem cidades porque há freguesias, ou seja, as freguesias são o que caracterizam os concelhos, são o que eleva uma vila a cidade. Não se pode ver na ótica, só a cidade interessa, como a maior parte das pessoas vê, porque a cidade por si só não é nada, contrariamente ao que foi citado na última questão.

Capítulo II: O contributo do património para os territórios

A ET27-Estratégia para o Turismo 2027 (doravante ET27), pretende posicionar Portugal, como um destino turístico de excelência, e para tal, apresenta um referencial estratégico com cinco eixos de atuação, sendo um deles a valorização do património.

O turismo é um instrumento importante no desenvolvimento dos territórios, pois através da deslocação dos turistas, ocorre um crescimento positivo a nível económico, e tende a desenvolver estratégias centradas na criação de infraestruturas e equipamentos.

Esta estratégia reúne condições, para uma visão a longo prazo, de forma a impulsionar o turismo em Portugal, tendo para tal estabelecido ativos estratégicos (Figura 4).

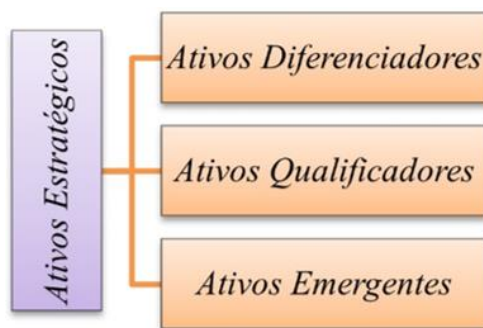


Figura 4. Ativos Estratégicos da ET27.

Fonte: Elaboração Própria (2020).

No que concerne aos ativos diferenciadores, o ET27 define-os como a âncora da oferta turística, pois os mesmos, detém características endógenas (peculiares do território/destino e reconhecidas a nível internacional), não transacionais (parte integrante de um território/destino e não sujeitas a replicação) e geradoras de fluxos (motivam à procura turística).

Em relação aos ativos qualificadores, estes têm a função de engrandecer a experiência turística, dado que agregam valor aos territórios, pelo facto de estarem alavancados aos ativos diferenciadores (exemplo: eventos artístico-culturais; gastronomia).

Por fim, os ativos emergentes são primeiramente reconhecidos a nível internacional, e portadores de elevado potencial de crescimento, podendo futuramente potenciar o efeito multiplicador do turismo (exemplo: saúde e bem-estar).

Os eixos estratégicos e linhas de atuação a incidir, para assim tornar Portugal como um destino turístico competitivo e sustentável são, a valorização dos territórios e das comunidades, impulsionar a economia, potencializar o conhecimento, conceber redes de conectividade e por último projetar Portugal. Tendo como foco principal as pessoas, são as mesmas o centro da estratégia do turismo, podendo ser os residentes, os turistas ou os profissionais.

Outra estratégia gerada pelo Governo para potenciar o turismo em Portugal através da inovação, foi a conceção do Programa Turismo 4.0. Este programa engloba diferentes etapas, tais como, a criação de uma plataforma digital de turismo (ocorrendo a promoção internacional das iniciativas portuguesas inerentes ao setor do turismo), a dinamização do ecossistema de cooperação tecnológica e empresarial (elaboração de uma plataforma/*startup* pública, em que seja possível uniformizar internacionalmente, o destino turístico Portugal), e por fim a efetuação de incentivos financeiros, nomeadamente para a capacitação e formação de cidadãos, havendo uma adaptação legal e normativa.

Qualquer região é portadora de uma vasta herança patrimonial, e tem à sua responsabilidade a preservação e salvaguarda dos atrativos turísticos. Agregar valor aos recursos patrimoniais, é um elo de atratividade turística, na medida em que cada local, tem a sua genuinidade.

Neste caso concreto, o concelho de Tomar, possui diversos imóveis classificados como património, quer pela UNESCO, quer pela DGPC-Direção Geral do Património Cultural (doravante DGPC), ou pelo município.

O ato de classificar um bem como móvel ou imóvel, alude para a importância que este detém, especialmente na atribuição de valor, intrínseco às suas peculiares características.

A UNESCO, tem a cargo designar como PM-Património Mundial (doravante PM) e/ou MN-Monumento Nacional (doravante MN), os bens patrimoniais que possuam um valor universal notável. A DGPC, concede a classificação de IIN-Imóvel de Interesse Nacional (doravante IIN), quando o imóvel apresenta um valor cultural significativo para a nação. Classifica como IIP-Imóvel de Interesse Público (doravante IIP), sempre que o imóvel é portador de um valor cultural de importância nacional. Por fim, atribui a classificação de IIM-Imóvel de Interesse Municipal (doravante IIM), sempre que o imóvel possui um valor cultural determinante para o município. As seguintes figuras 5 e 6 exibem de forma sucinta e clara, a quantidade de recursos patrimoniais que cada freguesia é detentora, tal como a sua classificação e a designação da

freguesia, salvaguardando que estas se encontram citadas por ordem alfabética, iniciando-se pelas agregações de freguesia. Os mesmos elementos patrimoniais naturais e culturais, que perfazem o concelho, encontram-se descritos no PDMT-Plano Diretor Municipal de Tomar (doravante PDMT), que está em discussão pública até dia 15 de janeiro de 2021.

A elaboração, do mesmo, assenta em quatro linhas de orientação estratégica:

- i. Dinamização económica;
- ii. Estruturação da mobilidade;
- iii. Estruturação do espaço urbano e rústico;
- iv. Valorização ambiental.

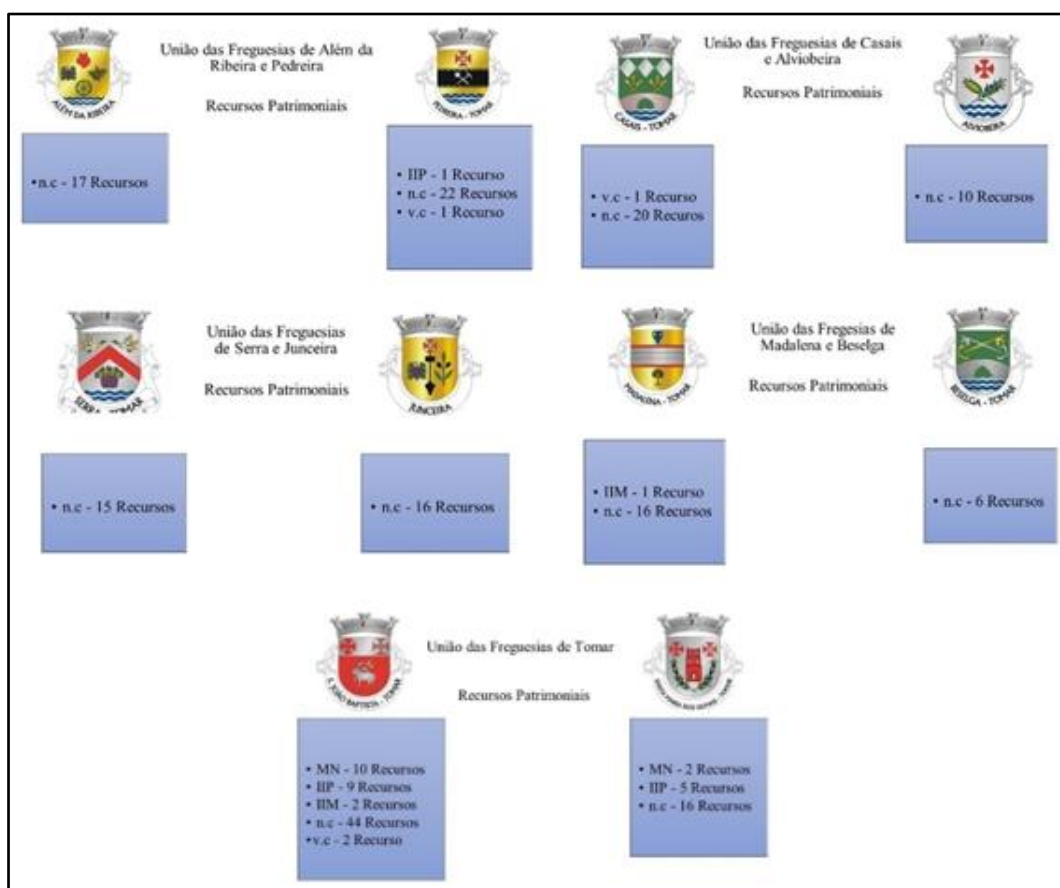


Figura 5. Agregações de freguesia e respetivos recursos patrimoniais.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Como se observa, a figura 5, traduz a inventariação do património existente nas freguesias, em que ocorreu a RAFT-Reorganização Administrativa do Território das Freguesias (doravante

RATF). Primeiramente torna-se notável citar que, os objetivos da reorganização administrativa territorial autárquica, visam promover o desenvolvimento local e coesão territorial, bem como melhorar o funcionamento dos serviços públicos que se encontram à disposição da comunidade residente. A reorganização administrativa obedecia a diversos princípios, sendo importante para a presente investigação destacar a “preservação da identidade histórica, cultural e social das comunidades locais, incluindo a manutenção da anterior denominação das freguesias agregadas, nos termos e para os efeitos previstos na presente lei” (Capítulo I-Artigo 3.º, Lei n.º 22/2012 de 30 de maio).

Verifica-se que, qualquer freguesia é portadora de recursos patrimoniais, embora nem todos estejam classificados, ou em vias de classificação. Atendendo ser o património, uma herança cultural que caracteriza uma região, denota-se que há freguesias que não detêm recursos classificados, podendo os mesmos ficarem no esquecimento. Em vias de classificação (doravante v.c), encontram-se apenas um recurso na freguesia da Pedreira (Gruta do Caldeirão), um em Casais (Sítio Arqueológico do Cabeço da Pena), e dois em S. João Baptista (Edifício da Geradora: maquinaria e acessórios; Museu da Levada), freguesia pertencente ao centro histórico da cidade de Tomar. Havendo um total de 182 recursos patrimoniais não classificados, nem em vias de classificação, pertencentes às freguesias da RAFT.



Figura 6. Freguesias do concelho e respetivos atrativos.
Fonte: Elaboração própria (2020).

A figura 6, representa os recursos patrimoniais existentes nas freguesias do concelho de Tomar, que mantiveram a sua estrutura territorial, após a RAFT. Observa-se a existência de apenas dois recursos classificados, a inexistência de recursos em vias de classificação, e por fim um total de 92 elementos não classificados.

Como se observa nas figuras 5 e 6, o concelho de Tomar, é portador de muitos atrativos turísticos de classe material, todavia muitas vezes passam a ficar no esquecimento por não serem promovidos. As autarquias são o suporte da promoção turística integrante no seu domínio, e têm a função de praticar estratégias de desenvolvimento, que assentem no turismo. Refira-se que atualmente, o Convento de Cristo é o foco da atratividade turística no concelho, sendo também a nível nacional, o quarto monumento mais visitado (Tabela 4).

	2018	2019
Mosteiro dos Jerónimos (Lisboa)	1.079.459	1.096.283
Torre de Belém (Lisboa)	450.546	427.235
Mosteiro da Batalha	407.950	416.793
Convento de Cristo (Tomar)	348.510	365.379
Palácio Nacional de Mafra	340.695	360.845
Museu Nacional dos Coches (Lisboa)	320.027	317.207
Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa)	186.189	263.650
Museu Nacional do Azulejo (Lisboa)	219.420	233.595
Mosteiro de Alcobaça	221.685	219.945
Panteão Nacional Lisboa	165.049	171.308
Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa)	153.615	150.777
Museu Nacional Machado de Castro (Lisboa)	119.082	149.626
Palácio Nacional da Ajuda (Lisboa)	106.919	114.164
Museu Monográfico de Conimbriga (Coimbra)	106.378	100.083
Museu Nacional Grão Vasco (Lisboa)	57.862	66.026
Museu do Chiado (Lisboa)	54.921	63.343
Museu Nacional Soares dos Reis (Porto)	65.914	60.163
Museu Nacional do Traje (Lisboa)	37.493	34.597
Museu Nacional do Teatro e da Dança (Lisboa)	27.225	25.246
Museu Nacional da Música (Lisboa)	16.043	17.321
Museu de Arte Popular (Lisboa)	169.476	15.744
Museu Nacional de Etnologia (Lisboa)	19.923	10.971

Tabela 4. Monumentos nacionais mais visitados 2019.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Os dados referentes ao ano de 2019, conforme se pode verificar no tabela 4, no que concerne aos monumentos que são tutelados pela DGPC, evidencia o Convento de Cristo em Tomar, sendo o quarto recurso patrimonial mais visitado, num total de vinte e dois atrativos turísticos. Verifica-se que, em relação ao ano de 2018, houve um aumento de 4,8%, de visitantes ao Convento de Cristo. Relativamente ao primeiro semestre do ano de 2020, a DGPC faz referência a uma quebra de 70% dos visitantes, comparado ao primeiro semestre do ano de 2018. Essa perda, é inerente ao impacto que a pandemia Covid-19, está a causar no setor turístico, na medida em que o Governo decretou o confinamento de março a maio, levando ao encerramento dos espaços culturais. No concelho de Tomar, foi notório os efeitos consequentes da implementação do estado de emergência, pois o Convento de Cristo é *ex-libris* da cidade, e conduz os visitantes nacionais e estrangeiros até à cidade de Tomar. Todo o turista ao visitar determinada região, pretende descobrir os usos e costumes inerentes à mesma, os recantos, as paisagens, a prática de atividades lúdicas, e a degustação da gastronomia local, ou seja, vivenciar a história e a cultura da população residente. Orientado para a vertente do desenvolvimento do território, alicerçado pelo património cultural material e imaterial de Tomar, este projeto pretende ser pioneiro nesta área, dando um contributo agregador para a região do Médio Tejo, e em particular nas 11 (onze) freguesias do concelho de Tomar: Além da Ribeira e Pedreira; Asseiceira; Carregueiros; Casais e Alviobeira; Madalena e Beselga; Olalhas; Paialvo; São Pedro de Tomar; Sabacheira; Serra e Junceira; União de Freguesias de Tomar.

Capítulo III: Estudo de Caso: O G-Turismo aplicado à gestão dos recursos patrimoniais: um estudo sobre o concelho de Tomar

Este capítulo inicia com a contextualização geográfica e administrativa do município de Tomar, por sua vez também alude para uma breve contextualização histórica, e por fim, realiza-se a inventariação dos recursos patrimoniais organizados por ordem alfabética das freguesias.

3.1. Contextualização do município

O concelho de Tomar localiza-se no distrito de Santarém (Figura 7^a), integra a região Centro NUT II-Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (doravante NUT) e está inserido na sub-região do Médio Tejo (NUT III).

Perfaz uma área de 351,2 km², onde se integram onze freguesias, desde a aprovação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que implementou a RATF.

As mesmas são: Asseiceira; Carregueiros; Olalhas; Paialvo; S. Pedro de Tomar; Sabacheira; União das Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira; União das Freguesias de Casais e Alviobeira; União das Freguesias de Madalena e Beselga; União das Freguesias de Junceira e Serra e União das Freguesias de Tomar (Figura 7^b).

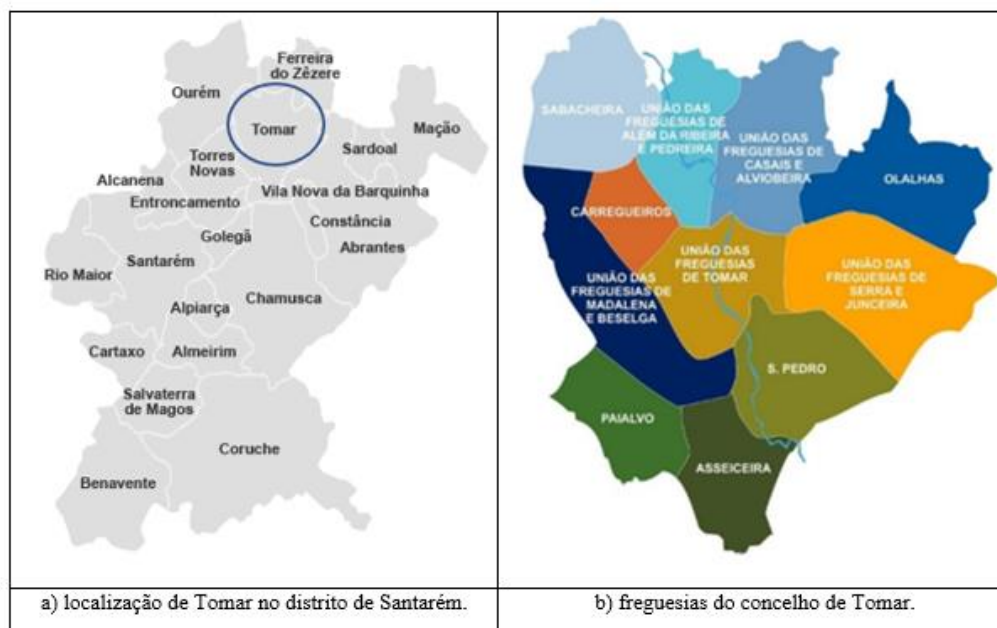


Figura 7^{a/b}. Enquadramento geográfico e administrativo do Concelho de Tomar.

Fonte: CMT.

Segundo dados extraídos do portal PORDATA, no ano de 2018, o concelho possuía 37,127 habitantes. O município faz fronteira a Nordeste com o concelho de Ferreira do Zêzere, a Este com o de Abrantes e Constância, a Sul o de Vila Nova da Barquinha, a Oeste/Sudoeste com o de Torres Novas e a Noroeste o de Ourém.

Este concelho é atravessado pelo rio Nabão, e situa-se na margem direita do rio Zêzere, que é o principal afluente do rio Tejo, inserindo-se deste modo na bacia hidrográfica do Tejo.

Relativamente a acessibilidades, o concelho de Tomar dispõe de vasta oferta rodoviária, essencialmente nós de autoestradas, itinerários complementares, estradas nacionais e diversas vias regionais e municipais.

Sendo a deslocação da parte Norte do país, circulando pela A1-autoestrada (doravante A), detém diversas saídas, em direção a Tomar, estas são:

Saída de Condeixa e de seguida, entrada na A13 prosseguindo até à saída do nó que indica “Tomar Norte”, de seguida encontra-se na EN110-estrada nacional (doravante EN), onde tem término na cidade.

Outra alternativa, é a saída da A1 em Fátima e de seguida, a entrada na IC9-itinerário complementar (doravante IC), até à saída do nó que indica Carregueiros, posto isto basta seguir a indicação “Tomar”, sendo esta última alternativa o acesso mais eficaz.

Deslocando-se da parte Sul do país, circulasse pela A1, até à saída do nó de Torres Novas do quilómetro 93, de seguida se a deslocação for do interior do país, circula na A23 até à saída do nó do Fratel, onde de seguida tem entrada no IC8, e por conseguinte entrada na A13, até chegar à saída do nó com indicação “Tomar Norte”, seguindo na estrada EN110 onde tem o término em Tomar.

O concelho de Tomar é servido por transportes públicos, nomeadamente rodoviários e ferroviários, pois possui um terminal rodoviário que permite deslocações dentro do concelho e conexão aos concelhos limítrofes, e uma estação ferroviária dos Comboios de Portugal que permite a ligação para outros locais do país, particularmente ao Entroncamento, Santarém e Lisboa.

Dentro da cidade, existe a possibilidade de usar os Transportes Urbanos de Tomar, que possuem diversas paragens pela cidade, possibilitando a visita aos recursos turísticos.

3.1.1. Breve contextualização histórica

Segundo vários vestígios arqueológicos do período paleolítico, a fixação humana no atual concelho de Tomar, remonta a pré-história. Pois, era uma região com um bom clima, águas abundantes, solos férteis e fácil comunicação fluvial.

Foi há cerca de 30.000 anos, que ocorreu essa fixação, existindo ainda hoje vestígios dessa época, tais como a Gruta do Caldeirão, a Anta do Vale da Lage e a Gruta de Nossa Senhora das Lapas, isto na união de freguesias de Além da Ribeira e Pedreira.

No ano 480 a.C., o território que hoje é conhecido como Tomar, foi ocupado pelos Túrdulos, e estes atribuíram o nome de “Nabanus” ao rio, pois interligava-se com o nome do deus das águas “Naba”, surgindo assim “Nabância”, nome do local.

Todavia, mil anos depois, chegam os muçulmanos que lhe chamaram “Tamaramá”, significando doces águas. Porém, não fica por aqui, e quatrocentos anos depois, o rio já era chamado de “Thomar” (do latim *tamarus*), aparecendo esta designação pela primeira vez no documento Crónica dos Godos.

O atual nome de “Nabão” ao rio, surge a primeira vez em documentos que remontam o ano de 1254, não se sabendo de forma coerente o porquê da mudança, pensa-se que foi os habitantes que o alteraram, pois não faria sentido a povoação se chamar Thomar e o rio também. Então decidiram dar-lhe o nome, que o mesmo deteve nos primórdios, “Nabanus”, sob a forma de “Nabão”.

Referente à resenha histórica de Tomar, sabe-se que durante o Império Romano, mais precisamente no século I d.C., foi construída neste território a cidade de *Sellium*, onde ainda é possível encontrar vestígios, tais como a ponte romana, ruínas do Fórum de *Sellium*, fragmentos escultóricos, estradas, habitações e testemunhos epigráficos (David, 1947: 36).

Em meados do século VII, os visigodos convertidos ao cristianismo dominavam a Península Ibérica, contruindo assim conventos de freiras e frades neste território.

É em meados deste mesmo século, concretamente a 20 de outubro do ano 653, que está datado o episódio lendário do martírio de Santa Iria, padroeira de Tomar.

De referir, que no ano 716, também se deu à ocupação dos árabes, num povoado existente neste território “Sellio – Namba”, onde os mesmos produziram e comercializaram produtos agrícolas,

criaram as rodas de rega, e construíram uma fortaleza, suspeita-se que seria onde atualmente está o edificado o castelo.

Como forma de contextualização histórica, é importante salientar marcos fundamentais da história de Portugal, essencialmente os intrínsecos à história de Tomar. Foi em 1126 (século XII), que se dá a chegada da Ordem dos Templários a Portugal, tendo D. Afonso Henriques incumbido o seu companheiro Gualdim Pais, Mestre dos Templários em Portugal, em comandar e defender a fronteira do Rio Tejo, existente entre os cristãos e os árabes.

Para tal fim, surge a construção e reconstrução de castelos, como instrumentos de defesa, particularmente as muralhas, neles edificadas.

D. Afonso Henriques conquista Tomar aos mouros em 1147 (século XII), da qual só restavam as ruínas da cidade romana-visigótica.

Aos Templários foi doado pelo rei o termo de Ceras (Castelo de Ceras-*Castrum Caesaris*, doado por D. Afonso Henriques aos Templários, considerando a boa posição estratégica na linha do Mondego ao Tejo), no ano de 1158 (século XII), tal território abrangia onde é agora Tomar, e outrora tinha existido diversas cidades. Após contemplar a região, Gualdim Pais ordenou a construção do castelo, nas ruínas onde noutro tempo, tinha havido um povoado moçárabe. Posto isto, vieram muitos construtores, vários artífices, a população aumentou, pois, os terrenos foram cultivados (Dias, 1999).

Foi a 1 de março do ano de 1160 (século XII), que se deu início à construção deste castelo, tendo sido quando D. Gualdim Pais, primeiro mestre da Ordem dos Templários, fundou a vila de Thomar.

O castelo, terá demorado cerca de 44 anos a ser construído, pelo facto de possuir três grandes círculos de muralhas em pedra encaixada, de modo ao inimigo não conseguir derrotá-los, assim o término terá acontecido em 1204 (século XIII).

Por D. Gualdim Pais, foi concedido duas cartas forais a Tomar, primeiramente em 1162 (século XII), e devido ao desenvolvimento que ali se presenciava, a segunda que é consequência da renovação da primeira, acontece em 1174 (século XII).

Foi dentro destas muralhas, que Tomar foi crescendo, estando os habitantes protegidos dos ataques oriundos dos exércitos muçulmanos, inerentes à Reconquista Cristã.

Devido a tal crescimento, a povoação teve de partir para a construção de habitações fora do castelo, acomodando-se na base do monte, voltadas para o rio (Fernandes, 2007).

No século XII, acontece a edificação da Igreja de Santa Maria de Tomar, servindo de sede da Ordem dos Templários no país, bem como panteão dos mestres da Ordem, denominada nos dias de hoje como Igreja de Santa Maria dos Olivais (Dias, 1999).

D. Gualdim Pais, mestre dos Templários e fundador de Thomar, morre no ano de 1195 (século XII) e foi sepultado nesta mesma igreja, onde é possível observar a lápide que identifica a presença do seu túmulo, inserido na parede, da segunda capela lateral do lado direito da igreja. Os Templários são alvo de perseguições, em 1312 (século XIV), a mando do rei de França, Felipe IV, acontecendo a extinção da Ordem dos Templários, decretada pelo papa Clemente V. O rei D. Dinis, herda todos os bens da Ordem dos Templários e constitui uma nova ordem, em 1319 (século XIV) designada de Ordem de Cristo, mudando-se para Thomar somente em 1357 (século XIV).

Infante D. Henrique, em 1420 (século XV), Infante D. Henrique é nomeado como o Governador e Administrador da Ordem de Cristo, trazendo benefícios para a o desenvolvimento da vila, atendendo que renovou o complexo do Convento de Cristo, e também desviou o percurso do rio Nabão. Deu-se o aumento significativo da dimensão territorial da vila, pelo facto de se construir uma urbanização coerente na zona da Várzea Pequena, com forma ortogonal.

Foi Infante D. Henrique, que também mandou que se procedesse à construção da Sinagoga, do Claustro da Lavagem e do Cemitério, bem como os Paços do Castelo, atendendo que estes últimos elementos se encontravam edificados dentro do castelo (Dias, 2017).

É de relevância citar, que Infante D. Henrique usou o dinheiro existente da Ordem de Cristo, para efetuar a construção de barcos, caravelas e naus portuguesas, daí estar esboçada a Cruz da Ordem de Cristo, nas suas velas.

No início do século XVI, o rei D. Manuel I reorganizou o antigo foral, e procede à expansão do Convento de Cristo, acrescentando a nave manuelina e a sala do Capítulo, onde está a janela do capítulo, ex-libris da cidade.

Ao dia 2 de abril de 1567 (século XVI), foi outorgada a Tomar a categoria de “Notável Vila”, atribuída pelo Regente do Reino, o Cardeal D. Henrique, fundamentado ter sido “Cidade Romana, corte de muitos Reis, grande população e numerosos palácios”.

Estiveram a governar Portugal, três reis espanhóis, perfazendo 60 anos, desde 1580 a 1640 (século XVI), todos tinham o nome de Filipe (Filipe I, Filipe II e Filipe III), investindo na Vila e no Convento.

Filipe I, foi aclamado Rei de Portugal nas Cortes de Tomar, em 1581 (século XVI), no Convento de Cristo.

Mandaram erguer o Aqueduto dos Pegões, restauraram a Ermida de Nossa Senhora da Piedade, construíram o Convento e a Igreja de S. Francisco, e colocaram um padrão Filipino na Várzea.

Filipe III, já no século XVII, decidiu criar uma feira de frutos secos e passa, dedicada à padroeira de Tomar, a Santa Iria, então a 3 de outubro de 1626, foi criada a Carta Real.

Texto da Carta de criação da Feira.

“Alvará de criação da Feira de Santa Iria – “Eu El-Rei o faço saber, aos que este Alvará virem, que havendo respeito ao que me apresentou por parte dos oficiais da Câmara da Vila de Tomar, hei por bem e me praz de conceder à dita Câmara que se possa fazer na dita Vila uma feira cada ano, por dia de Santa Iria, pagando-se nela os direitos de tudo o que se vender, pelo que mando ao Provedor da Comarca da dita Vila de Tomar o faça apregoar pelos lugares dela, e os mais indivíduos e pessoas a quem o conhecimento disto pertencer, não impeçam fazer-se a dita Feira, pelo dito dia e cumpra-se e guarde-se este, como nele se contém, o qual valerá posto que há-de durar mais de um ano, sem embargo da Ordenação em contrário” (Rosa, 1965).

Verifica-se nos meados do século XVII e finais do século XIX, um significativo investimento na vila de Thomar, na vertente industrial, com a instalação de fábricas, as quais a de Balas do Prado, Vidros da Matrena, de Fiação e Tecidos, de Chapéus, moagem, cerâmica, lagares de azeite e destilarias, e diversas fábricas de produção de papel.

Neste intervalo de tempo, ocorre a invasão francesa, em 1810, que acaba por destruir grande parte da riqueza artística da vila, e, por conseguinte, em 1834 acontece a extinção da Ordem de Cristo. Foi a 13 de fevereiro de 1844 (século XIX), na sequência da visita da Rainha D. Maria II, que Thomar foi elevada à categoria de Cidade, a primeira existente no distrito de Santarém. Na carta de elevação de Thomar a cidade, escrita pela Rainha, pode ler-se:

“(…) sendo a Vila uma das mais vastas e formosas deste Reino, enriquecida com várias fábricas e ornada de numerosos e belos edifícios, entre os quais se destaca, pela sua celebridade, o extinto Convento da Ordem de Cristo, possuindo além destes todos os

mais elementos para sustentar com dignidade a categoria de cidade, hei por bem e muito me agrada deferir o pedido, ordenando que a dita Vila, do dia da publicação deste Alvará em diante, fica erecta em cidade, denominando-se Cidade de Thomar”(Rosa, 1988).

No século XX, concretamente no ano 1901, a cidade é servida com energia elétrica, proveniente da central instalada no complexo dos antigos moinhos da vila. No mesmo ano, chega a Tomar o Teatro Nabantino, dando origem ao atual Cineteatro Paraíso somente em 1923. Neste século, Manuel Mendes Godinho foi um impulsionador no que remete para o crescimento económico de Tomar, pois no ano de 1912, determina a criação de um núcleo industrial, intitulado de “Platex” e cuja função era moagem, cerâmicas, alimentos para gado, extração de óleos, por sua vez, derivando na conceção de uma Casa Bancária.

Dá-se no ano de 1928, a criação do ramal de Tomar, chegando assim à cidade os caminhos de ferro. Já nos anos 50, é inaugurada a Barragem do Castelo de Bode, a maior barragem hidroelétrica do país nas cinco décadas imediatas (Santos, 2004). Nestes anos, também foi quando a Festa dos Tabuleiros foi renovada, e por sua vez, notável de uma projeção nacional e internacional. O Castelo Templário e Convento de Cristo, foi reconhecido pela UNESCO como Património Mundial em 1983. É meramente no início dos anos noventa, que se verifica o começo da recuperação e consolidação do centro histórico da cidade (Santos, 2004).

No século XXI, a cidade de Tomar inaugura algumas instituições culturais que tiveram a sua origem no século XIX, exemplo disso são as bandas Gualdim Pais, Payalvense e Nabantina. Paralelamente, neste século dá-se a reabertura do Cineteatro Paraíso, e a constituição do Núcleo de Arte Contemporânea e do grande complexo desportivo aquático.

Em forma de conclusão, depois desta caracterização histórica de Tomar, evidencio a origem do nome Tomar, atendendo não existir uma obscura origem, debruço-me sobre o autor tomarense Carlos Trincão, para efetuar a explicação.

Primeiramente surge:

Terra de Theodemarus (importante senhor visigodo)

Theodemaris

THEODEMARIS

THOMAR

TOMAR

Após a breve contextualização histórica referente à cidade de Tomar, constata-se a presença de uma vasta herança patrimonial, que os antepassados deixaram e, por conseguinte, transmitiram às gerações atuais. Para melhor percepção da existente riqueza patrimonial oriunda do concelho, realizou-se uma inventariação categorizada, de atrativos turísticos pertencentes à classe material. Integra esta sistematização, o castelo, o Convento de Cristo, o Aqueduto dos Pegões Altos, igrejas, capelas, ermidas, fontes, pelourinhos, padrões e cruzeiros, pertencentes às onze freguesias que compõem o concelho de Tomar.

3.1.2. Inventariação dos recursos turísticos do concelho de Tomar

A inventariação dos recursos patrimoniais, é uma etapa fundamental para compreender a oferta turística que o concelho dispõe.

A OMT (1978) faz distinção entre património turístico e recurso turístico, definindo o património turístico como “o conjunto potencial (conhecido ou desconhecido) dos bens materiais ou imateriais à disposição do homem e que podem utilizar-se, mediante um processo de transformação, para satisfazer as necessidades turísticas”, e por sua vez, o recurso turístico engloba “ todos os bens e serviços que, por intermédio da atividade humana, tornam possível a atividade turística e satisfazem as necessidades da procura” (OMT cit. Cunha, 2008: 25). Divulgar os recursos turísticos que fazem parte integrante de uma região, é importante, pois promove os territórios, aumentando a sua atratividade e por sua vez, tornando-os em destinos turísticos, pelo facto de serem reconhecidos pelas pessoas que já os visitaram, e teceram experiências turísticas autênticas.

Para o turismo, a inventariação dos atrativos são uma mais valia, pois através da sistematização e gestão integrada de instrumentos, torna-se mais fácil a sua procura, daí ser pertinente a criação de aplicações *android* (Figura 8) que facilitem a descoberta turística, nomeadamente que tenham a função de mapear o que é característico e autêntico de um local. A este propósito, o quadro 6 destaca a inventariação dos recursos patrimoniais materiais, que compõe as onze freguesias do concelho de Tomar, estando divididos em categorias, e pelo motivo da sua escassez patrimonial teve, de se limitar a catalogação. Encontrando-se assim sistematizadas ermidas, igrejas, capelas, fontes, pelourinhos, padrões, cruzeiros, o aqueduto, e também o castelo e o convento.

	<i>Além da Ribeira e Pedreira</i>	Coordenadas
<i>Igrejas</i> (2)	Igreja Paroquial de Além da Ribeira	39°40'48.4" N / 8°24'10.8" O
	Igreja Paroquial de Pedreira	39°38'27.4" N / 8°24'35.5" O
<i>Capelas</i> (3)	Capela de S. Lourenço	39°39'30.0" N / 8°24'15.7" O
	Capela de N. Sr.ª das Lapas	39°39'36.6" N / 8°24'51.5" O
	Capela de S. Simão	39°38'24.0" N / 8°26'16.5" O
<i>Fontes</i> (8)	Fonte da Póvoa	39°39'23.6" N / 8°24'13.2" O
	Fonte de Vale do Poço	39°41'07.7" N / 8°24'35.3" O
	Fonte de Vales	39°41'20.7" N / 8°24'26.5" O
	Fonte da Pedreira (I)	39°38'27.4" N / 8°24'35.3" O
	Fonte da Pedreira (II)	39°38'26.1" N / 8°24'23.7" O
	Fonte da Pedreira (III)	39°38'29.7" N / 8°24'34.4" O
	Fonte de S. Simão (I)	39°38'12.7" N / 8°26'17.6" O
	Fonte de S. Simão (II)	39°38'24.2" N / 8°26'16.9" O

Tabela 5. Recursos patrimoniais materiais da união das freguesias de Além da Ribeira e Pedreira.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Compõe a união das freguesias de Além da Ribeira e Pedreira, duas igrejas paroquiais, três capelas e oito fontes.

	<i>Asseiceira</i>	Coordenadas
<i>Igrejas</i> (4)	Igreja Paroquial da Asseiceira	39°31'26.8" N / 8°24'11.8" O
	Igreja de Santa Cita	39°32'17.1" N / 8°23'01.0" O
	Igreja de N.ª Sr.ª Conforto dos Aflitos	39°31'16.6" N / 8°22'51.2" O
	Igreja da Sagrada Família	39°29'25.0" N / 8°22'22.7" O
<i>Capelas</i> (3)	Capela de N. Sr.ª da Saúde	39°29'35.7" N / 8°23'05.6" O
	Capela dos Pastorinhos	39°31'03.0" N / 8°21'59.3" O
	Capela Velha da Linhaceira	39°31'11.0" N / 8°22'52.5" O
<i>Fontes</i> (14)	Fonte de Asseiceira	39°31'21.3" N / 8°24'13.9" O
	Fonte do Grou	39°30'48.0" N / 8°24'23.2" O
	Fonte da Foz do Rio	39°31'07.5" N / 8°21'36.8" O
	Fonte da Linhaceira	39°31'12.6" N / 8°22'52.4" O
	Fonte da Roda Grande	39°29'35.2" N / 8°23'05.8" O
	Fonte da Roda Pequena	39°29'33.2" N / 8°22'18.4" O
	Fonte de Sta. Cita (I)	39°32'16.1" N / 8°23'02.3" O
	Fonte de Sta. Cita (II)	39°32'13.3" N / 8°23'04.3" O
	Fonte de Sta. Cita (III)	39°32'15.5" N / 8°23'06.9" O
	Fonte de Sta. Cita (IV)	39°32'29.3" N / 8°23'16.1" O
	Fonte de Sta. Cita (V)	39°32'19.8" N / 8°23'11.1" O
	Fonte de Sto. António	39°32'29.7" N / 8°23'17.0" O
	Fonte de Vale da Fonte	39°30'39.7" N / 8°22'46.2" O
	Fonte do "Cigano"	39°31'14.9" N / 8°22'52.6" O

Tabela 6. Recursos patrimoniais materiais da freguesia de Asseiceira.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Compõe a freguesia de Asseiceira, quatro igrejas, sendo a paroquial apenas a igreja da Asseiceira, três capelas e catorze fontes.

	<i>Carregueiros</i>	<i>Coordenadas</i>
<i>Igrejas</i> (1)	Igreja Paroquial de Carregueiros	39°37'50.9" N / 8°26'48.6" O
<i>Capelas</i> (2)	Capela de Sto. Amaro	39°37'28.2" N / 8°26'29.7" O
	Capela de N. Sr.ª da Conceição	39°36'49.6" N / 8°27'06.8" O
<i>Fontes</i> (4)	Fonte de Brasões	39°36'58.0" N / 8°27'05.8" O
	Fonte de S. Miguel	39°37'44.6" N / 8°26'54.7" O
	Fonte de Carregueiros (I)	39°37'22.6" N / 8°26'29.4" O
	Fonte de Carregueiros (II)	39°37'34.1" N / 8°26'29.2" O

Tabela 7. Recursos patrimoniais materiais da freguesia de Carregueiros.
Fonte: Elaboração própria (2020).

Compõe a freguesia de Carregueiros, uma igreja paroquial, duas capelas e quatro fontes.

	<i>Casais e Alviobeira</i>	<i>Coordenadas</i>
<i>Igrejas</i> (2)	Igreja Paroquial de Casais	39°39'08.4" N / 8°22'56.6" O
	Igreja Paroquial de Alviobeira	39°40'49.7" N / 8°21'24.9" O
<i>Capelas</i> (9)	Capela de S. João Baptista	39°37'31.4" N / 8°21'56.6" O
	Capela de N. Sr.ª Mãe dos Homens	39°39'46.3" N / 8°21'17.8" O
	Capela de N. Sr.ª dos Anjos	39°40'36.4" N / 8°22'38.3" O
	Capela de N. Sr.ª dos Remédios	39°39'02.5" N / 8°20'28.9" O
	Capela de Sto. Antão	39°20'46.1" N / 9°01'00.7" O
	Capela de Sto. Isidoro	39°40'02.1" N / 8°21'06.4" O
	Capela de N. Sr.ª da Ajuda	39°41'27.9" N / 8°21'33.2" O
	Capela de Sta. Luzia	39°41'03.9" N / 8°20'14.2" O
	Capela de S. João	39°41'14.1" N / 8°22'22.5" O
<i>Fontes</i> (18)	Fonte de Algaz (I)	39°37'20.8" N / 8°22'01.4" O
	Fonte de Algaz (II)	39°37'30.4" N / 8°21'55.7" O
	Fonte de Casal Pinheiro	39°37'46.4" N / 8°22'10.4" O
	Fonte de Calvos	39°40'50.9" N / 8°22'12.2" O
	Fonte dos Casais (I)	39°38'57.3" N / 8°22'52.1" O
	Fonte dos Casais (II)	39°39'09.4" N / 8°22'45.1" O
	Fonte dos Casais (III)	39°39'06.0" N / 8°23'02.3" O
	Fonte de Assamassa	39°40'00.5" N / 8°21'07.8" O
	Fonte Padre Cruz	39°38'59.9" N / 8°21'23.7" O
	Fonte de Olas	39°38'59.9" N / 8°21'23.6" O
	Fonte de Sta. Catarina	39°38'14.2" N / 8°22'18.6" O
	Fonte da Soianda	39°39'38.1" N / 8°23'00.0" O
	Fonte da Torre	39°39'51.4" N / 8°21'16.5" O
	Fonte da Venda Nova (I)	39°39'45.8" N / 8°21'17.8" O
	Fonte da Venda Nova (II)	39°38'21.6" N / 8°22'40.5" O
	Fonte de Ceras (I)	39°41'49.6" N / 8°21'32.3" O
	Fonte de Ceras (II)	39°41'27.5" N / 8°21'33.1" O
	Fonte da Dejusta	39°39'05.9" N / 8°20'32.9" O

Tabela 8. Recursos patrimoniais materiais da união das freguesias de Casais e Alviobeira.
Fonte: Elaboração própria (2020).

Compõe a união das freguesias de Casais e Alviobeira, duas igrejas paroquiais, nove capelas e dezoito fontes.

	<i>Madalena e Beselga</i>	<i>Coordenadas</i>
<i>Igrejas</i> (3)	Igreja Paroquial da Madalena	39°34'14.9" N / 8°26'46.6" O
	Igreja de S. Sebastião	39°35'10.4" N / 8°27'10.7" O
	Igreja de S. Silvestre da Beselga	39°35'45.4" N / 8°28'58.8" O
<i>Capelas</i> (5)	Capela de Sta. Margarida	39°35'23.3" N / 8°28'19.3" O
	Capela de N. Sr. ^a da Saúde	39°35'56.6" N / 8°28'04.6" O
	Capela de Sta. Marta	39°33'27.3" N / 8°26'21.1" O
	Capela de Sto. António	39°37'13.3" N / 8°28'37.7" O
	Capela de Sta. Ana	39°38'09.0" N / 8°29'13.7" O
<i>Fontes</i> (7)	Fonte de Cem Soldos	39°35'11.1" N / 8°27'08.7" O
	Fonte do Marmeleiro	39°33'22.4" N / 8°26'26.1" O
	Fonte de Paço da Comenda	39°35'12.2" N / 8°28'31.2" O
	Fonte de Porto da Lage	39°34'54.1" N / 8°28'26.1" O
	Fonte da Carregueira	39°38'11.6" N / 8°29'15.1" O
	Fonte da Longra	39°36'43.7" N / 8°28'13.6" O
	Fonte Marechal Carmona	39°36'58.4" N / 8°28'25.0" O

Tabela 9. Recursos patrimoniais materiais da união das freguesias de Madalena e Beselga.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Compõe a união das freguesias de Madalena e Beselga, três igrejas paroquiais, cinco capelas e sete fontes.

	<i>Olalhas</i>	<i>Coordenadas</i>
<i>Igrejas</i> (2)	Igreja Paroquial das Olalhas	39°38'06.6" N / 8°17'42.6" O
	Igreja de Santo António	39°37'45.5" N / 8°16'35.6" O
<i>Capelas</i> (7)	Capela de N. Sr. ^a da Saúde	39°37'53.3" N / 8°16'37.5" O
	Capela de Sta. Luzia	39°38'09.8" N / 8°17'43.6" O
	Capela de Sta. Sofia	39°38'09.6" N / 8°15'54.2" O
	Capela de N. Sr. ^a da Purificação	39°39'09.9" N / 8°15'16.0" O
	Capela de N. Sr. ^a da Penha	39°38'26.8" N / 8°20'11.6" O
	Capela de S. José	39°37'31.3" N / 8°18'25.2" O
	Capela de S. João Baptista	39°38'09.0" N / 8°18'24.8" O
Capela de S. Pedro	39°38'53.5" N / 8°17'29.3" O	
<i>Ermidas</i> (1)	Ermida de N. Sr. ^a da Piedade	39°39'46.6" N / 8°18'13.2" O
<i>Fontes</i> (11)	Fonte de S. Luis	39°37'31.3" N / 8°18'25.4" O
	Fonte de S. Sebastião	39°37'22.3" N / 8°18'13.7" O
	Fonte do Carqueijal	39°37'31.1" N / 8°18'25.3" O
	Fonte de Cepos	39°38'09.4" N / 8°18'24.8" O
	Fonte das Olalhas (I)	39°38'07.5" N / 8°17'42.6" O
	Fonte das Olalhas (II)	39°38'10.1" N / 8°17'44.2" O
	Fonte de S. Filipe	39°38'12.5" N / 8°20'40.6" O
	Fonte de Vendas do Rijo	39°38'14.9" N / 8°18'08.7" O
	Fonte de Alqueidão I	39°37'42.6" N / 8°16'35.2" O
	Fonte de Alqueidão II	39°37'53.6" N / 8°16'37.6" O
	Fonte da Vialonga	39°38'53.3" N / 8°17'29.8" O

Tabela 10. Recursos patrimoniais materiais da freguesia de Olalhas.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Compõe a da freguesia de Olalhas, duas igrejas, sete capelas, uma ermida e onze fontes.

	<i>Paialvo</i>	<i>Coordenadas</i>
<i>Igrejas</i> (1)	Igreja Paroquial de Carrazede	39°32'10.9" N / 8°27'40.4" O
<i>Capelas</i> (6)	Capela de Sta. Luzia	39°31'30.2" N / 8°26'37.9" O
	Capela de S. Sebastião	39°32'10.3" N / 8°26'30.4" O
	Capela de N. Sr. ^a da Luz	39°31'31.8" N / 8°25'35.3" O
	Capela de N. Sr. ^a da Purificação	39°33'47.8" N / 8°27'58.2" O
	Capela de Sta. Catarina	39°32'48.2" N / 8°27'07.7" O
	Capela de S. Brás	39°32'31.1" N / 8°28'17.2" O
<i>Fontes</i> (14)	Fonte da Bica	39°33'51.1" N / 8°27'57.2" O
	Fonte da Chameca da Peralva (I)	39°31'30.0" N / 8°25'29.7" O
	Fonte da Chameca da Peralva (II)	39°31'31.0" N / 8°25'42.3" O
	Fonte de Cima	39°32'58.9" N / 8°27'11.6" O
	Fonte das Curvaceiras (I)	39°32'09.7" N / 8°26'30.4" O
	Fonte das Curvaceiras (II)	39°32'16.8" N / 8°26'51.6" O
	Fonte da Delongo	39°32'58.9" N / 8°27'11.6" O
	Fonte de N. Sr. ^a da Conceição	39°32'13.2" N / 8°27'37.1" O
	Fonte de Paialvo (I)	39°33'46.4" N / 8°28'04.7" O
	Fonte de Paialvo (II)	39°33'48.4" N / 8°27'58.6" O
	Fonte da Peralva (I)	39°31'37.0" N / 8°26'51.1" O
	Fonte da Peralva (II)	39°31'38.9" N / 8°26'52.2" O
	Fonte da Peralva (III)	39°31'33.1" N / 8°26'39.7" O
	Fonte de Vila Nova	39°32'30.1" N / 8°28'14.8" O
<i>Pelourinhos</i> (1) <i>Cruzeiros</i> (1)	Pelourinho de Paialvo	39°33'46.6" N / 8°28'05.0" O
	Cruzeiro de Paialvo	39°33'48.3" N / 8°27'58.6" O

Tabela 11. Recursos patrimoniais materiais da freguesia de Paialvo.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Compõe a da freguesia de Paialvo, uma igreja paroquial, seis capelas, catorze fontes, um pelourinho e um cruzeiro.

	<i>Sabacheira</i>	<i>Coordenadas</i>
<i>Igrejas</i> (1)	Igreja Paroquial de Sabacheira	39°40'39.8" N / 8°28'57.0" O
<i>Capelas</i> (5)	Capela de Sto. António	39°40'46.7" N / 8°28'26.6" O
	Capela de Sta. Marta	39°40'17.0" N / 8°29'56.9" O
	Capela de N. Sr. ^a dos Remédios	39°42'11.2" N / 8°27'56.4" O
	Capela de N. Sr. ^a da Piedade	39°39'46.8" N / 8°28'45.2" O
	Capela de N. Ser. ^a de Fátima	39°39'27.3" N / 8°30'07.4" O
<i>Fontes</i> (3)	Fonte da Estação de Fátima	39°39'15.0" N / 8°29'36.7" O
	Fonte da Serra do Meio	39°39'55.9" N / 8°28'54.9" O
	Fonte das Serras	39°39'27.1" N / 8°28'48.1" O

Tabela 12. Recursos patrimoniais materiais da freguesia da Sabacheira.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Compõe a da freguesia da Sabacheira, uma igreja paroquial, cinco capelas, e três fontes.

	<i>Serra e Junceira</i>	Coordenadas
Igrejas (2)	Igreja Paroquial da Serra	39°35'59.9"N / 8°18'04.3" O
	Igreja Paroquial da Junceira	39°36'33.0"N / 8°19'60.0" O
Capelas (8)	Capela de Sta. Luzia	39°36'30.4"N / 8°17'26.0" O
	Capela de N. Sr.ª da Conceição	39°35'30.0"N / 8°18'58.9" O
	Capela de Sto. Amaro e Sto. André	39°35'30.0"N / 8°18'20.4" O
	Capela de N. Sr.ª da Assunção	39°35'43.8"N / 8°16'29.2" O
	Capela de S. Bartolomeu	39°37'19.2"N / 8°18'47.9" O
	Capela de S. Simão	39°37'25.3"N / 8°20'00.2" O
	Capela do Espírito Santo	39°37'43.9"N / 8°19'05.0" O
	Capela do Espírito Santo e de N.ª. Sr.ª da Assunção	39°35'47.3"N / 8°20'55.9" O
Fontes (27)	Fonte de Sta. Luzia	39°36'25.7"N / 8°17'17.2" O
	Fonte de Sto. António	39°35'37.2"N / 8°18'55.0" O
	Fonte do Castelo Novo (I)	39°35'28.3"N / 8°18'54.2" O
	Fonte do Castelo Novo (II)	39°35'27.8"N / 8°18'57.1" O
	Fonte da Paixinha	39°36'13.9"N / 8°20'55.4" O
	Fonte da Junceira	39°36'32.8"N / 8°20'05.7" O
	Fonte D. João (I)	39°37'27.0"N / 8°19'54.8" O
	Fonte D. João (II)	39°37'24.7"N / 8°20'00.3" O
	Fonte da Junceira (I)	39°36'32.8"N / 8°20'05.6" O
	Fonte da Junceira (II)	39°35'26.0"N / 8°21'11.8" O
	Fonte dos Vales	39°36'19.8"N / 8°20'50.0" O
	Fonte de Monte Novo	39°36'10.5"N / 8°19'36.0" O
	Fonte do Outeiro das Barreiras	39°36'15.1"N / 8°17'28.4" O
	Fonte do Poço Redondo	39°37'43.8"N / 8°19'05.8" O
	Fonte do Carril	39°35'43.7"N / 8°20'58.3" O
	Fonte do Serrano Espanhol	39°36'03.8"N / 8°20'56.2" O
	Fonte de S. Mateus	39°35'27.2"N / 8°21'10.5" O
	Fonte de N.ª. Sr.ª da Conceição	39°35'27.4"N / 8°21'06.0" O
	Fonte da Serra	39°35'29.4"N / 8°20'53.2" O
	Fonte da Sagrada Família	39°35'59.1"N / 8°20'54.3" O
	Fonte de S. João	39°35'49.4"N / 8°19'27.6" O
	Fonte do Anjo da Guarda	39°34'58.2"N / 8°19'38.8" O
	Fonte de S. Domingues	39°37'11.3"N / 8°19'57.5" O
	Fonte da Associação	39°37'35.9"N / 8°19'09.9" O
	Fonte do Coreto	39°37'43.4"N / 8°19'04.0" O
	Fonte dos Carreiros	39°37'45.4"N / 8°19'14.5" O
	Fonte do Chão das Maías	39°37'20.2"N / 8°18'55.1" O

Tabela 13. Recursos patrimoniais materiais da união das freguesias de Serra e Junceira.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Compõe a união de freguesias da Serra e Junceira, duas igrejas paroquiais, oito capelas e vinte e sete fontes.

	<i>São Pedro de Tomar</i>	Coordenadas
Igrejas (1)	Igreja Paroquial de S. Pedro	39°33'53.3"N / 8°21'36.7" O
Capelas (4)	Capela de S. José	39°32'24.8"N / 8°22'03.0" O
	Capela de N. Sr.ª da Conceição	39°35'09.4"N / 8°22'43.1" O
	Capela de N. Sr.ª da Piedade	39°32'52.8"N / 8°22'43.1" O
	Capela de Sto. António	39°34'21.4"N / 8°20'57.9" O
Fontes (14)	Fonte de S. Pedro (I)	39°33'57.0"N / 8°21'38.8" O
	Fonte de S. Pedro (II)	39°33'54.1"N / 8°21'37.6" O
	Fonte da Bica	39°33'18.0"N / 8°19'16.6" O
	Fonte de S. José	39°35'09.2"N / 8°22'44.3" O
	Fonte de Vale Florido	39°34'04.7"N / 8°22'54.9" O
	Fonte de Vermoeiros	39°33'48.7"N / 8°22'03.3" O
	Fonte do Valinho	39°33'24.2"N / 8°19'02.1" O
	Fonte de Sto. António	39°34'19.0"N / 8°21'09.8" O
	Fonte do Lugar da Estrada	39°34'07.8"N / 8°20'45.3" O
	Fonte das Ervideiras	39°34'05.4"N / 8°22'46.5" O
	Fonte Velha da Venda	39°32'23.1"N / 8°22'09.0" O
	Fonte da Portela	39°32'23.1"N / 8°22'09.0" O
	Fonte do Poço do Velho	39°34'58.8"N / 8°22'22.6" O
	Fonte da Bairrada	39°34'29.7"N / 8°21'45.9" O

Tabela 14. Recursos patrimoniais materiais da freguesia de S. Pedro de Tomar.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Compõe a da freguesia de S. Pedro de Tomar, uma igreja paroquial, quadro capelas e catorze fontes.

	<i>União das Freguesias de Tomar</i>	<i>Coordenadas</i>
<i>Castelos (1)</i>	Castelo dos Templários	39°36'12.50" N / 8°25'03.47" O
<i>Convento(1)</i>	Convento de Cristo	39°36'12.69" N / 8°25'8.59" O
<i>Igrejas (4)</i>	Igreja de S. João Baptista	39°36'13.2" N / 8°24'52.4" O
	Igreja de N. Sr.ª da Graça	39°36'07.4" N / 8°24'50.6" O
	Igreja de S. Francisco	39°36'01.1" N / 8°24'51.7" O
	Igreja de Sta. Maria dos Olivais	39°36'05.3" N / 8°24'27.4" O
<i>Capelas (8)</i>	Capela de S. Gregório	39°36'25.4" N / 8°24'54.1" O
	Capela de S. Lourenço	39°35'31.8" N / 8°24'20.5" O
	Capela de N. Sr.ª de Fátima	39°34'27.8" N / 8°23'40.2" O
	Capela de Cabeças	39°34'36.5" N / 8°24'42.5" O
	Capela de Sta. Iria	39°36'16.9" N / 8°24'36.7" O
	Capela de Sto. António	39°36'29.8" N / 8°24'24.5" O
	Capela dos Carvalheiros	39°36'50.9" N / 8°22'56.3" O
	Capela de Sta. Marta	39°35'40.4" N / 8°23'05.8" O
<i>Ermidas (2)</i>	Ermida de N. Sr.ª da Conceição	39°36'20.4" N / 8°25'00.9" O
	Ermida de N. Sr.ª da Piedade	39°36'37.4" N / 8°24'55.7" O
<i>Aqueduto(1) Fontes (15)</i>	Aqueduto dos Pegões Altos	39°36'28.5" N / 8°26'16.8" O
	Fonte do Carrascal	39°37'23.5" N / 8°23'20.7" O
	Fonte de Mamelais de Baixo (I)	39°35'42.3" N / 8°24'13.4" O
	Fonte de Mamelais de Baixo (II)	39°35'34.2" N / 8°24'06.3" O
	Fonte de Mamelais de Cima	39°35'38.8" N / 8°23'53.2" O
	Fonte de Sta. Cruz	39°36'51.1" N / 8°22'59.1" O
	Fonte de Sto. António	39°36'44.3" N / 8°22'13.8" O
	Fonte de Valdonas	39°35'43.6" N / 8°22'20.8" O
	Fonte Quinta Nova de Sta. Cruz	39°36'06.0" N / 8°22'58.3" O
	Fonte da Estação	39°35'56.4" N / 8°24'47.9" O
	Fonte da Mata	39°36'05.0" N / 8°24'59.4" O
	Fonte da Prata	39°36'08.5" N / 8°24'43.7" O
	Fonte dos Namorados	39°35'51.6" N / 8°25'04.7" O
	Fonte de S. Gregório	39°36'24.2" N / 8°24'54.2" O
	Fonte de S. Lourenço	39°35'30.4" N / 8°24'22.1" O
Fonte Pinhal de Sta. Bárbara	39°35'55.6" N / 8°24'54.5" O	
<i>Pelourinho (1) Padrões (2) Cruzeiro (1)</i>	Pelourinho de Tomar	39°36'21.1" N / 8°24'54.9" O
	Padrão de D. João I	39°35'32.4" N / 8°24'20.1" O
	Padrão de D. Sebastião	39°35'42.3" N / 8°24'28.3" O
	Cruzeiro da Várzea Grande	39°36'01.1" N / 8°24'47.8" O

Tabela 15. Recursos patrimoniais materiais da união de freguesias de Tomar.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Compõem a união de freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais), um castelo, um convento, quatro igrejas sendo que paroquias são a igreja de São João Baptista e de Santa Maria dos Olivais, oito capelas, duas ermidas, um aqueduto, quinze fontes, um pelourinho, dois padrões e um cruzeiro.

Em jeito de síntese, após o levantamento geral dos atrativos turísticos pertencentes às onze freguesias do concelho de Tomar, concluiu-se que os resultados intrínsecos aos recursos patrimoniais materiais, são um total de vinte e três igrejas, sessenta capelas, cento e trinta e

cinco fontes, três ermidas, dois padrões, dois pelourinhos, um cruzeiro, um aqueduto, um castelo e por fim o Convento de Cristo.

Em análise aos tabelas acima elaboradas, verifica-se que o concelho de Tomar é detentor de uma rica e vasta herança cultural, contando assim com duzentos e vinte e nove, elementos patrimoniais de classe material. Faz parte integrante desta inventariação, somente, os recursos que se encontram descritos no PDM, com boa acessibilidade para serem visitados, e também que sejam importantes no que remete para o património material, não desvalorizando todos os outros restantes. Devido à sua escassez, foi delimitada esta investigação, apenas e só aos atrativos que estejam classificados como património material.

Capítulo IV: G-Turismo e gestão integrada do território

O geoturismo fundamenta-se na combinação de atributos naturais e culturais adequadamente identificados e georreferenciados, permitindo em cada local haver a diferenciação, através da existência de características particulares. Por outro lado, a gestão integrada do território carece deste tipo de informação, que em associação de complementaridade pode conferir um mutualismo de soluções para o desenvolvimento territorial e turístico.

Neste capítulo aborda-se a aplicabilidade do G-Turismo ao turismo cultural, que através do modelo concetual que se apresenta, é possível realizar a georreferenciação em turismo dos recursos patrimoniais.

4.1. Aplicabilidade do G-Turismo ao turismo cultural

O G-Turismo (Goespacial-Turismo), foi o nome que se atribuiu neste projeto, à estratégia de mapeamento utilizada para proceder à recolha de mapas onde estão assinalados os recursos patrimoniais (materiais) intrínsecos às onze freguesias que fazem parte do concelho de Tomar. Esta designação surge do conceito já existente “*GeoTourism*”, que neste trabalho pretende ser uma base de dados que possibilita aceder aos mapas, que indicam onde está localizado o recursos turístico, podendo no futuro ser transformado numa ferramenta de pesquisa, influenciadora da escolha turística no concelho de Tomar. Pela vasta oferta patrimonial existente no concelho de Tomar, para este teste, limitou-se o mapeamento somente a monumentos, igrejas, capelas e fontes. Para mais fácil visualização de cada uma das tipologias de elementos patrimoniais, optou-se por se elaborar mapas individuais de cada variável. A figura 9, mostra a variável “monumentos”.

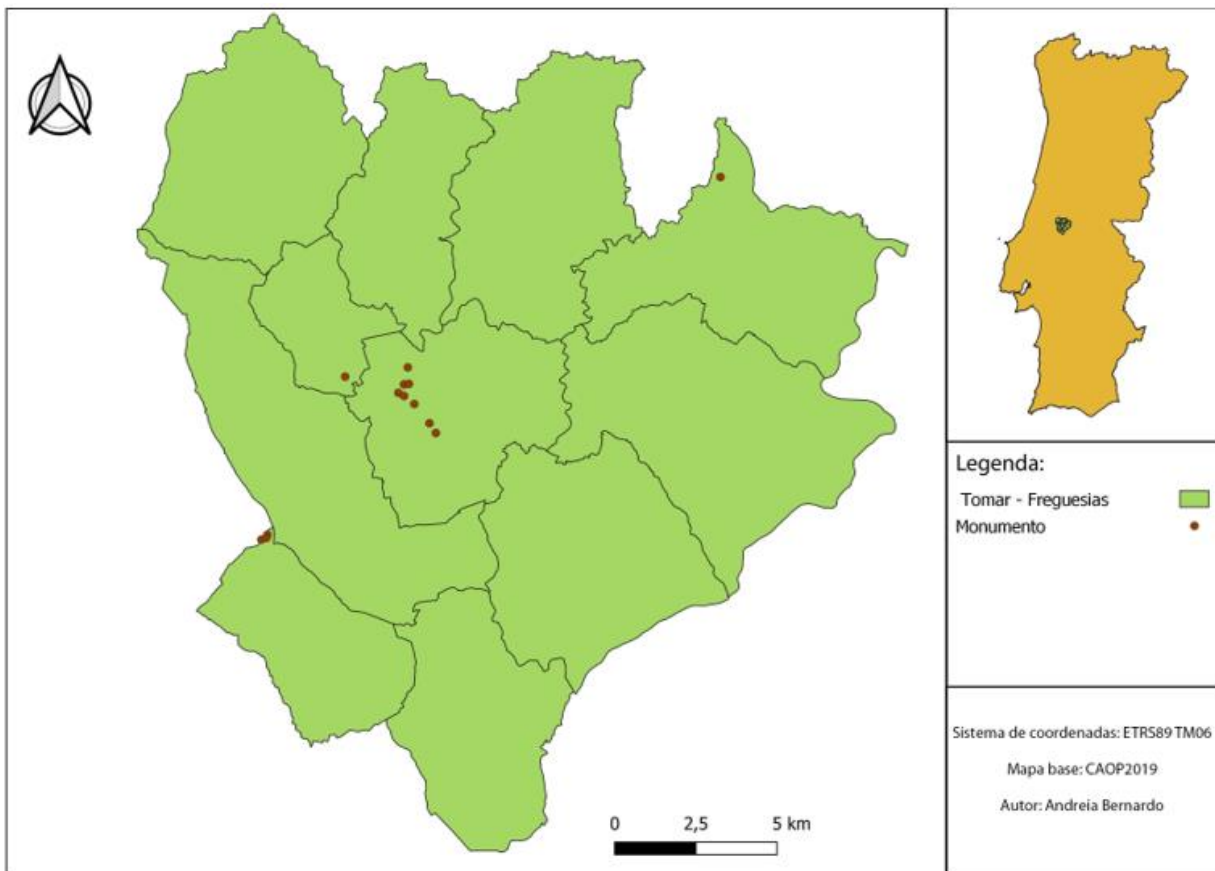


Figura 9. Mapeamento dos monumentos (QGIS).

Fonte: Elaboração própria (2021).

Os monumentos que integram esta variável, são todos aqueles atrativos turísticos que constam no PDMT, nomeadamente o Convento de Cristo, Castelo dos Templários, Aqueduto dos Pegões Altos, Ermida de N. Sr.^a da Conceição, Ermida de N. Sr.^a da Piedade, Ermida do Vale da Idanha, Pelourinho de Tomar, Pelourinho de Paialvo, Cruzeiro da Várzea Grande, Cruzeiro de Paialvo, Padrão de D. João I e Padrão de D. Sebastião. A figura 10, mostra o mapeamento de todas as igrejas que o concelho de Tomar detém.

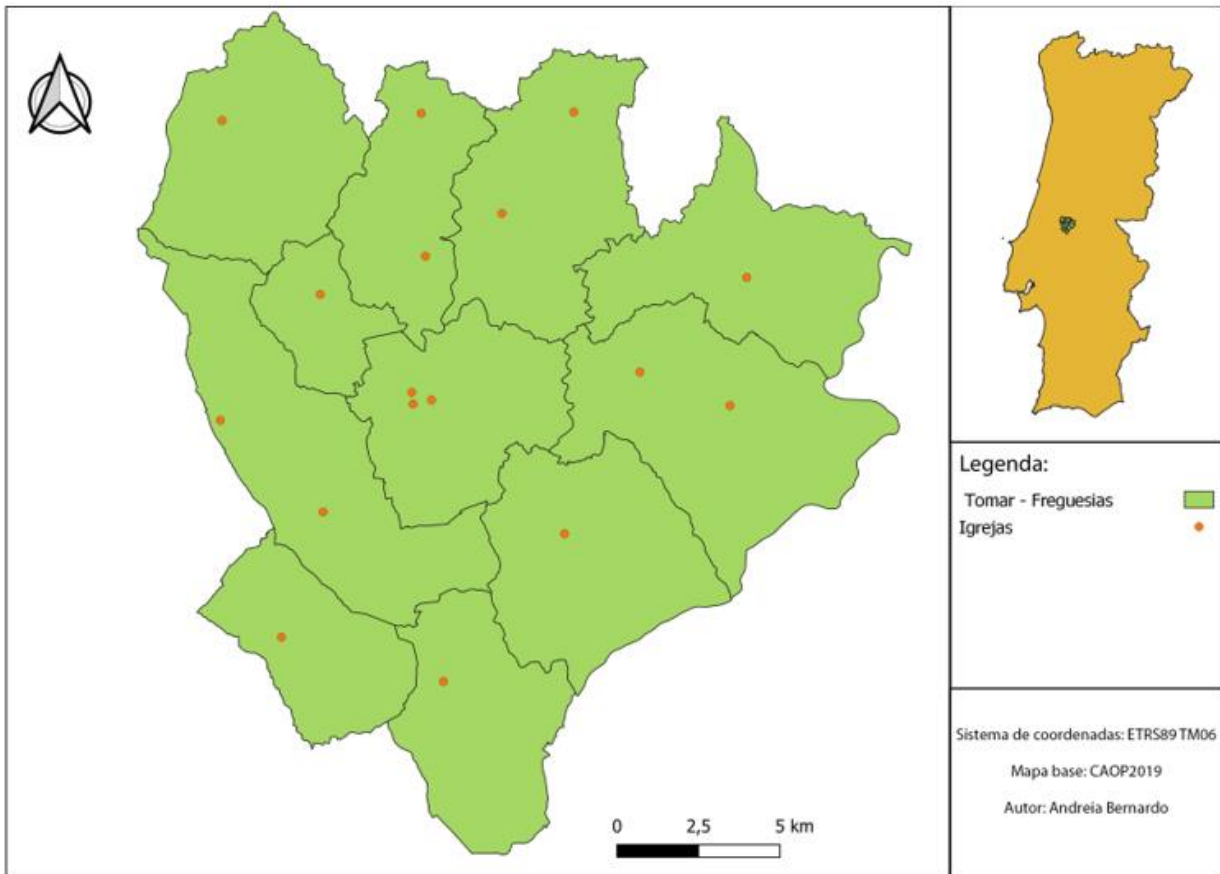


Figura 10. Mapeamento das igrejas (QGIS).

Fonte: Elaboração própria (2021).

Constata-se que referente à dispersão da localização das igrejas pelo concelho, é uniforme, com pelo menos uma igreja por freguesia, havendo a probabilidade de visitação em cada uma das freguesias de acordo com o fator proximidade. A figura 11, mostra o mapeamento de todas as capelas que o concelho de Tomar detém.

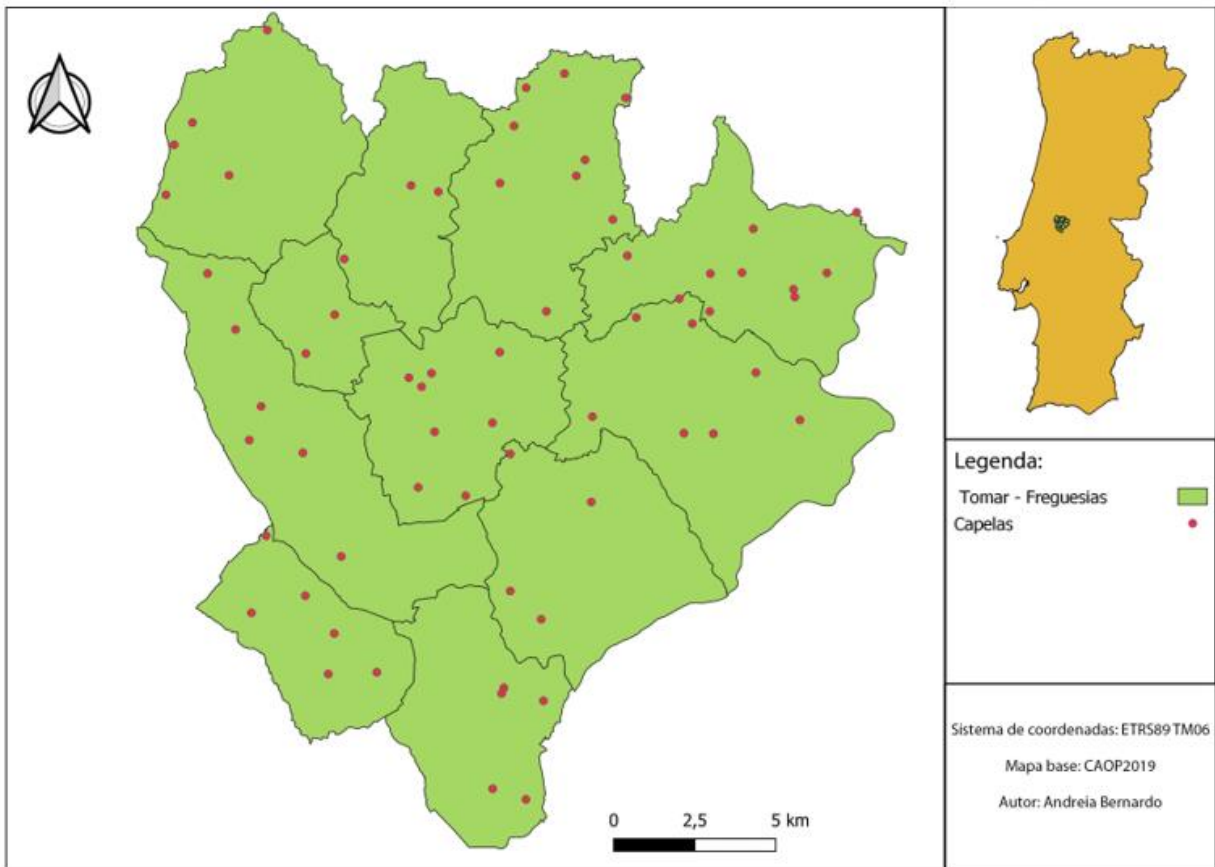


Figura 11. Mapeamento das capelas (QGIS).

Fonte: Elaboração própria (2021).

Outro dos recursos patrimoniais que em tempos faziam parte do quotidiano e vivência das aldeias, hoje esquecido, em virtude do desenvolvimento de sistemas de abastecimento de água ao domicílio pela rede pública de condutas são fontes, mapeadas na figura 12.

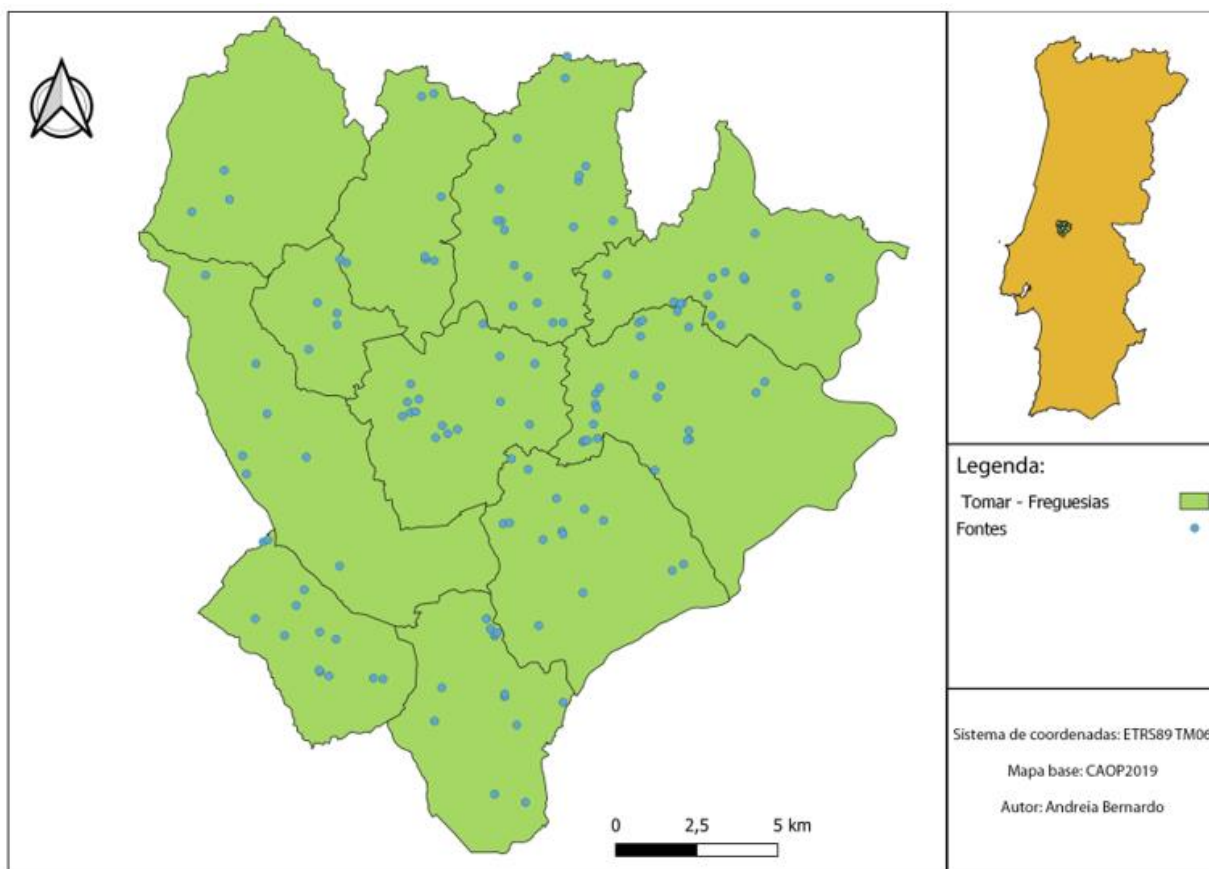


Figura 12. Mapeamento das fontes (QGIS).

Fonte: Elaboração própria (2021).

Este conjunto de atrativos turísticos ao nível da freguesia e local, em muitos casos, carecem de conservação. A conservação dos recursos é frequentemente associada à visitação e esta por sua vez à capacidade dos atores locais de potenciarem a visitação e conseqüente necessidade de conservação. O G-Turismo, pode tornar-se um mecanismo de ligação entre o recurso, a administração local e os atores turísticos da região. Conhecendo a evolução da oferta turística regional nos últimos anos, com a criação de várias tipologias de alojamento em locais onde o turismo não chegava, abre uma janela de oportunidade para a potenciação dos elementos patrimoniais, a sua conservação e o aumento da qualidade de oferta. Para isto o G-Turismo oferece a resposta a nível do planeamento, auxiliando os decisores políticos a identificar locais onde a oferta ainda não existe mas os elementos patrimoniais são em abundância, assim como o inverso, que pode criar problemas de oferta excessiva.

4.2. Modelo Concetual

Para se compreender melhor, de que forma o G-Turismo (Geoespacial-Turismo) aplicado à gestão dos recursos patrimoniais, pode impulsionar a valorização do património, através da gestão integrada, torna-se pertinente desenvolver um modelo concetual, para assim servir de auxílio à investigação e, por sua vez, alcançar os objetivos definidos. Desta forma, é apresentado em seguida, o modelo proposto (Figura 13).

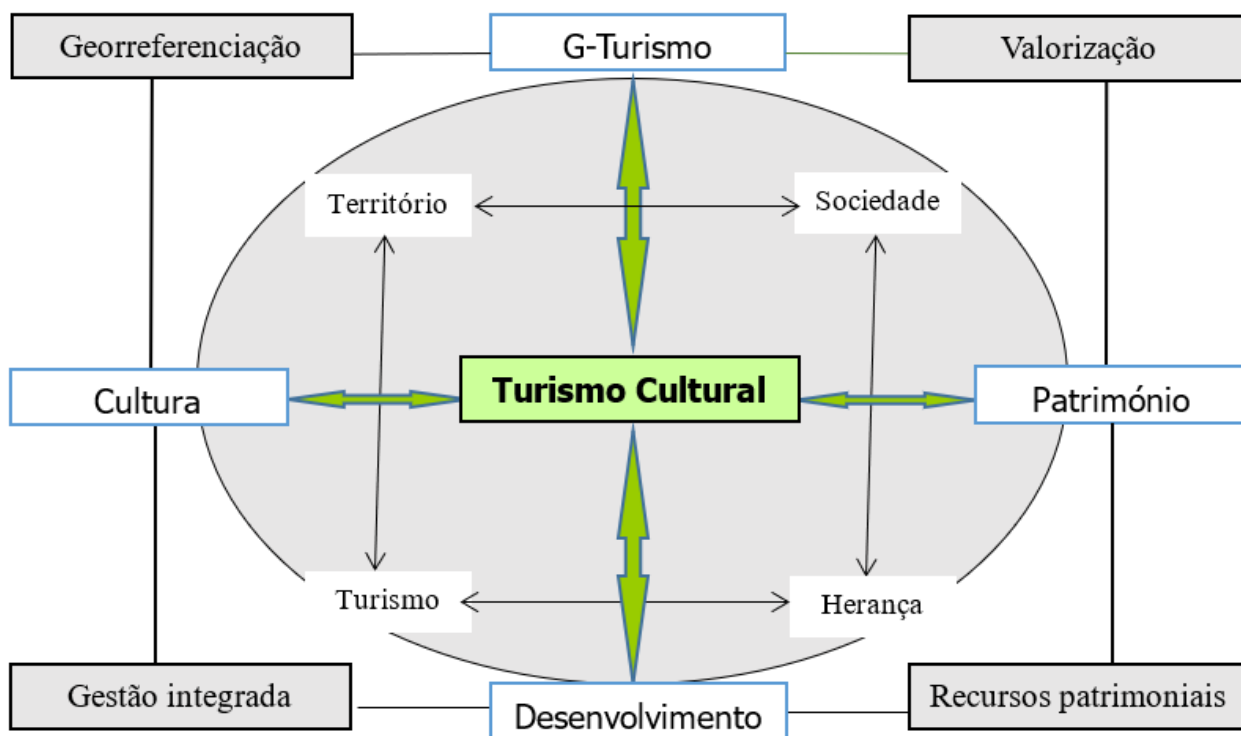


Figura 13. Modelo concetual aplicado ao projeto.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Analisando os componentes deste modelo concetual, verifica-se que o G-Turismo é a aplicação, que através da recolha de informação geográfica, permite georreferenciar recursos turísticos, especialmente património edificado.

Neste projeto, a mesma aplicação tem como finalidade inventariar os recursos patrimoniais, existentes no concelho de Tomar de forma particular nas onze freguesias que o envolvem.

O G-Turismo (Goespacial-Turismo), interligado com o turismo cultural, irá permitir um desenvolvimento turístico no concelho, pelo facto de este possuir grande riqueza patrimonial. O turismo cultural é o principal elemento deste modelo, pois serve de alavanca para a procura turística, visto que o turista cultural procura conhecer os locais que visita, de modo particular, o património material e a cultura, nomeadamente os costume e tradições locais. Recorrendo à gestão integrada, que consiste na combinação de processos, torna-se possível a atribuição de valor ao território, considerando uma mais valia para o desenvolvimento da sociedade. Ou seja, o G-Turismo devido ao seu carácter inovador, possibilita o turista planear desde a sua residência, a visita ao concelho. Sendo que o primordial objetivo, deste projeto é a criação de uma aplicação (G-Turismo), que permita o conhecimento e identificação dos recursos patrimoniais do concelho.

Os componentes sociedade, território, turismo e herança, são uma base que sustenta a utilização deste modelo no projeto, pois cada território é composto por uma sociedade, e esta tem a responsabilidade de zelar pelos recursos patrimoniais, a herança dos seus antepassados. Por conseguinte, surge o turismo que resulta nas atividades que os turistas podem realizar, nomeadamente a visita a monumentos, igrejas, capelas, ermidas, aqueduto, fontes, pelourinhos, padrões e cruzeiro.

4.3. A georreferenciação dos recursos patrimoniais em turismo

Georreferenciar implica mapear, e conhecer o território em tempo real, por isso é importante perceber que a georreferenciação, não é um mero assinalar de objetos, mas sim a recolha atualizável de um conjunto integrado de informação relativa a cada um dos elementos do património entre outros. De forma a cumprir, com o principal objetivo deste projeto, a criação de uma base de dados onde é possível identificar por tipologia, todos os recursos patrimoniais (materiais) do concelho de Tomar, bem como os empreendimentos turísticos, foi aplicado o G-Turismo (Goespacial-Turismo). Para cumprir este objetivo recorreu-se ao *software* QGIS, que é um sistema de informação geográfica, com acesso aberto, que tem diferentes funcionalidades tais como a georreferenciação de locais através da combinação de dados e variáveis

(*geodatabase*¹), criação de mapas vetoriais e *rasters*². Por possuir um caráter inovador, optou-se por utilizar o QGIS, como ferramenta para divulgação dos recursos patrimoniais (materiais) existentes nas onze freguesias do concelho de Tomar. A figura 14, serviu de suporte para o início deste mapeamento, onde se pode visualizar os limites urbanos do concelho de Tomar.

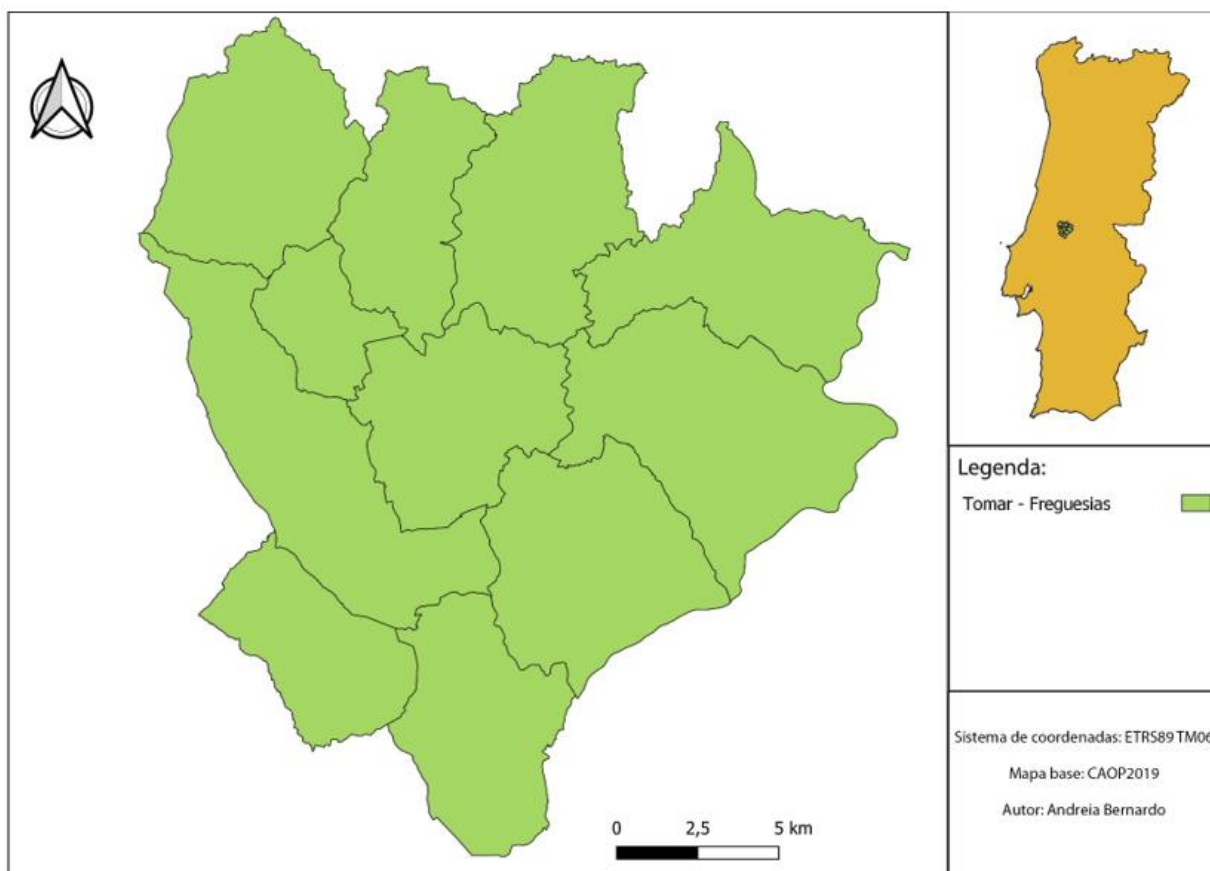


Figura 14. Concelho de Tomar (QGIS).

Fonte: Elaboração própria (2021).

A figura 14, surge da combinação de itens, sendo eles o mapa de Portugal, e o mapa das onze freguesias que compõe o concelho de Tomar. Também é possível verificar que, a escala inerente

¹ Geodatabase ou base de dados geográfica é um modelo de gestão de dados geográficos baseado em arquivos ou ficheiros (QGIS, 2021).

² Rasters são dados formados por uma matriz de pixels, tendo cada raster um valor que refere as condições inerentes à área que esse pixel abrange, permitindo a visualização de informação contínua.

ao mapa do concelho, dividida em 2 (dois) elementos com 2,5 km-quilómetros (doravante km) expõe uma distância espacialmente lógica para a distribuição dos elementos, enquanto, também agradável para um passeio turístico a pé.

De seguida, ocorreu a junção dos dados que anteriormente foram classificados e separados por tipologia própria, de maneira a ser perceptível. Primeiramente, elaborou-se o mapa correspondendo ao património (Figura 15), onde integra as variáveis “monumentos; igrejas; capelas; fontes”, ao qual foi denominado no *software* QGIS como património.

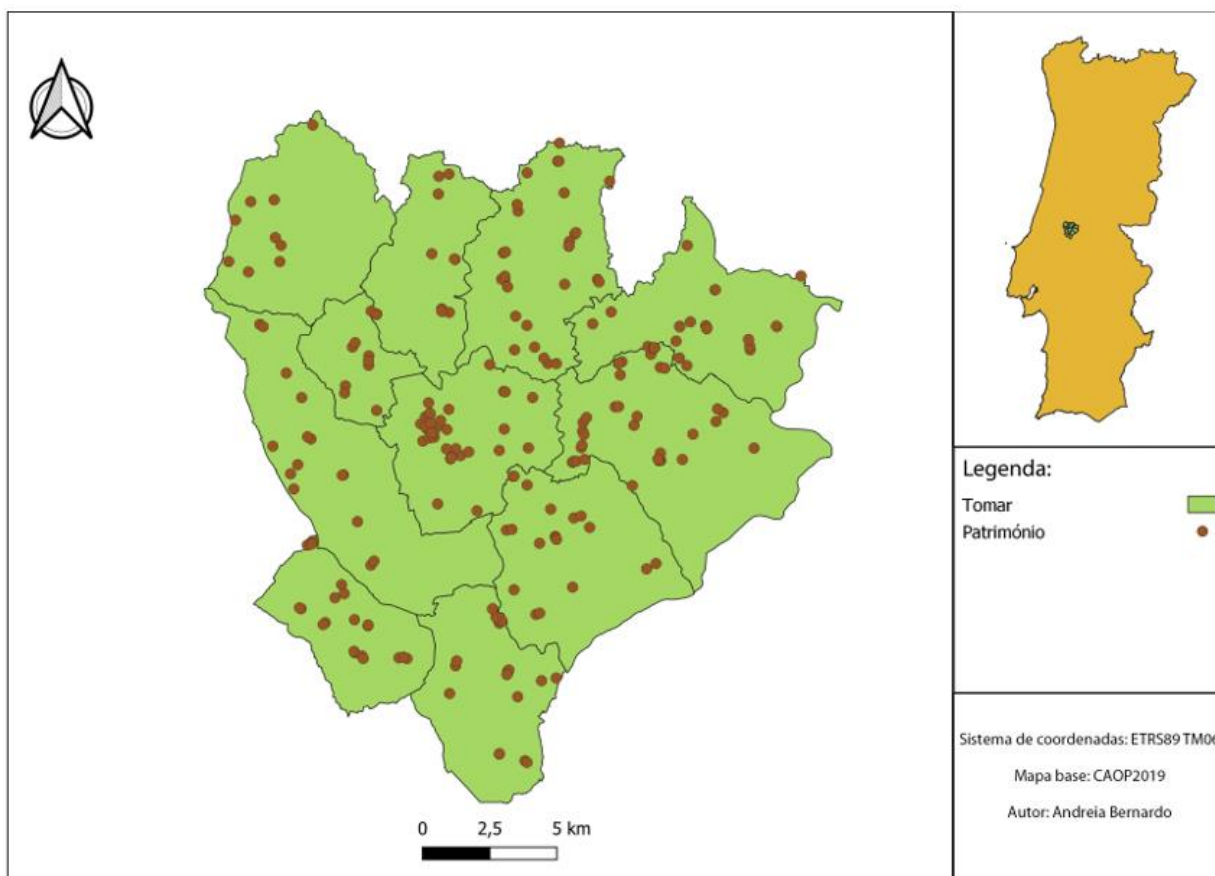


Figura 15. Mapeamento do Património (QGIS).

Fonte: Elaboração própria (2021).

A metodologia utilizada para a agregar todos os elementos patrimoniais, recorreu ao *software* QGIS seguido o procedimento:

A variável património é resultado da junção de variáveis, sendo as mesmas “fontes”, “monumentos”, “capelas” e “igrejas. Para se efetuar a criação destas variáveis, importantes para a recolha de dados, foram utilizados os seguintes procedimentos: *Vetor > Ferramentas de*

Geoprocessamento > Fator > União. De seguida, para criar um mapa alusivo ao património, efetuou-se uma sequência de controlos, onde se concebe a criação de novas camadas através da junção das variáveis acima nomeadas. FM-Fontes e Monumentos (doravante FM), foi a primeira camada a ser criada: *Vetor > Ferramentas de Geoprocessamento > Fator > União > Camada de entrada-Fontes e Camada de sobreposição-Monumentos > Executar*. Foi de forma aleatória que se escolheu a variável “fontes” e “monumentos”, para iniciar a junção, atendendo que seriam precisas duas variáveis para se iniciar. Por conseguinte, procedeu-se à junção da variável “capelas”: *Vetor > Ferramentas de Geoprocessamento > Fator > União > Camada de entrada-FM e Camada de sobreposição-Capelas > Executar*. Dando origem à nova camada designada por FMC-Fontes, Monumento, Capelas (doravante FMC). Por fim, juntou-se a variável “igrejas”: *Vetor > Ferramentas de Geoprocessamento > Fator > União > Camada de entrada-FMC e Camada de sobreposição-Igrejas > Executar*. Obtendo-se a junção final FMCI-Fontes, Monumentos, Capelas, Igrejas (doravante FMCI), onde resulta a figura 15. Utilizando os mecanismos, *Vetor > Ferramentas de Geoprocessamento > União > Camada de entrada-FMCI e Camada de sobreposição-Património > Executar*. Ficando deste modo, elaborado o mapa de todo o património existente.

Analisando a união de todos os elementos padronizados (FMCI), partindo-se do pressuposto que estatisticamente todos apresentam igual probabilidade de visita.

Seguindo o mesmo procedimento metodológico, foi oportuno, efetuar-se o mapeamento dos empreendimentos turísticos (Figura 16), para se perceber qual a distância que os recursos patrimoniais encontravam dos respetivos empreendimentos. Perceber também qual a probabilidade da visita turística, a partir do empreendimento turístico escolhido, utilizando-se para o efeito o pressuposto de a distância de visita de 2,5km, acessível à maioria dos turistas e considerando 1-2 horas de tempo despendido.

A figura 16, destaca todos os empreendimentos turísticos existentes nas onze freguesias que integram o concelho de Tomar, sendo que os mesmos foram classificados por categoria, tais como residencial, alojamento local, apartamentos turísticos, parques de campismo, hotéis e casas de campo, sendo esta tipologia a recomendada pelo Turismo de Portugal para classificação dos empreendimentos turísticos (Turismo de Portugal, 2017). Metodologicamente a variável alojamento, é o resultado da junção das variáveis, “residencial”, “alojamento local”,

“apartamentos turísticos”, “parques de campismo”, “hotéis” e “casas de campo”, resultando na camada RALAPHC-Residencial, Alojamento Local, Apartamentos turísticos, Parques de Campismo, Hotéis, Casas de Campo (doravante RALAPHC).

A variável “alojamento local”, foi obtida através da combinação de processos, tais como : *Vetor > Ferramentas de Geoprocessamento > União > Camada de entrada-Residencial e Camada de sobreposição-Alojamento local > Executar*. Resultando na primeira camada designada de RAL-Residencial, Alojamento local (doravante RAL). A escolha das variáveis “residencial” e “alojamento local” foi de modo aleatório, visto ser necessário para iniciar a junção duas variáveis. Por conseguinte, procedeu-se à junção da variável “apartamentos turísticos”: *Vetor > Ferramenta de Geoprocessamento > União > Camada de entrada-RAL e Camada de sobreposição-A > Executar*. Originando a camada RALA-Residencial, Alojamento Local, Apartamentos turísticos (doravante RALA). Por conseguinte, juntou-se da mesma forma a variável “parques de campismo”: *Vetor > Ferramenta de Geoprocessamento > União > Camada de entrada-RALA e Camada de sobreposição-P > Executar*. Dando origem à camada RALAP-Residencial, Alojamento Local, Apartamentos turísticos, Parques de campismo (doravante RALAP). Depois adicionou-se a variável “hotéis”: *Vetor > Ferramenta de Geoprocessamento > União > Camada de entrada-RALAP e Camada de sobreposição-H > Executar*. Acabando assim, por formar uma camada designada de RALAPH-Residencial, Alojamento Local, Apartamentos turísticos, Parques de campis, Hotéis (doravante RALAPH). Por fim, incorporou-se a variável “casas de campo”: *Vetor > Ferramenta de Geoprocessamento > União > Camada de entrada-RALAPH e Camada de sobreposição-C > Executar*. Resultando na camada RALAPHC-Residencial, Alojamento Local, Apartamentos turísticos, Parques de campismo, Hotéis, Casas de campo (doravante RALAPHC). Após a combinação das diversas variáveis inerentes às tipologias dos empreendimentos turísticos assinalados no mapa do concelho de Tomar, elaborou-se o mapa de georreferenciação (Figura 16), com o processo: *Vetor > Ferramenta de Geoprocessamento > União > Camada de entrada-RALAPHC e Camada de sobreposição-Alojamento > Executar*.

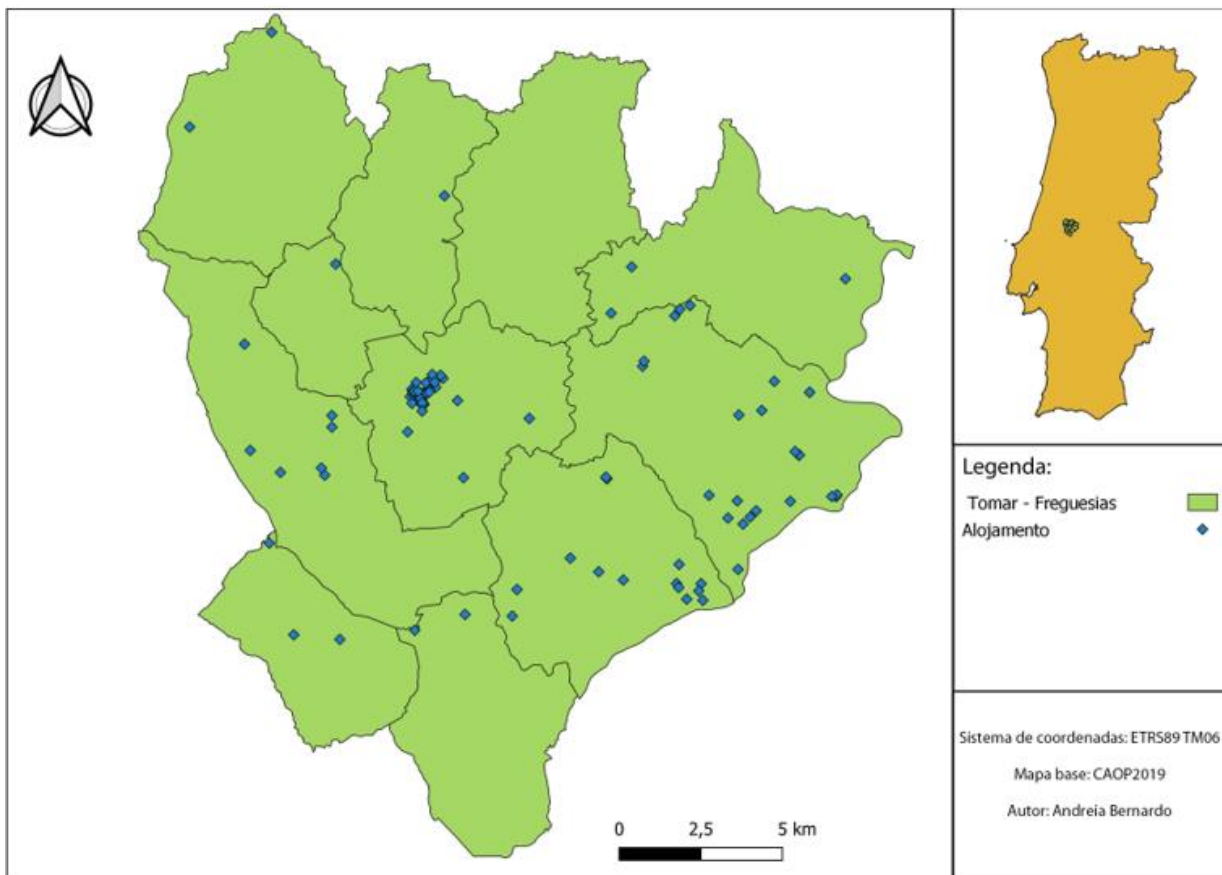


Figura 16. Mapeamento do Alojamento (QGIS).

Fonte: Elaboração própria (2021).

Uma vez obtida a conjugação de todos os elementos patrimoniais como um tema, isolado e os elementos de alojamento turístico também isolados, passou-se à fase de análise de dispersão baseada na oferta de alojamento turístico. Ou seja, partindo-se pressuposto que os elementos patrimoniais mais próximos dos locais de alojamento são aqueles que a metodologia G-Tourism oferece como visitáveis em proximidade.

Desta forma, o QGIS detém uma ferramenta de análise espacial baseada na abundância de oferta de alojamento turístico, criando mapas de intensidade. Para obter esta cartografia utilizou-se o procedimento: *Processamento > Ferramentas de Processamento > Pesquisar – Interpolação > Mapa térmico* (estimativa de densidade do núcleo). Os parâmetros utilizados foram: *Parâmetros > Camadas de pontos – Alojamentos; Raio 2500 metros; Pixel (5) x / (5) z.*

Para efeitos de visualização foi necessário atribuir os parâmetros: *Banda única de cor falsa > Banda 1 (grey) > Interpolação Linear =3.*

De seguida, para uma melhor visualização dos contornos no raio de 2,5km como pré definido para a área passível de visitação, utilizou-se o seguinte procedimento:

Raster > Extração > Contorno-camada de entada; 2,5 intervalo entre linhas do contorno.

2,5 = Distância do raio que cada circunferência apresenta em torno da abundância de alojamento, ou seja o programa calcula todos os alojamentos que distem entre si 2,5km (Figura 17).

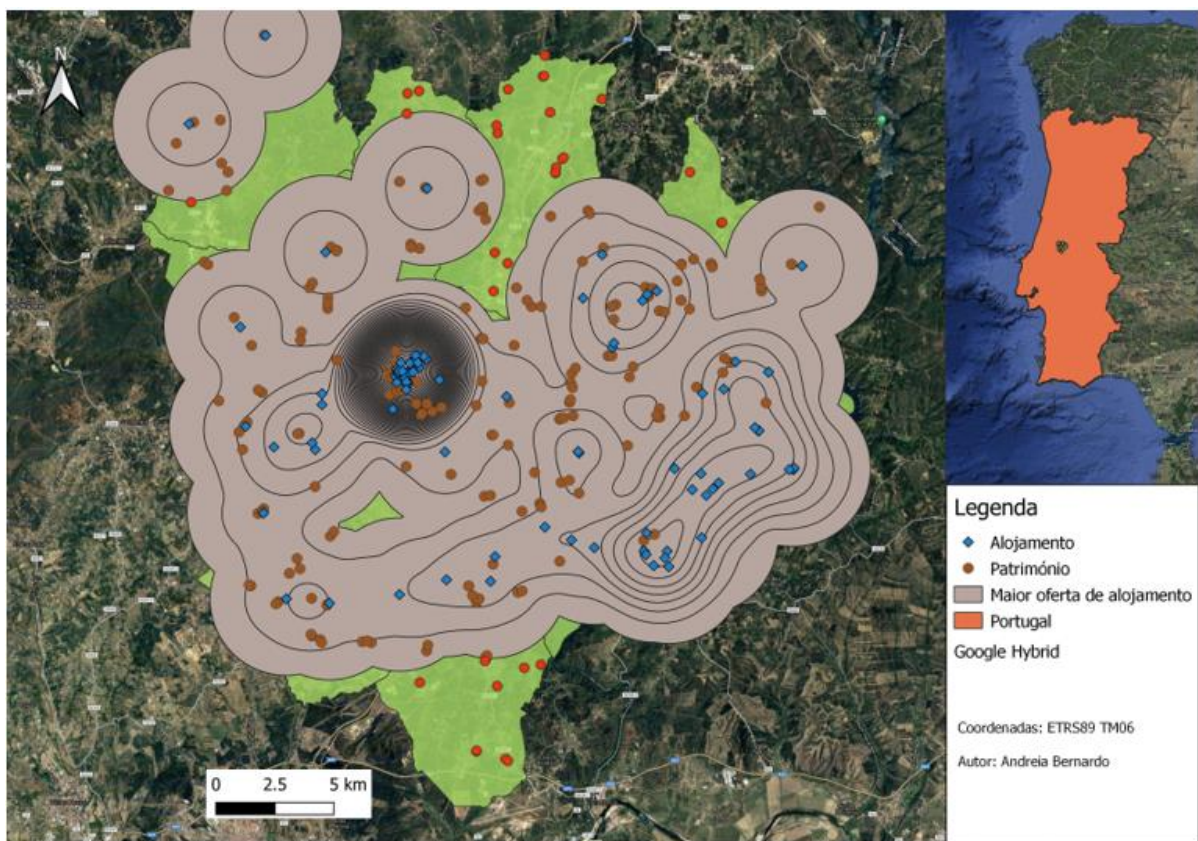


Figura 17. Maior oferta de alojamento (QGIS).

Fonte: Elaboração própria (2021).

O mapa raster, produzido pelo indicador *Ferramenta heatmaps*, retrata a análise de densidade que, por conversão, as linhas de contorno convertidas em vetor refletem a área total de cobertura dos alojamentos, atendendo à área de visita turística de 2,5km. Ainda na figura 17 foram adicionados, e podem ser visualizados, todos os elementos patrimoniais, permitindo perceber quais são aqueles que se encontram dentro do raio de influência de 2,5km. Dito isto, é importante

para questões de planeamento, conhecer os elementos patrimoniais que não se encontram sob a influência do que se considerou passível de visitação (Figuras 18 e 19). Este tipo de informa o poderá conferir aos gestores territoriais e turísticos a necessidade de agregar maior valor ao património que se encontra fora das zonas delimitadas.

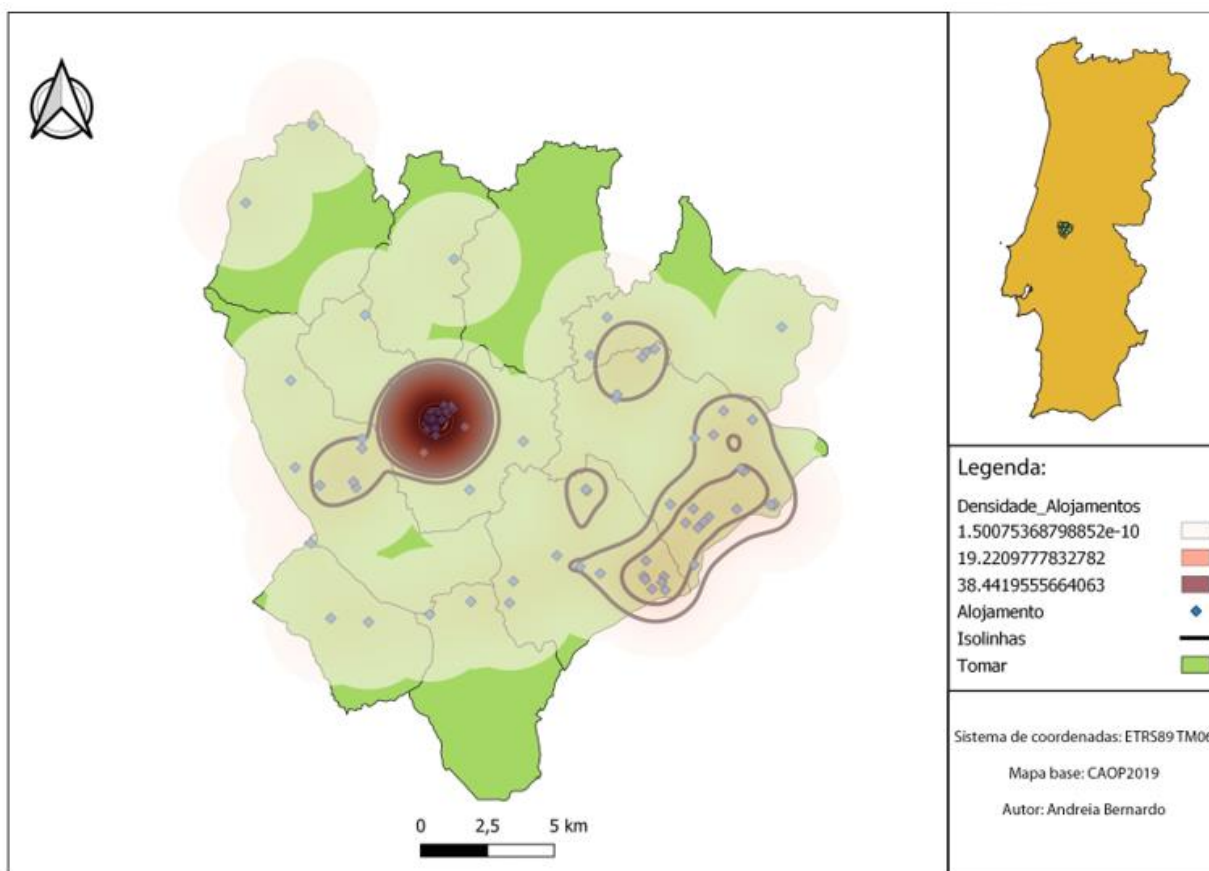


Figura 18. Densidade de alojamentos (QGIS).
Fonte: Elabora o própria (2021).

A figura 18, evidencia a densidade de alojamentos que foi produzida pelo indicador *Mapa térmico*- (estimativa de densidade do núcleo) do *software* QGIS, permitindo perceber que está em destaque o centro urbano de Tomar e a união das freguesias de Serra e Junceira, como aquelas áreas onde existe maior oferta de alojamento turístico. Ainda para estas áreas, o *software* permite calcular o número de recursos patrimoniais existentes (Figura 19).

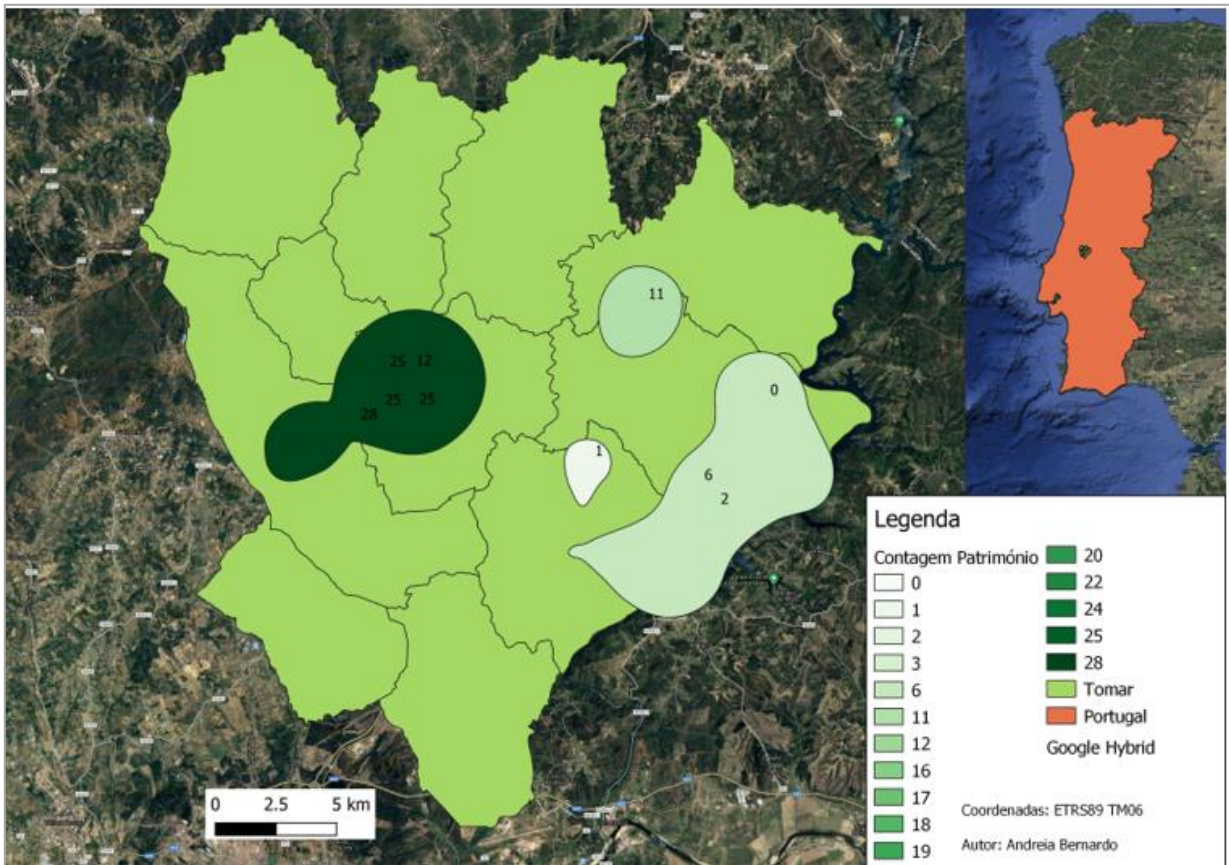


Figura 19. Áreas por número de elementos patrimoniais visitáveis (QGIS).

Fonte: Elaboração própria (2021).

O mapa da figura 19, resulta da combinação de variáveis “área” e “alojamentos”, através do raio de 2,5km, distância utilizada como padrão de visita turística.

Os indicadores para a realização desse mapa foram: *Vetor > Ferramentas de Análise > Contar pontos em polígonos*. Analisa-se assim o número de elementos patrimoniais visitáveis, a uma distância de visita, para qualquer dos turistas alojados nessas áreas.

A fim de se obterem as áreas de viabilidade de desenvolvimento turístico no sentido de valorizar este património (Figura 20), utilizou-se o *software* QGIS, recorrendo-se ao seguinte procedimento: *Separador > Ferramentas de Geoprocessamento > Diferença*.

Esta função permite remover todos os elementos patrimoniais que se encontram nesta área deixando apenas os restantes. Visto ter-se trabalhado a partir dos alojamentos, as áreas restantes do concelho (Figura 20) mostram apenas elementos patrimoniais (a vermelho) que apresentam menor potencial de visita, enquanto oportunidade para o desenvolvimento de turismo no que

diz respeito ao alojamento. Esta ferramenta, permite uma análise espacial do território de Tomar, potenciando os elementos turísticos na sua visitação, enquanto analisa a incidência ou falta de alojamento, permitindo o planeamento e oportunidade de negócio.

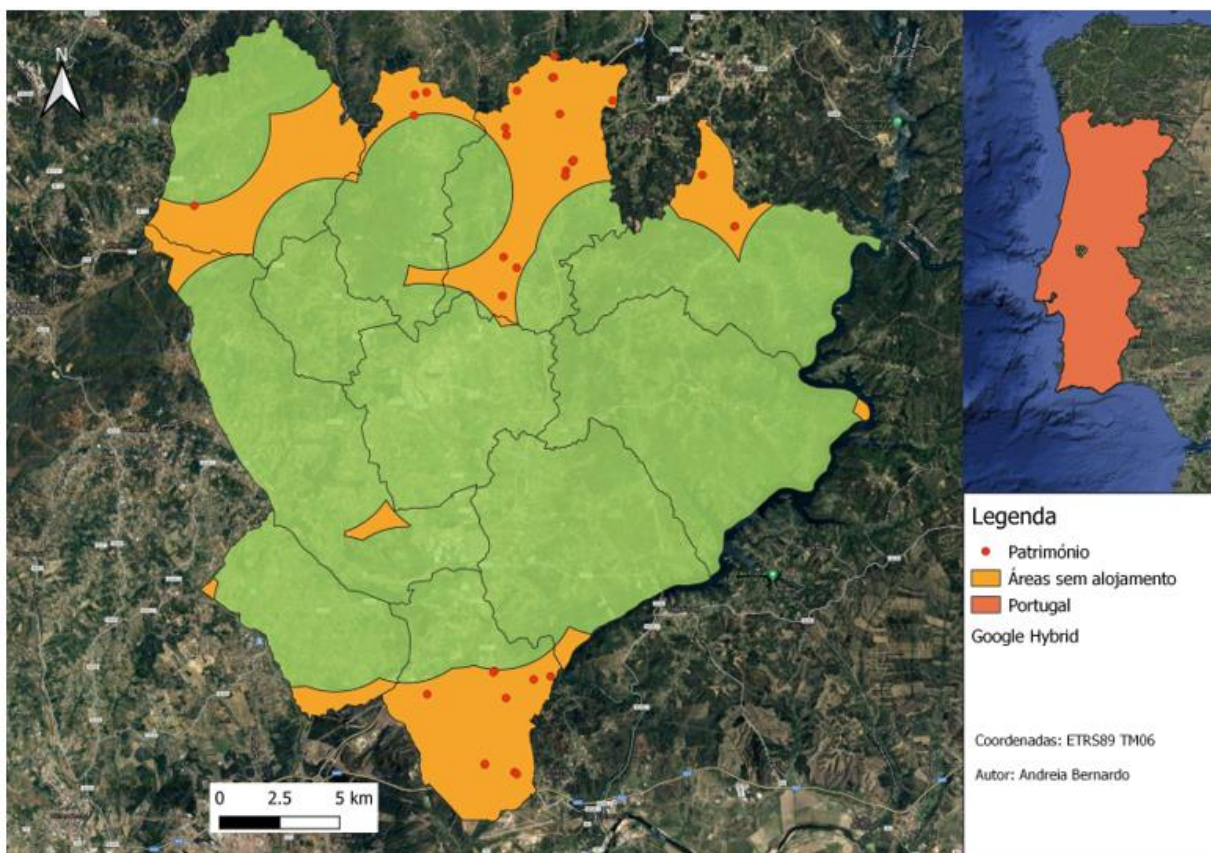


Figura 20. Área sem alojamento (QGIS).
Fonte: Elaboração própria (2021).

A interpretação desta carta poderá levar à interpretação de que estes elementos patrimoniais poderão estar cobertos pela influência de alojamento em concelhos limítrofes, no entanto a área de estudo é o concelho de Tomar, sendo para efeitos de planeamento do interesse do município a existência de oferta turística em toda a sua área administrativa.

Capítulo V: A importância do G-Turismo na georreferenciação dos recursos patrimoniais: questionário à comunidade

Este capítulo corresponde à discussão dos resultados inerentes aos inquéritos realizados à comunidade, bem como a síntese dos resultados obtidos.

5.1. Análise dos resultados

O inquérito por questionário é um técnica de recolha de dados, que consiste na administração direta de questões a uma amostra populacional, com o intuito de obter informações relevantes para os objetivos propostos. Foi escolhida esta técnica, porque permite alcançar um maior número de pessoas inquiridas, num curto espaço de tempo, possibilitar a liberdade de resposta às questões colocadas, e consequentemente viabilizar a análise estatística, quantificando os dados obtidos (Silvestre & Araújo, 2012: 159). O questionário tem como finalidade, dar resposta às hipóteses que foram elencadas na investigação confirmando ou revogando a sua viabilidade (Freixo, 2011).

Para o presente projeto de investigação, elaborou-se um questionário com o principal objetivo de perceber qual a perspetiva das pessoas em relação aos recursos patrimoniais existentes no concelho de Tomar. Para tal, teve-se em consideração a realização das questões, que integraram o questionário alguns aspetos, nomeadamente a utilização de questões que fossem de resposta rápida, para assim facilitar uma análise estatística coerente. Após a estruturação prévia das questões, foi utilizada a ferramenta *googleforms*, para redigir de modo cuidado e eficaz o questionário.

De seguida, observa-se os gráficos correspondentes às respostas das diversas questões e, por conseguinte, um comentário para a sua melhor compreensão. Porém devido à multiplicidade de respostas em algumas questões, serão considerados e discutidos apenas os dados mais relevantes.

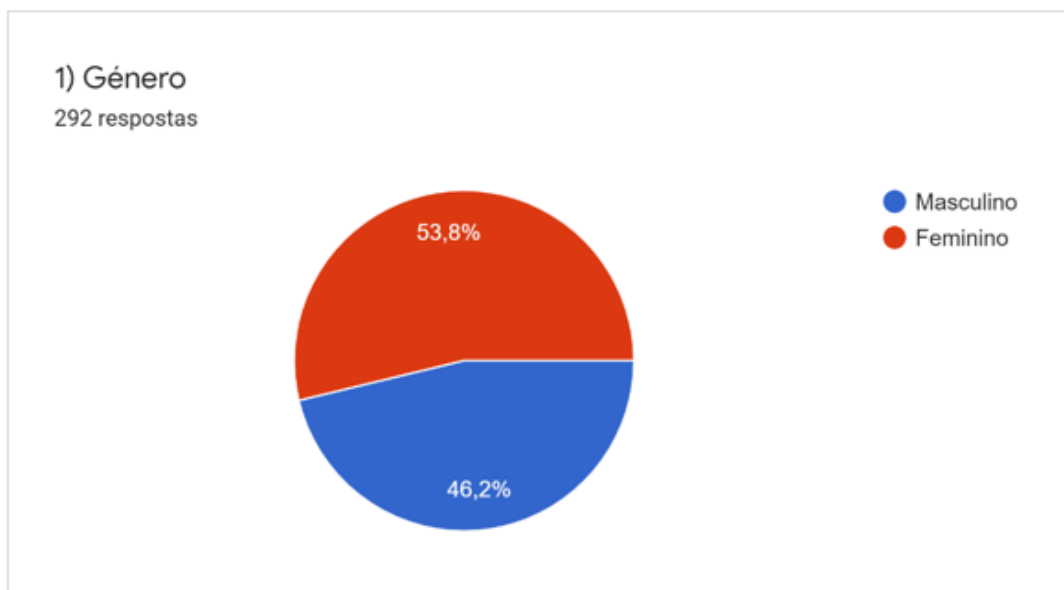


Gráfico 1. Género dos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Neste gráfico circular observa-se que em conformidade com a primeira questão “género”, num total de 292 inquiridos, a maioria enquadrava-se no género feminino (53,8%), e com menor incidência no género masculino (46,2%). O gráfico 2 traduz em que faixa etária os 292 inquiridos se inserem.

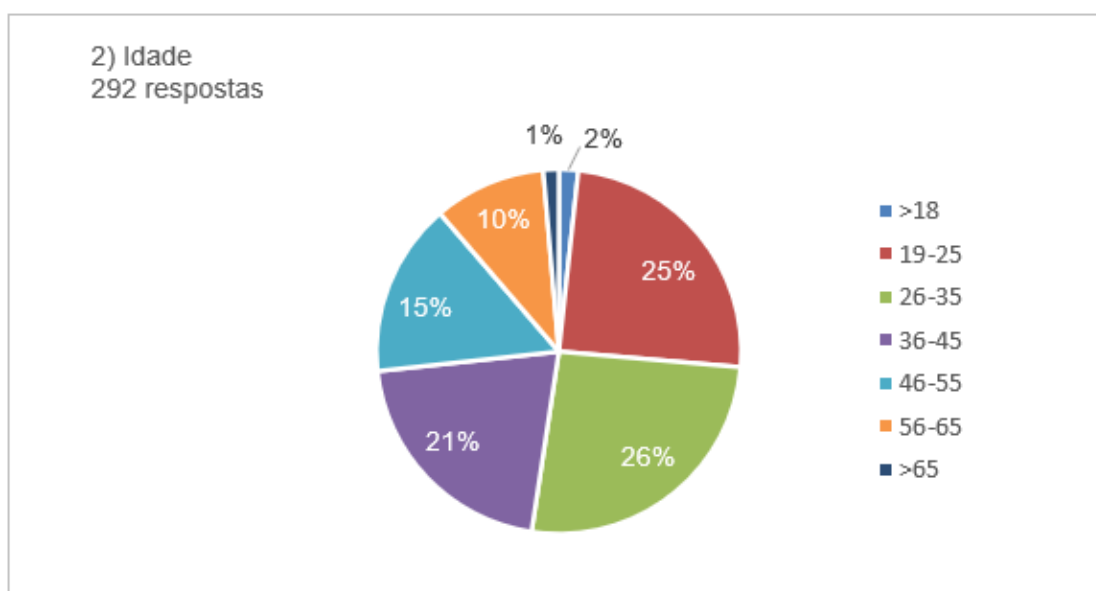


Gráfico 2. Faixa etária da amostra populacional.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Verifica-se que a resposta ao questionário teve maior afluência, na faixa etária que contém as idades, compreendidas entre os 26 e 35 anos (26%) e 19 e 25 anos (25%). Sendo também importante frisar, as idades compreendidas entre os 36 e 45 anos (21%), pelo facto de apresentar um valor significativo de inquiridos. Já em menor número de inquiridos, encontra-se a faixa etária com pessoas de idades superiores a 65 (1%) e superiores a 18 (2%). O gráfico 3 seguinte esboça as habilitações literárias que cada um dos 292 inquiridos detém.

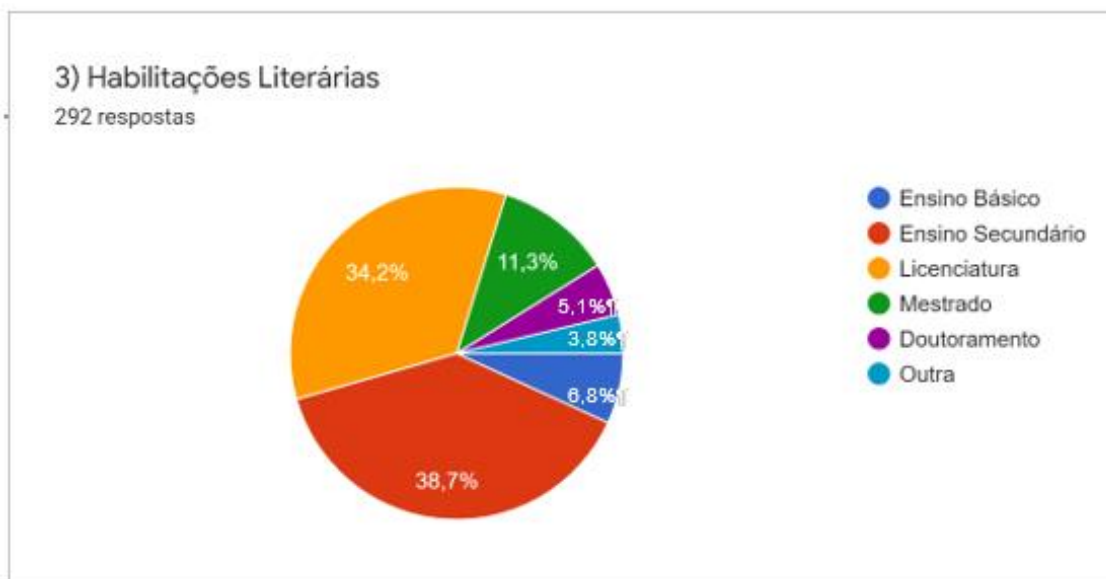


Gráfico 3. Habilitações literárias dos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Do total dos inquiridos, verifica-se que em relação às “habilitações literárias”, a maioria completou o ensino secundário (38,7%), tendo também de seguida uma percentagem significativa a licenciatura (34,2%). Em contrapartida, em menor número existe inquiridos que se reveem na opção outra (3,8%). De seguida, é possível observar o gráfico 4, que mostra presentemente qual é a situação perante o trabalho, dos inquiridos nesta amostra populacional.

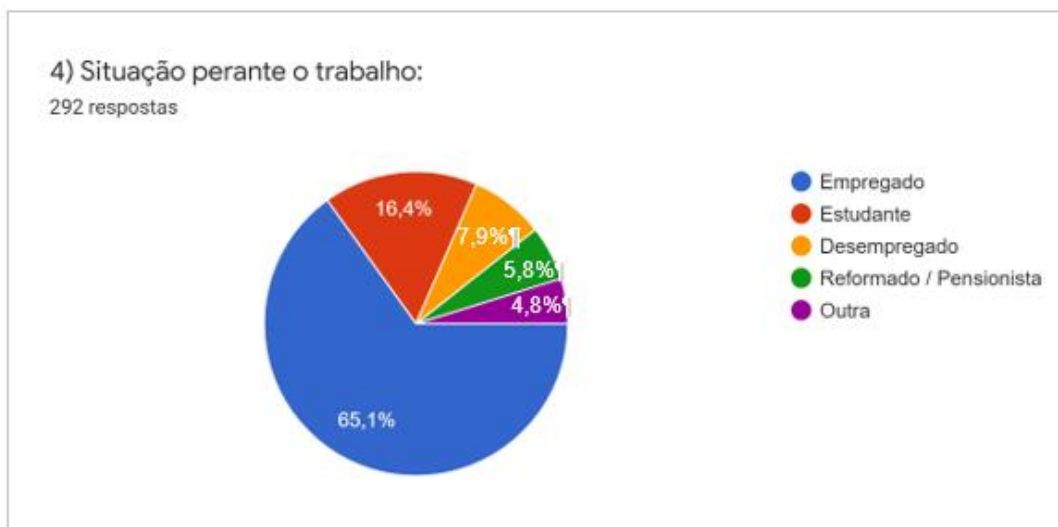


Gráfico 4. Situação perante o emprego.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Alusivo à pergunta “situação perante o trabalho”, percebe-se ao analisar o gráfico acima que, dos inquiridos mais de metade da amostra populacional, se encontra a trabalhar (65,1%). Havendo em menor percentagem, pessoas que não se enquadram em nenhuma das sugestões de resposta (4,8%) ou até mesmo que se encontram reformados (5,8%). No gráfico 5, observa-se as nacionalidades correspondentes aos inquiridos.

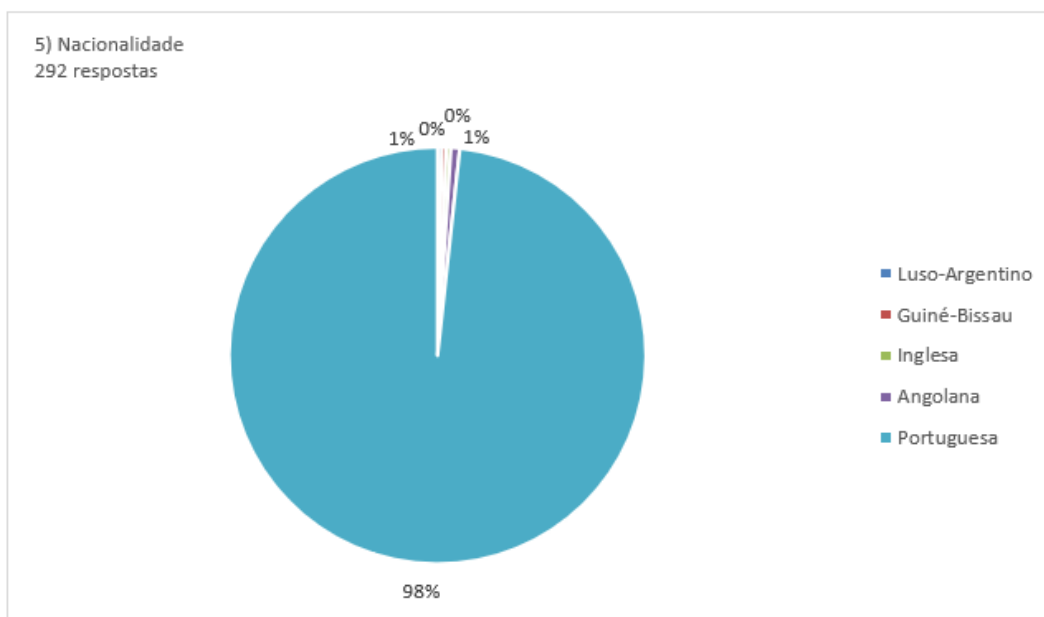


Gráfico 5. Nacionalidade.

Fonte: Elaboração própria (2021).

A nacionalidade dos 292 inquiridos é de facto, em maioria a portuguesa (98%), existindo apenas dois respondentes oriundos de Angola (1%), e em menor porção as nacionalidades inglesa (0%); luso-africana (0%); Guiné-Bissau (0%).

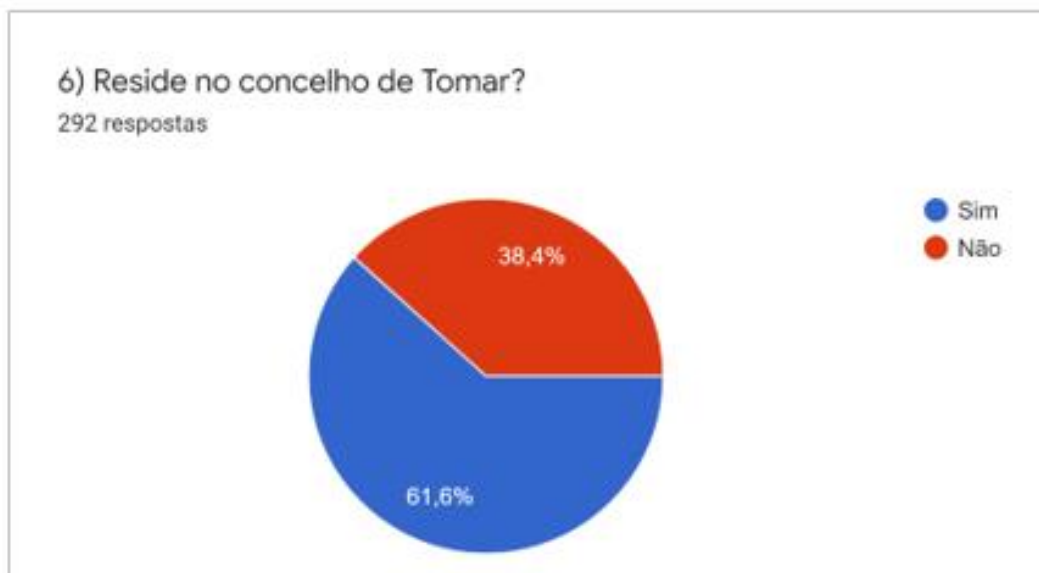


Gráfico 6. Concelho de residência.
Fonte: Elaboração própria (2021).

Face à questão seis “reside no concelho de Tomar”, verifica-se que a maioria dos inquiridos reside no concelho (61,6%), o que significa que o questionário teve um impacto positivo na comunidade tomarense. Referente à opção de resposta “não” com menos inferência (38,4%), há uma variedade de concelhos incluídos, sendo o Entroncamento o que emerge mais respondentes (11) e Torres Novas (9). Também é notória a incidência por parte das regiões autónomas, tenho respondentes do arquipélago dos Açores (1) e da Madeira (2), o que retrata a positiva cooperação, por parte da comunidade no que remete para a partilha deste questionário. Podendo também contar com a inclusão de outros países, como República Checa (1); Espanha (1) e Suíça (2). Devido à impossibilidade de se colocar diretamente os questionários, pois o Covid-19 não foi aliado, a afluência via online foi bastante vantajosa. Significa isto, que cada vez mais, as pessoas usufruem das redes sociais para ocupação e se manterem informadas. O gráfico 7 refere um conjunto de recursos patrimoniais existentes no concelho de Tomar, e mostra quais foram mais e menos visitados pelos inquiridos.

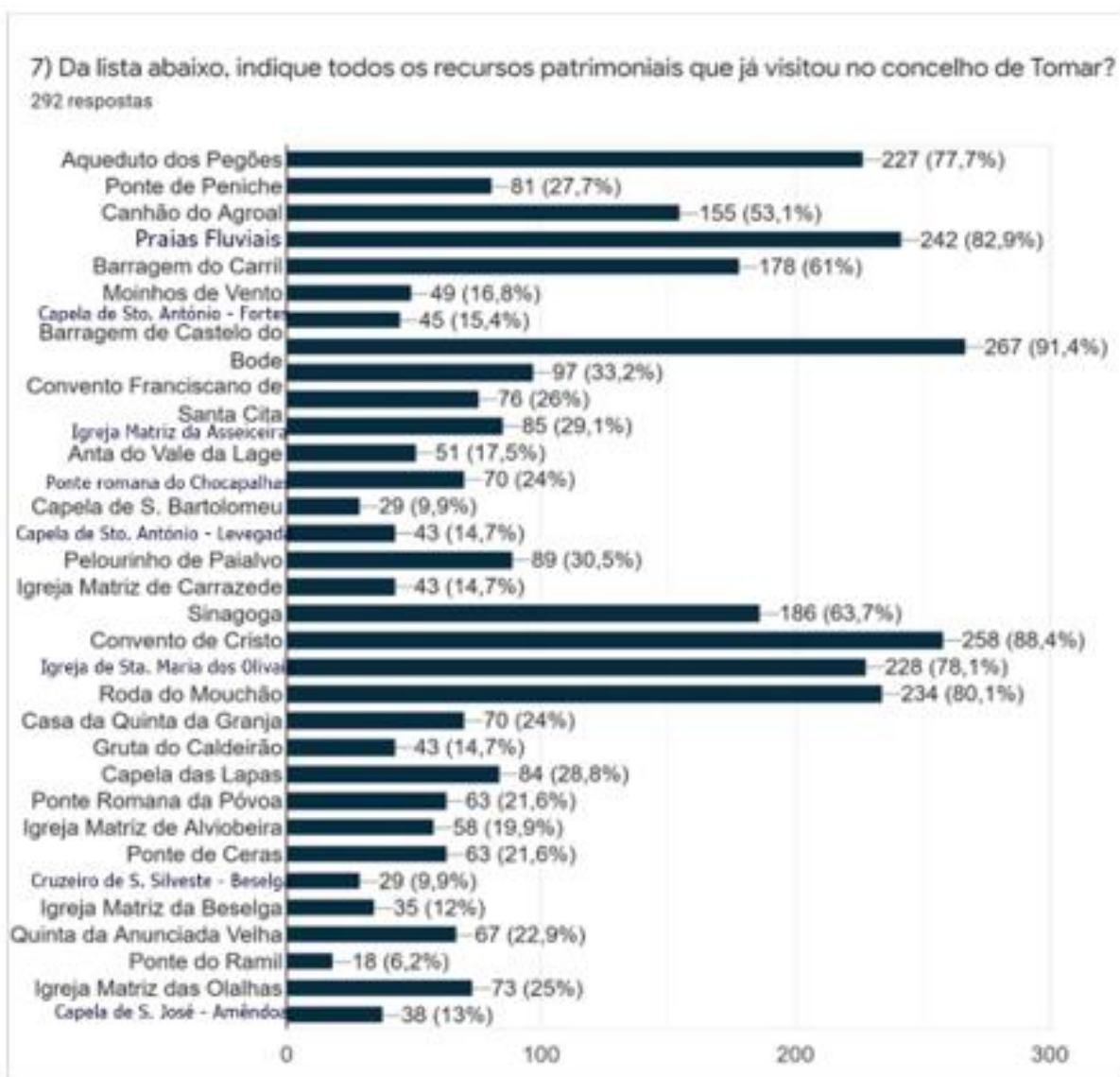


Gráfico 7. Recursos patrimoniais que já visitou.

Fonte: Elaboração própria (2021).

É notório que o recurso patrimonial mais visitado no concelho de Tomar (91,4%), é a Barragem de Castelo de Bode, pois é muito procurada pelos visitantes e apreciada pelos habitantes locais e dos concelhos limítrofes. Sendo esta barragem, uma das mais importantes barragens portuguesas, também é reconhecida pelas abundantes praias fluviais e por deter uma imagem paisagística magnífica, pois contém um extenso caudal de água azul, em tons de esverdeados, a contornar vales e montanhas. Em segundo lugar, o recurso mais visitado (88,4%), é o Convento de Cristo, dado que é um monumento *ex-libris* do concelho, e por ser uma marco importante

para a história da Ordem dos Templários, torna-se muito procurado pelos visitantes. Não obstante, está em terceiro lugar (82,9%) as praias fluviais, também procuradas pelos turistas, devido às suas águas cristalinas e pelo meio ambiente que as envolve. Contudo, em minoria e com menos procura, está a Ponte do Ramil (6,2%), o Cruzeiro e S. Silvestre da Beselga (9,9%) e a Capela de S. Bartolomeu (9,9%). Deve-se a estes recursos patrimoniais, menor afluência de visita, pelo motivo de se encontrarem desconhecidos e despromovidos da promoção cultural, levando assim ao esquecimento, independentemente de possuírem interesse história e características peculiares. Refira-se que, incorporam a lista acima trinte e três recursos patrimoniais situados nas onze freguesias que complementam o concelho de Tomar. Estes foram definidos como opção de resposta, pelo facto de terem sido nomeados, aquando das entrevistas, pelo/a presidente de junta local. Foi esse mesmo, o método de seleção para estruturar esta questão, sendo visível dois atrativos de cada freguesia, e quatro atrativos correspondentes às freguesias em que ocorreu a agregação. De seguida, o gráfico 8 ajuda a perceber qual foi principal motivação da visita aos recursos patrimoniais.

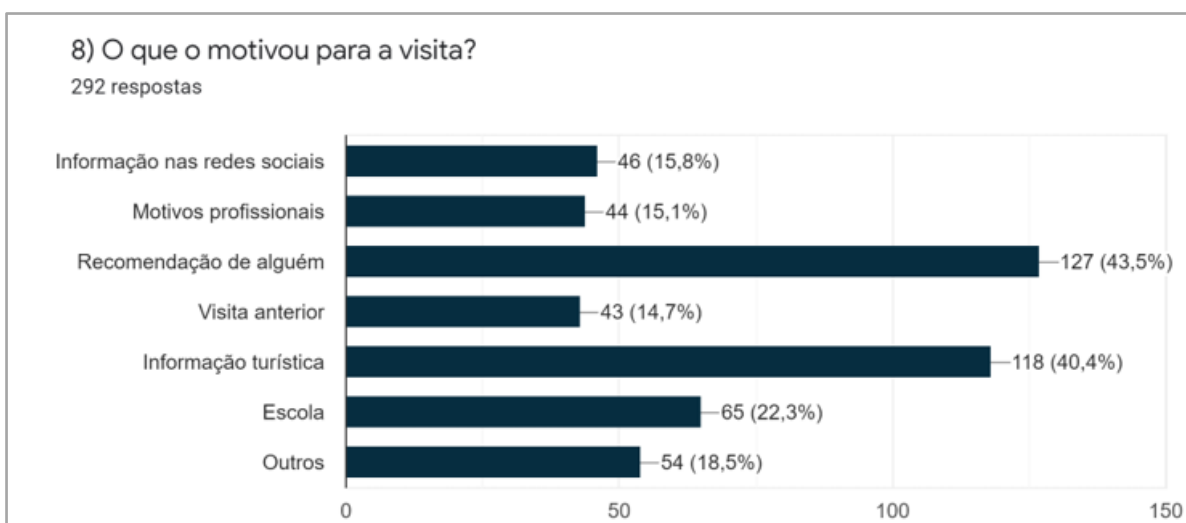


Gráfico 8. Principal motivação da visita.

Fonte: Elaboração própria (2021).

No que se refere à questão “o que motivou para a visita?”, as respostas dos 292 inquiridos focam em maioria para a opção “recomendação de alguém” (43,5%). Permitindo perceber que, nos dias de hoje o *feedback* de quem já visitou determinado atrativo turístico, permanece como uma

dáviva na promoção de um recurso. Importa referir que, a opção “informação turística” (40,4%), também foi preferência de resposta da amostra populacional, o que significa, que nunca é em demasia aprimorar e atualizar a informação turística, alusiva a qualquer atrativo turístico. Em contra partida, em minoria observa-se a opção de resposta “visita anterior” (14,7%) e “motivos profissionais” (15,1%). Provavelmente o já ter visitado, não será motivo de revogação a uma nova visita, ou os motivos profissionais, também não serão um obstáculo de exclusão, alusivos a uma *posteriori* visita. Ainda pertencente a esta pergunta, existe uma vasta escolha de resposta para a opção “outros” (18,5). O quadro 3, apresenta de forma sistematizada as respostas dadas nesta opção, para melhor se entender quais os outros motivos que motivam as pessoas até aos recursos patrimoniais, nomeados na questão sete.

Se outros quais:	
Interesse por conhecer o património do meu concelho.	12
Curiosidade.	9
Cerimónias.	6
Lazer.	5
Interesse pessoal.	4
Escutismo.	4
Influência familiar.	4
<i>Geocaching</i> e BTT.	4
Interesse pelo património artístico.	2
Férias, Trabalho, Escola.	2

Quadro 3. Outras motivações.
Fonte: Elaboração própria (2021).

Para além das opções que havia no questionário como possível resposta, ainda existiu na amostra populacional de 292 inquiridos, algumas incidências perante a opção “outra” (52 pessoas). Conclui-se observando o quadro 3, que o interesse por conhecer os bens patrimoniais, que integram o concelho onde residem, foi uma opção procurada (12 respostas), demonstrando deste modo que ainda há pessoas que procuram conhecer, o que lhe é dado como herança cultural. Significando apreço e por conseguinte, a falta de georreferenciação poderá ter sido um fator que culminou com esse interesse de procura turística, no local de residência. Também a curiosidade

(9 respostas), foi uma outra opção citada pelos inquiridos, não obstante qualquer uma das demais, mas atualmente e em tempo pandémico, é de valorizar aqueles que ainda se interessam por conhecer os recursos patrimoniais. O gráfico 9, descreve a classificação atribuída pelos 292 inquiridos, referente a aspetos que incorporam a visita turística.

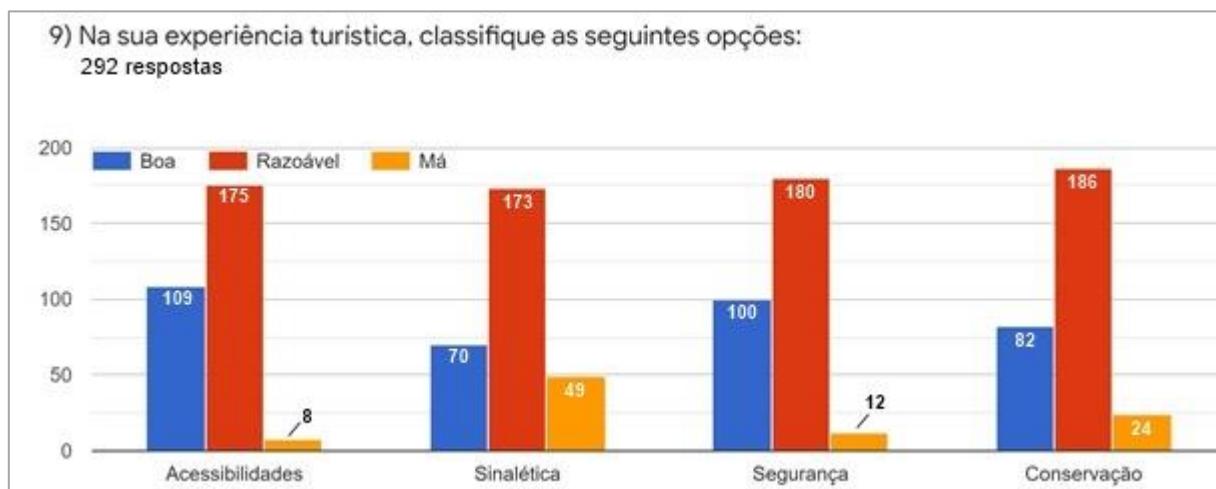


Gráfico 9. Classificação da experiência turística.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Para a presente investigação, a pergunta “na sua experiência turística, classifique as opções: acessibilidades, sinalética, segurança e conservação”, traduz uma acentuada pertinência, pois possibilita entender como o público-alvo interpreta estes fatores intrínsecos à atividade turística. Dos 292 inquiridos, 175 responderam que as acessibilidades aos recursos turísticos, estão de modo “razoável” acessíveis, ou seja a pavimentação está em boas condições, e o meio que os envolve, encontra-se preservado e cuidado. Existe uma minoria de 8 inquiridos que está insatisfeito com as condições de acesso, pelo que classifica como má a acessibilidade. No que concerne à sinalética de identificação dos recursos, 173 pessoas consideram que a sinalética encontra-se colocada de forma “razoável”, havendo 49 pessoas que estão insatisfeitas com a colocação da identificação, assumindo que está má. Alusivo à segurança, 180 pessoas afirmam que, o nível de segurança presenciado aquando da sua visita aos atrativos patrimoniais, é “razoável”, pois sentem-se seguros. Porém, nesta amostra populacional, existem 12 pessoas que não se sentem seguros, ao visitar os recursos, classificando como “mau”. Por fim, 186 pessoas alegam que o estado de conservação, dos elementos patrimoniais situa-se no parâmetro

“razoável”, querendo isto dizer que dos atrativos turísticos que visitaram, estão preservados e conservados. Todavia, existe uma incidência de 24 pessoas, a classificar como “mau” o estado de conservação dos recursos. Em suma, é possível atestar que em relação aos fatores “acessibilidades”, “sinalética”, “segurança” e “conservação”, o concelho de Tomar precisa de repensar em como otimizá-los, para colmatar as falhas presenciadas pelos visitantes, para assim contribuir para uma experiência turística a recomendar. Abaixo verifica-se ao observar-se o gráfico 10, qual é a freguesia que das onze pertentes ao concelho de Tomar, a amostra populacional melhor conhece.

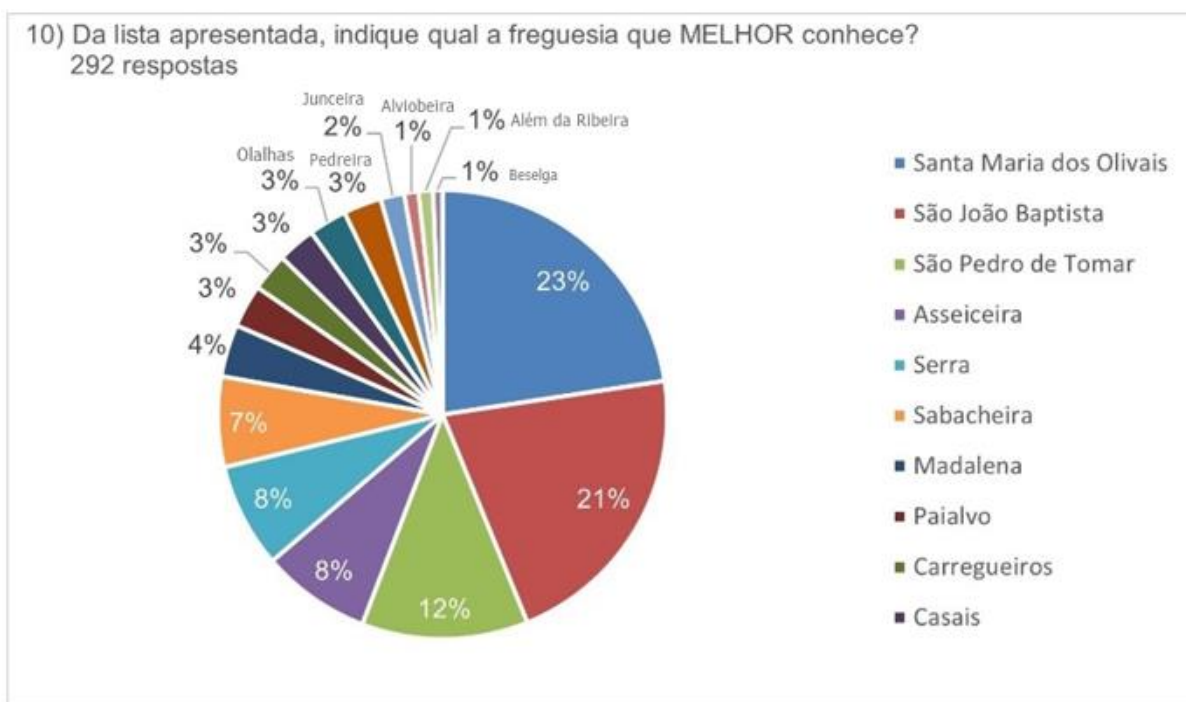


Gráfico 10. Alusivo à freguesia que melhor conhece.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Atendendo que os recursos patrimoniais são um contributo para o desenvolvimento local, foi conveniente perceber qual é a freguesia que mais é conhecida no concelho de Tomar. Das dezasseis freguesias, que constam no concelho, a mais reconhecida no total de 292 inquiridos, corresponde à freguesia de Santa Maria dos Olivais (23%), aparecendo de seguida a freguesia de S. João Baptista (21%) e a freguesia de Carregueiros (12%). Já em minoria, está a freguesia da Beselga (1%), Além da Ribeira (1%) e Alviobeira (1%). Para a concretização desta questão,

optou-se por descrever as freguesias, não utilizando a RAFT, podendo assim atingir de forma coerente qual a freguesia mais e menos conhecida. Devido à pouca afluência de resposta, a algumas opções, a denominação de algumas freguesias, não se encontra elencada na margem direita do gráfico, porém foi descrita na parte superior das percentagens. Concluiu-se que as freguesias mais conhecidas do concelho de Tomar, são as que integram a cidade, propriamente o centro histórico, no meio urbano. Pois no meio rural, a freguesia que mais é conhecida, nesta amostra é a freguesia de S. Pedro de Tomar, provavelmente pelo facto de possuir em parte, a Barragem de Castelo do Bode e as praias fluviais que pelas margens do rio Zêzere se formaram.

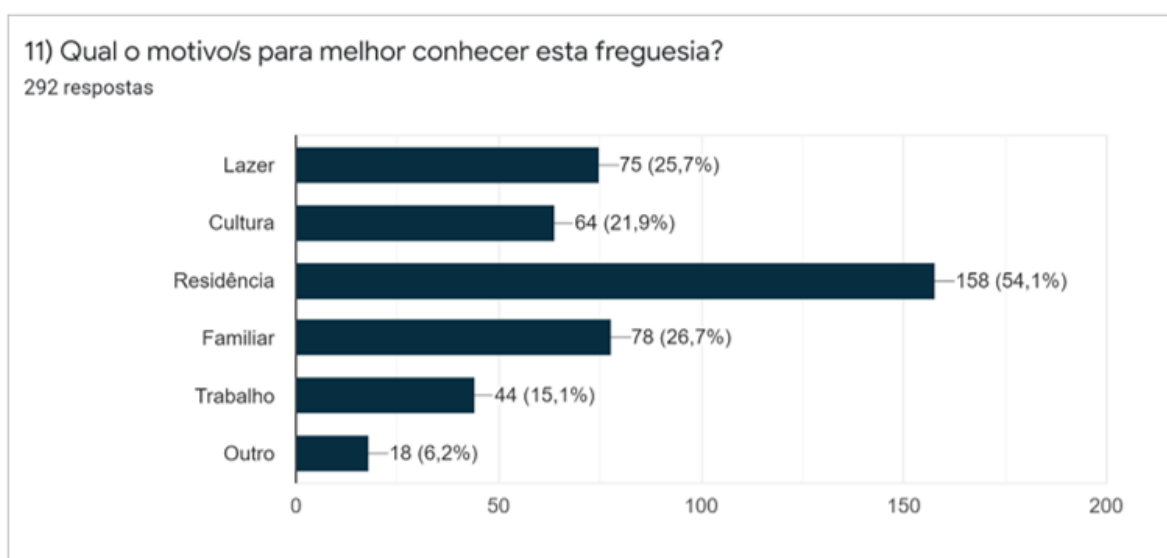


Gráfico 11. Motivos de conhecer melhor a freguesia.

Fonte: Elaboração própria (2021).

À questão “qual o motivo/s para melhor conhecer esta freguesia?”, no total dos 292 inquiridos, mais de metade responde que é a residência (54,1%), provavelmente o conhecer a freguesia, não equivale conhecer os bens patrimoniais a ela pertencentes. Por conseguinte, a opção “familiar” (26,7%) e “lazer” (25,7%), são outras respostas com um fluxo considerável para esta investigação. Em minoria, está a opção “outro” (6,2%), tendo o quadro 4 a finalidade de descrever quais os motivos, que menos motivam as pessoas a visitar as freguesias.

Se outro, qual:	
Estudar	6
Atividades lúdicas	4
Segunda residência	2
Residência de amigo	2
Associação	1

Quadro 4. Opção "outro" motivo de conhecer.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Analisando o quadro 4, observa-se que a deslocação em virtude académica (6 pessoas) para outras zonas que não a de residência, também é um motivo para conhecer outros locais, concretamente neste caso o concelho de Tomar. Assim como, a participação em atividades de cariz lúdico (4 pessoas) é uma oportunidade para enriquecer o conhecimento, inerente às freguesias, de forma particular as que, detém atividades relacionadas com o turismo de natureza.



Figura 21. Métodos de divulgação dos recursos patrimoniais.

Fonte: Elaboração própria (2021).

A figura 21, retrata as respostas citadas pelos 292 inquiridos, e corresponde à questão doze “Considera importante divulgar os recursos patrimoniais do concelho, como?”. É evidente ao observar-se a figura, que a maioria dos respondentes escreve meios de divulgação alusivos à inovação, mais propriamente às tecnologias de informação. Sendo esta questão de resposta aberta, é notório que existe uma quantidade diversificada de opiniões, portanto sistematizou-se

por tópicos, após se analisarem os questionários. A criação de um *site* (68 pessoas) e a conceção de uma aplicação *android* (53 pessoas), foram as opções mais mencionadas, o que leva a considerar que, as pessoas se possível antes de visitar algum local, recolhem de antemão a informação turística. Não excluindo assim, os instrumentos promocionais, por exemplo os folhetos informativos (27 pessoas) e os jornais (10 pessoas). Efetivamente ainda há pessoas a preferir os meios de divulgação clássicos (jornais, fotografias). Importa ainda salientar alguns anos atrás, a fotografia era uma das principais fontes de divulgação, e que atualmente parece estar a entrar em declínio, visto que da amostra populacional de 292 inquiridos, só uma pessoa optou por essa técnica de divulgação. É evidente que as novas tecnologias permitem a partilha de fotografias, mas porque não a tradicional fotografia na moldura? É curioso, em tempo de pandemia, serem apenas quatro pessoas a frisarem ser importante a divulgação através de visitas guiadas virtuais. Terão os *websites* através da digitalização de documentação retirado o lugar a uma visita virtual em tempo real? Todas as formas de divulgação são de facto, um meio de promoção turística, todavia a inovação tecnológica sobrepõem-se ao meio físico, daí ser pertinente neste caso em concreto, a criação de uma aplicação de mapeamento de recursos patrimoniais.



Figura 22. Palavras que caracterizam os recursos patrimoniais.

Fonte: Elaboração própria (2021).

A figura 22, traduz as palavras referentes à última pergunta do questionário “duas palavras que para si, caracterizem os recursos patrimoniais”, e analisando as palavras referidas pelos 292 inquiridos, concluí-se que todas se interligam entre si. Ora vejamos, os recursos patrimoniais são um legado, que os antepassados transmitiram às futuras gerações, logo detém um valor cultural. Cada recurso tem a sua história, possui de forma natural a sua beleza e contribui para a atratividade turística. A memória e a tradição, são fatores que definem o património, pelo facto de constituírem a identidade de um local. O turismo e a cultura, complementam-se uma vez que intensificam a atratividade das regiões, acabando por ser um elo para o conhecimento das mesmas. Os recursos patrimoniais integram a riqueza dos territórios, quer seja através da arte, estado de conservação, ou até mesmo pela sua autenticidade. O saber da sua existência, proporciona o ir visitar, podendo esta deslocação ser em lazer, trabalho, ou por meio da educação, nomeadamente visitas técnicas. A valorização dos recursos patrimoniais, agrega valor aos territórios, levando por conseguinte ao orgulho por parte da comunidade local.

5.2. Síntese dos resultados obtidos

Este tópico tem como principal objetivo, elaborar uma síntese aos resultados obtidos através da aplicação do questionário, a uma amostra populacional de 292 inquiridos.

A primeira parte do questionário, remete para a caracterização do inquirido, onde se referencia o género, a faixa etária, as habilitações literárias, a situação atual perante o trabalho, a nacionalidade, e por fim a indicação da residência dos inquiridos.

No que remete para o género e faixa etária, verifica-se que mais de metade dos inquiridos corresponde ao género feminino e que a faixa etária com mais incidência de resposta se localiza entre os 26 e 35 anos de idade, havendo um declínio nas idades até aos 18 anos e nos mais de 65 anos. No que se refere às habilitações literárias, a amostra populacional centra-se nos indivíduos que completaram o ensino básico, existindo um declive para o grau académico de doutoramento. Relacionado com a situação perante o emprego, conclui-se que a maioria dos inquiridos se encontram empregados, existindo um decréscimo perante a opção de resposta “reformados/pensionistas”. Também é correto afirmar que à exceção de cinco inquiridos, os restantes expressam ser da nacionalidade portuguesa. Nem todos os respondentes residem no

concelho de Tomar, existem respostas oriundas de diversos concelhos de residência, porém a seguir ao concelho de Tomar, a maioria reside no concelho do Entroncamento e Torres Novas. A segunda parte do questionário, tinha influência no concelho de Tomar e nas onze freguesias que o agregam, permitindo a recolção de dados estatísticos para confirmar ou revogar, os objetivos propostos nesta investigação, sendo estes de que forma o G-Turismo através do mapeamento dos recursos patrimoniais, contribuiria para a diversificação da oferta e valorização do território.

Inicia-se esta parte, com uma questão de escolha diversificada, de maneira a que a cada inquirido fosse permitido escolher todos os recursos que já visitaram no concelho de Tomar. A seleção dos recursos apresentados, foi resultado dos atrativos enunciados pelos presidentes de junta, nas entrevistas que lhe foram realizadas. O recurso que mais obteve visitas dentro da amostra populacional de 292 inquiridos, foi a Barragem de Castelo de Bode, aparecendo de seguida como o mais visitado, as praias fluviais desta albufeira. Todavia, os recursos menos visitados, foram a ponte do Ramil, a capela de S. Bartolomeu e o cruzeiro de S. Silvestre da Beselga. A principal motivação que levou as pessoas a irem visitar, foi a recomendação de alguém e a informação turística. No que alude para a experiência turística, estipulou-se quatro pontos, as acessibilidades, sinalética, segurança e conservação. Concluiu-se que de maneira unanime, todos os inquiridos classificam estes pontos como razoáveis, havendo apenas um mera incidência para a opção “mau” no que concerne à sinalética turística. Dos dados recolhidos, constata-se que a freguesia mais conhecida perante os respondente é a de Santa Maria dos Olivais, e de seguida a de S. João Baptista, ambas após a agregação coincidem com a junta urbana de Tomar. Optou-se por discriminar as freguesias de forma divisível anteriormente às agregações, para assim se puder entender qual seria a freguesia mais conhecida. Sublinha-se que as freguesias que menos são conhecidas são a de Além da Ribeira, Alviobeira e Beselga, aquelas que se encontram no meio rural a norte e oeste do concelho. O motivo de conhecerem as freguesias que apontaram, na maioria reporta-se pelo motivo de aí residirem, ou algum familiar. Relativamente à importância de divulgar os recursos patrimoniais, há inúmeras respostas, contudo a maioria recai sobre a utilização de um *website* e a criação de uma aplicação *android*, ou seja, através das novas tecnologias da informação. A escolha de folhetos informativos também foi opção de alguns inquiridos, provavelmente aqueles que preferem as técnicas de

promoção turística mais clássicas (jornais, fotografias). A última questão, seria para inferir o que para as pessoas, os recursos patrimoniais significam, uma pergunta de cariz pessoal mas que depois de analisadas as respostas, constatou-se que para a maioria, o património é uma herança cultural que traduz a história de um lugar, onde as memórias e a riqueza nele existentes, perfazem uma identidade.

5.3 Considerações finais

A inovação em turismo emerge pelo facto de os destinos turísticos terem a necessidade da competitividade, atendendo que cada vez mais os turistas procuram experiências diferenciadas, porém que atendam às suas expectativas. Para tal, tem de existir uma rentável gestão integrada do destino turístico, de maneira a que seja possível proporcionar aos turistas uma experiência de qualidade, fazendo com que estes se sintam integrados no local.

É evidente, a correlação que se verifica entre, a inovação e o turismo, visto que no paradigma atual da evolução dos territórios, a gestão e a interpretação dos recursos patrimoniais surge como um instrumento que sustenta a salvaguarda e a valorização da identidade de um lugar.

O turismo é um fator importante, no que remete para o desenvolvimento dos territórios, pois tem a primazia de os tornar competitivos, relativamente a outros territórios seus concorrentes.

Este projeto de investigação, tinha como principal objetivo a interligação, dos recursos patrimoniais (materiais) com a gestão integrada, resultando assim no G-Turismo (Geoespacial-Turismo). Pelo seu carácter inovador, o G-Turismo é um elemento diferenciador, pelo motivo de permitir uma diversificação da oferta turística, pois tem como função o mapeamento e georreferenciação de recursos patrimoniais (materiais). O desenvolvimento deste projeto de mestrado centra-se nos atrativos turísticos do concelho de Tomar, nomeadamente nos elementos patrimoniais das onze freguesias que o integram. Tem como função, proporcionar com maior facilidade, a identificação dos recursos, pois simplifica o acesso à informação por parte do turista, situado na sua localização específica. De modo a cumprir o objetivo da investigação, elaborou-se uma metodologia de projeto, onde primeiramente se faz o enquadramento teórico de alguns conceitos, e para melhor interpretação do estudo de caso, também se alude para a importância do poder local na valorização dos territórios. No capítulo dois, procurou-se perceber, como é que o património contribui para o desenvolvimento dos territórios, fazendo-se

referência a estratégias que o governo português concebeu, para impulsionar a procura turística (ET27) em território nacional. Neste capítulo, também se remete para as categorias de classificação do património, existentes no concelho de Tomar e por sua vez alude-se para a importância que o Convento de Cristo detém, como um fator potenciador de atratividade no concelho. No capítulo três, apresenta-se o estudo de caso, que integra este projeto de investigação, onde primeiramente se procede à contextualização do município, de seguida a uma breve contextualização histórica, de modo a perceber-se, a riqueza patrimonial que a cidade detém, e por fim existe a inventariação dos atrativos patrimoniais (materiais), que compõe as onze freguesias do concelho. Devida à vasta informação existente, esta inventariação teve como suporte o trabalho de campo, as informações dos presidentes de junta de freguesia, e finalmente a identificação dos recursos. Esta inventariação, teve por base parâmetros, tais como o estado de conservação do recurso, a acessibilidade, notoriedade e aqui estipulou-se discriminar apenas as igrejas, capelas, ermidas, fontes e outros demais patrimoniais importantes para o desenvolvimento turístico local. O capítulo quatro, suporta a viabilidade deste projeto de investigação, na medida em que apresenta o modelo concetual que foi utilizado para a elaboração da mesma, e também apresenta o mapeamento no QGIS dos recursos patrimoniais (materiais) pertencentes ao concelho de Tomar. O capítulo cinco, remete para a análise dos resultados inerentes ao questionário que se realizou, com fundamento de se perceber a importância do mapeamento dos atrativos turísticos, e também integra este capítulo a síntese dos resultados obtidos. Sendo de relevância salientar, o facto de os inquiridos mencionarem que a criação de um *website* e de uma aplicação, é uma forma importante para a divulgação dos atrativos turísticos. Também é notório realçar, que os inquiridos conhecem os recursos patrimoniais do concelho de Tomar, por terem sido recomendados por outras pessoas. Quer isto dizer, que independentemente de a maioria dos recursos patrimoniais não se encontrarem sinalizados com sinalética turística, ainda são visitados pelo motivo de recomendação. Sucintamente, também é de citar que as pessoas procuram o concelho de Tomar, por causa das abundantes praias fluviais, que a albufeira do Castelo de Bode contém.

No que concerne às limitações do estudo, verificou-se como dificuldade a proximidade da comunidade local, porém esta dificuldade resulta do estado pandémico em que o país se encontra atualmente. Outra limitação foi, o facto de não existir nenhuma inventariação do património

pertencente ao concelho, nem há essa descrição na CMT, nem nas juntas de freguesia. Acabou por dificultar a georreferenciação, na medida em que, muitos dos atrativos turísticos, encontravam-se conservados e preservados, porém não havia sinalética turística a indicar a sua existência, estando o seu alcance acessível apenas e só através do diálogo que se realizou com as pessoas que cruzaram comigo, e sem receio respondiam às minhas questões.

Alusivo aos contributos da investigação, esta permitiu perante as freguesias suscitar o interesse em promover o património material da freguesia, e também ter a prudência de salvaguardar o que é um legado transmitido, não o deixando ao abandono, como deparei esse acontecimento em bastantes recursos, principalmente em algumas fontes do concelho de Tomar.

Como contributo, também foram recolhidas sugestões advindas de artigos com avaliação por pares, sendo o primeiro intitulado “Inovação e(m) turismo: G-Turismo e desenvolvimento turístico sustentável”, para participação num Congresso em Cascais, que devido à pandemia foi remarcado para data a determinar. E um segundo artigo intitulado “ O G-Turismo aplicado à sustentabilidade dos territórios”, para a participação no VI Encontro Científico da UI&D, no ISLA de Santarém, onde foi apresentado numa comunicação *online*, pelo motivo pandémico que nos encontramos.

A evolução natural deste trabalho, será a criação de um geoportal ou uma aplicação móvel onde o mapeamento em QGIS efetuado para o concelho de Tomar, incorporando não só os recursos patrimoniais (materiais) e o alojamento local, mas também outros tipos de informação tais como, o turismo de aventura, turismo náutico, turismo desportivo, turismo de natureza, a restauração, entre outros, ficará disponível ao público em geral, podendo ser utilizado quer pelo turista, quer pelo poder local. Na prática este tipo de ferramentas permite o planeamento individual mais adequado às preferências de cada turista, e que deste forma potencie a preservação, de um maior número de elementos patrimoniais possível.

Referências bibliográficas

- Alonso, J., Castro, P., Gallego, M., & Crescente, R. (2006). *Avaliação do desenvolvimento de uma Infraestrutura de Dados Espaciais Local (IDEL): situação e percursos institucionais no território de fronteira NW Portugal – Galiza*. ESIG 2006, Oeiras.
- Ashworth, G., & Turnbridge, J. (1990). *The Tourist-Historic City*. London: Belhaven.
- Barranha, H. (2016). *Conferência Internacional sobre Conservação, 2000* cit. Barranha, p.26.
- Barreto, M. (1995). *Manual de Iniciação ao Turismo*, Papirus, Campinas.
- Benveniste, E. (1976). *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. V.1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Burrough, P. A. (1986). *Principles of Geographical Information Systems for Land Resources Assessment*. Oxford: Clarendon Press.
- Bywater, M. (1993). *The market for cultural tourism in Europe*, em *Travel and Tourism Analyst* n. °6, p. 30-46.
- Cabral, C. (2011). *Património Cultural Imaterial. Convenção da Unesco e seus Contextos*. Lisboa: Edições 70.
- Conferência Internacional sobre Conservação (2000). *Carta de Cracóvia – Princípios para a conservação e o restauro do património construído*.
- Cunha, L. (2001). *Introdução ao Turismo, Editorial Verbo*, Lisboa.
- Cunha, L. (2008). *Avaliação do Potencial Turístico*, *Journal of Tourism Studies*, Vol. 1, No.1, p.21-40.
- David, P. (1947). *Études historiques sur la Galice et le Portugal du V^e au XII^e siècle*. Lisboa: Livraria Portugália Editora. Paris: Les Belles-Lettres.
- Dias, J. (2017). *A Evolução Urbana de Tomar. De Selium a Carlos Ramos*. Porto: FAUP Publicações. 2017. p. 359.
- Dowling, R., K. & Newsome, D. (2018). *Geoturismo: Definição, características e perspetivas internacionais*. *Handbook of Geotourism*, p.1-25.
- ETC (European Travel Commission) (2005). *City Tourism & Culture-The European Experience*. ETC Research Report, N°2005/1.

- Lopes, E., Simões, J., & Nunes, M. (2020). *Turismo Cultural e Recursos Patrimoniais: evolução dos visitantes de um município*. (Org.) Figueira M. & Cortes, M. (2020), Turismo Patrimonial: o passado como experiência. Pelotas, Brasil (11-42).
- Fernandes, M. (2007). *A Ordem do Templo em Portugal: algumas considerações em torno das fontes para o seu estudo*. Revista da Faculdade de Letras. História, (8), p. 409-420.
- Ferreira, J. (1998). Direito do Património Histórico-Cultural. Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais. Atos Comunitários. Coimbra: CEFA.
- Funari, P., & Pinsky, J. (2005). *Turismo e património cultural*. 4.ªed. Contexto, São Paulo, p.7-11.
- Freixo, M. (2001). *Metodologia da pesquisa: fundamentos, métodos e técnicas*. 3.ª ed. Lisboa: Instituto Piaget.
- González, B., Freire, F., Morente, F., & Asensio, P. (2012). *Los sistemas de informacion geográfica y la investigación en ciencias humanas y sociales*. CSIC: Confederación Española de Centros de Estudios Locales.
- Haesbaert, R. (1997). *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF.
- Hose, A. (1995). *Selling the Story of Britain’s Stone. Environmental Interpretation*. 2º vol., p.16-17.
- ICOMOS. (1976). Carta de Turismo Cultural, relativa à Gestão dos Sítios Turísticos com Património Significativo.
- INE. (2006). *A Conta Satélite de Turismo para Portugal*. Lisboa, 21 de setembro de 2006.
- Ivanovic, M. (2008). *Cultural tourism*. Ken McGillivray, Cape Town, South Africa.
- Julião, P. (2004). *SIG e Organizações – Fatores chave para o Sucesso*. 1.ªs Jornadas SIG da Universidade de Aveiro.
- Kastenholz, E. & Corfu, A. (2005). *The impact of socio-demographics on tourist behavior: analyzing segments of cultural tourists visiting Coimbra*. Atlas Cultural Tourism Research Project.
- Larwood, J., & Prosser, C. (1998). *Geotourism, conservation and society*. Geologica Balcanica, 28(4), p. 97-100.

- Lowenthal, D. (1994). *Identity, Heritage and History*. Commemorations: The Politics of National Identity, Princeton, University Press, p. 40-57.
- Magalhães, F. (2005). *Museus, Património e Identidade: ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exposição*. Porto: Profedições.
- Mallor, E., González, M., & Fayos, T. (2013). *Qué es y cómo se mide el Turismo Cultural? Un estudio longitudinal con series temporales para el caso Español*. PASOS: Turismo y Patrimonio Cultural, 11(2), p. 269-284
- Martín, D. (1999). *Las tecnologías de la información y el turismo*. Estudios Turísticos, n.º 142, Instituto de Estudios Turísticos, Madrid, p. 3-24.
- Martins, G. (2009). *Património, Herança e Memória - A cultura como criação*. Lisboa: Gradiva.
- Melucco, A., & Misiani, A. (2000). *Definição de Património*. In *Carta para a Conservação e o restauro do Património Construído*. Conferência internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000”, p. 3.
- Miranda, J. (2010). *Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas*. 2.ª ed. Revista e atualizada. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, p. 425.
- Mckercher, B., & Cros, H. (2002). *Cultural Tourism: the partnership between tourism and cultural heritage management*. THHP, New York, London, Oxford.
- Mill, R., & Morrison, A. (2002). *The tourism system*. Dubuque: Kendall/ Hunt Publishing Company.
- Paiva, O. (2016). *Autenticidade e Centros Históricos Património Mundial. Contributo para explicar a redundância – uma abordagem multigrupos*. Tese doutoramento. Universidade de Coimbra.
- Peixoto, P. (2006). *O Património Mata a Identidade*. In Peralta E. & Anico, M. (Orgs). Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas, Oeiras: Celta. p. 66.
- Ratzel, F.(1990) *Geografia do homem (Antropogeografia)*. In: Moraes, A., C., R. (Org.). São Paulo: Ed. Ática, p.32-107 (Col. Grandes Cientistas Sociais).
- Ribeiro, G. (2009). *A Geografia testemunha a História: paisagem, região e interdisciplinaridade em Marc Bloch*. Revista de História Regional, 14(2): p. 7-28.
- Richards, G. (1996). *Cultural Tourism in Europe*. CABI, Wallingford, United Kingdom.

- Richards, G. (2004). *Nuevos caminos para el turismo cultural? PASOS: Turismo y Patrimonio Cultural*, 11(2), p. 269-284.
- Richards, G. (2004): *The festivalisation of society or the socialisation of festivals: the case of Catalunya*. Ed. Cultural Tourism: globalising the local – localising the global. Tilburg: ATLAS, p.187-201.
- Richards, G. (2013). “*Cultural Tourism*”. In Blackshaw, T. Ed. Routledge Handbook of Leisure Studies. Routledge, London, p. 483-492.
- Rodrigues, M. L., Machado, C. R., & Freire, E. (2011). *Geotourism routes in urban áreas: a preliminar approach to the Lisbon geoheritage survey*. *GeoJournal of Tourism and Geosites*, 8(2), p. 281-294.
- Rosa, A. (1965). História de Tomar. 1º Volume. (1.ª edição) Gabinete de estudos Tomarenses.
- Rosa, A. (1988). Histórias de Tomar. 2º Volume. (2.ª edição) Fabricas Mendes Godinho, SA – Tomar.
- Santos, I. (2004). *Tomar - Cidade Templária*. Gabinete de Publicações, CMT.
- Serra, J., Marujo, N., & Borges, M. (2012). *Turismo Cultural: motivações e experiências dos turistas brasileiros em Évora*. In Cunha-Rocha, S. et al (Eds.), *Tópicos Transatlânticos: emergência da lusofonia num mundo plural*. Universidade de Évora, p. 43-53.
- Silvestre, H., & Araújo, F. (2012). *Metodologia para a Investigação Social*. Lisboa: Escola Editora.
- Stokes, A., Cook, S.D., & Drew, D. (2003). *Geotourism: The New Trend in Travel*. Travel Industry America and National Geographic Traveler.
- Stueve, A., Cooks, S., D. & Drew, D. (2002). *The Geotourism Study: Phase I. Executive Summary*. Washington: Travel Industry Association of America.
- Theobald, W. (1998). *The meaning, scope and measurement of Travel and Tourism*. 3.ª Ed. Maryland Heights, MO: ElsevierBoston: Butterworth-Heinemann.
- Torres, N. (2007). *Gestão do Património Histórico e Desenvolvimento Urbano Sustentável: Políticas Públicas para o incremento do Turismo em Curitiba*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil.
- Toselli, C. (2006). *Algunas reflexiones sobre el turismo cultural*. *Pasos - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. 4 (2), p. 175-182.

Trincão, C. (2016). *História de Tomar para os mais novos*. 18 de abril. 1ª Edição: Tomar.

Turismo de Portugal, I. P. (2017). *Estratégia Turismo 2027*. Turismo de Portugal.

UNWTO (2001) - *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework*. World Tourism Organization, Madrid, Spain.

Vaquero, M. (2006). *La ciudad histórica como destino turístico*. Ariel, Barcelona.

Xin, S., Tribe, J., & Chambers, D. (2013). *Conceptual Research in Tourism. Annals of Tourism Research*, 41, pp. 66-88.

Weaver, D., & Lawton, L. (2006). *Tourism management*. 3rd Edition. Milton: John Wiley and Sons.

Legislação

Decreto n.º 49/79, de 6 de junho - Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural - 23 de novembro de 1972.


Decreto de Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro e Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro de 2013, Reorganização administrativa do território das freguesias (RATF).

Decreto de Lei n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10 – Artigo 235.º, Decreto de Aprovação da Constituição da República Portuguesa.

Legislação para património cultural, da Lei do Património Cultural, lei n.º 107/2001, de 8 de setembro e do Decreto n.º 139/2009 de 15 de junho).

Anexos

Anexo A: Inquérito por Questionário-Página de acesso.



“O G-Turismo aplicado à gestão dos recursos patrimoniais: um estudo de caso sobre o concelho de Tomar”.

Este questionário faz parte de um trabalho académico de mestrado em Gestão do Instituto Politécnico de Tomar sobre o tema “O G-Turismo aplicado à gestão integrada dos recursos patrimoniais: um estudo de caso sobre o concelho de Tomar”. Todos os dados serão exclusivamente usados para propósitos académicos e tratados no respeito rigoroso da confidencialidade dos inquiridos. Agradeço desde já a colaboração.

*Obrigatório

Endereço de email *

Parte I - Identificação

1) Género *

Masculino
 Feminino

2) Idade *

< 18
 19 - 25
 26 - 35
 36 - 45
 46 - 55
 56 - 65
 > 65

3) Habilitações Literárias *

Ensino Básico
 Ensino Secundário
 Licenciatura
 Mestrado
 Doutoramento
 Outra

4) Situação perante o trabalho: *

Empregado
 Estudante
 Desempregado
 Reformado / Pensionista
 Outra

5) Nacionalidade *

A sua resposta _____

6) Reside no concelho de Tomar? *

Sim
 Não

Se respondeu não, indique qual:

A sua resposta _____

7) Da lista abaixo, indique todos os recursos patrimoniais que já visitou no concelho de Tomar? *

- Aqueduto dos Pegões
- Ponte de Pêniche
- Cantão do Agraal
- Praças fluviais da albufeira de Castelo do Bode
- Barragem do Carril
- Moinhos de Vento
- Capela de Santo António no lugar dos Fortes
- Barragem de Castelo do Bode
- Igreja Matriz de Carquejães
- Convento Franciscano de Santa Cita
- Igreja Matriz de Assericeira
- Anta do Vale da Lage
- Ponte Romana do Chocapalhaes
- Capela de S. Bartolomeu

- Capela de Santo António - Levegada
- Felvunho de Paialho
- Igreja Matriz de Carrazede
- Sinagoga
- Convento de Cristo
- Igreja de Santa Maria dos Olivares
- Roda do Mouchão
- Casa da Quinta da Granja
- Gruta do Caldénio
- Capela das Lapas
- Ponte Romana da Fôvora
- Igreja Matriz de Alviobeira
- Ponte de Ceras
- Cruzeiro de S. Silvestre de Beselga
- Igreja Matriz da Beselga
- Quinta da Anunciada Velha

- Ponte do Ramil
- Igreja Matriz das Oitavas
- Capela de S. José - Amêndos

8) O que o motivou para a visita? *

- Informação nas redes sociais
- Motivos profissionais
- Recomendação de alguém
- Visita anterior
- Informação turística
- Escola
- Outros

Se outros, quais:

A sua resposta _____

9) Na sua experiência turística, classifique as seguintes opções: *

	Boa	Razoável	Má
Acessibilidades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sinalética	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Segurança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conservação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10) Da lista apresentada, indique qual a freguesia que MELHOR conhece? *

- Além da Ribeira
- Alviobeira
- Asseiceira
- Beselga
- Carregueiros
- Casais
- Junceira
- Madalena
- Ólhalhas
- Palalvo
- Pedreira
- Sabacheira
- Santa Maria dos Olivais

- São João Baptista
- São Pedro de Tomar
- Serra

11) Qual o motivo(s) para melhor conhecer esta freguesia? *

- Lazer
- Cultura
- Residência
- Familiar
- Trabalho
- Outro

Se outro, qual?

A sua resposta _____

12) Considera importante divulgar os recursos patrimoniais do concelho, como? *
(Ex. Website, iniciativas/atividades, aplicação (APP), folhetos informativos, entre outros)

A sua resposta _____

13) Duas palavras que para si, caracterizem os recursos patrimoniais *

A sua resposta _____

Grata pela participação!

Andreia Bernardo

Anexo B: Guião da Entrevista – Chefe da Divisão de Turismo e Cultura – CMT

Chefe de Divisão de Turismo e Cultura, Ana Sousa

Esta entrevista faz parte do trabalho de dissertação integrado no mestrado em Gestão no Instituto Politécnico de Tomar sobre o tema " O G-Turismo aplicado à gestão integrada dos recursos patrimoniais: um estudo de caso sobre o concelho de Tomar".

- 1) Quais as potencialidades turísticas (recursos) que existem no concelho?
- 2) Quais são as estratégias da autarquia para o setor turístico? Existe um PDM para o setor?
- 3) Que responsabilidades a Câmara Municipal de Tomar, detém ao nível da preservação do património?
- 4) Existe um levantamento / inventariação de todos os recursos patrimoniais (materiais) provenientes do concelho de Tomar?
- 5) Os atrativos turísticos do concelho encontram-se identificados com tipologia turística?
- 6) Em que medida, será possível, através do património, promover o desenvolvimento local?
- 7) A construção de uma ferramenta G-Turismo(espacial-turismo), contribuiria para a gestão e valorização dos recursos patrimoniais (materiais)?
- 8) Existe alguma aplicação android, capaz de mapear os recursos patrimoniais integrados no concelho de Tomar? Estão descritos na oferta cultural?

Grata pela colaboração!

Andreia Bernardo

Anexo C: Guião das Entrevistas realizadas às entidades

Senhor Presidente da Junta de Freguesia

Esta entrevista faz parte do trabalho de dissertação integrado no mestrado em Gestão no Instituto Politécnico de Tomar sobre o tema " O G-Turismo aplicado à gestão integrada dos recursos patrimoniais: um estudo de caso sobre o concelho de Tomar".

- 1) Sr. Presidente, quais as potencialidades turísticas (recursos) que existem nesta junta de freguesia?
- 2) Que estruturas e infraestruturas apoiam turisticamente a freguesia?
- 3) Quais são as estratégias que a junta de freguesia, utiliza para promoção e valorização dos recursos patrimoniais?
- 4) Em que medida, será possível, através do património, promover o desenvolvimento local?
- 5) Os atrativos turísticos, intrínsecos à freguesia, encontram-se identificados com tipologia turística? Existe uma inventariação de todos os recursos (materiais)?
- 6) A construção de uma ferramenta G-Turismo(geoespacial-turismo), contribuiria para a gestão e valorização dos recursos patrimoniais (materiais)?
- 7) Existe alguma aplicação android, capaz de mapear os recursos patrimoniais integrados no concelho de Tomar? Estão descritos na oferta cultural?

Grata pela colaboração!

Andreia Bernardo

Anexo D: Classificação do Património existente no Concelho de Tomar 3.ª fase de revisão do PDMT, disponível pela CMT, outubro de 2019.

Fonte: Autoria própria (2020), PDMT

São João Baptista	
Identificação	Classificação
Convento de Cristo	MN / PM
Fachada Quinhentista (Casa Manuel de Guimarães)	MN
Janela de Cunhal Quinhentista (Posto de Turismo)	MN
Castelo de Tomar	MN
Igreja Matriz de São João Baptista	MN
Ermida de Nossa Senhora da Conceição	MN
Capela de São Lourenço	MN
Padrão de D. João I	MN
Antiga Sinagoga de Tomar	MN
Cardais – ruínas ditas de Nabância	MN
Cerca do Convento de Cristo / Mata dos 7 Montes	IIP
Edifício dos Estaus	IIP
Edifício dos Paços do Concelho	IIP
Fonte de São Lourenço e Terreiro Anexo	IIP
Padrão de D. Sebastião	IIP

Pelourinho de Tomar	IIP
Igreja de São Francisco e Claustro	IIP
Capela de São Gregório	IIP
Casa da Quinta da Granja	IIP
Palácio de Alvaiázere	IIM
Casa Vieira Guimarães	IIM
Centro Histórico da Cidade de Tomar	n.c
Açude dos Frades	n.c
Antiga Escola Superior de Tecnologia	n.c
Antigo Hospital de São Brás	n.c
Palácio D. Maria da Silveira	n.c
Club Thomarense/ Edifício do Café Paraíso	n.c
Casa dos Tetos	n.c
Casa dos Cubos	n.c
Casa Berço Maria de Lurdes de Mello e Castro	n.c
Casa Memório Fernando Lopes Graça	n.c
Coreto	n.c
Casa “ <i>Belle Époque</i> ”	n.c
Edifício da Antiga Gráfica de Tomar	nc
Casa Havaneza	n.c

Edifício da Pastelaria Estrelas de Tomar	n.c
Edifício da Farmácia Torres Pinheiro	n.c
Edifício da Entidade Regional de Turismo	n.c
Edifício do Antigo “Hotel União”	n.c
Edifício Mouzinho	n.c
Edifício do Barateiro	n.c
Cineteatro Paraíso	n.c
Edifício do Posto de Turismo de Tomar	n.c
Fonte da Prata	n.c
Fonte de São Gregório	n.c
Padrão Filipino	n.c
Palácio Alvim	n.c
Solar dos Calça Perra	n.c
Palácio da Justiça	n.c
Palácio dos Almeidas	n.c
Palácios dos Velhos de Macedo	n.c
Palácio Residencial	n.c
Ponte de D. Manuel I	n.c
Casa na Rua Dr. Joaquim Jacinto nº 67/71	n.c
Lagares D’el Rei	n.c
Moagem Portugália/Fábrica Mendes Godinho	n.c
Roda Hidráulica do Mouchão	n.c
Quinta da Anunciada Nova	n.c

Ermida de Nossa Senhora da Piedade	n.c
Igreja e Hospital da Misericórdia	n.c
Passos da Via Sacra	n.c
Estrada do Prado – Estação superfície	n.c
Juncais de Baixo – Habitat temporário	n.c
Ponte Velha	n.c
Tribunal de Tomar	n.c
Museu da Levada	v.c
Edifício da Geradora (maquinaria e acessórios)	v.c
Santa Maria dos Olivais	
Identificação	Classificação
Igreja de Santa Maria do Olival	MN
Capela de Santa Iria (capela lateral e portal)	MN
Arco das Freiras	IIP
Pego de Santa Iria	IIP
Convento de Santa Iria	IIP
Fórum Romano	IIP
Açude da Fábrica de Fiação	IIP
Bairro operário	n.c
Edifício de Habitação	n.c
Palácio dos Vales	n.c
Praça de Touros	n.c
Quinta das Avestadas	n.c

Fábrica da Fiação	n.c
Colégio Nun'Alvares	n.c
Capela de Santa Marta	n.c
Capela de Santo António	n.c
Torre Sineira da Igreja St. ^a M. ^a dos Olivais	n.c
Estação Arqueológica / Necrópole Medieval	n.c
Cabeço dos Cardais – Estação superfície	n.c
Casal Cordeiro – Estação superfície	n.c
Outeiro dos Frades – Estação superfície	n.c
Ponte de Peniche	n.c
Ponte do Casal do Alecrim	n.c
Além da Ribeira	
Identificação	Classificação
Fervença	n.c
Ponte da Póvoa I	n.c
Ponte e Lagar do Casal Velho	n.c
Azenha e Ponte do Curto	n.c
Antiga Fábrica Sobreirinho	n.c
Capela das Lapas	n.c
Capela de São Lourenço	n.c
Gruta do Morgado	n.c
Gruta dos Morcegos	n.c
Lapa dos Ossos / Gruta dos Ossos	n.c

Gruta da Penha da Moura / Gruta da Moura	n.c
Gruta de Nossa Senhora das Lapas	n.c
Sepulturas na rocha	n.c
Carvalho – casal e sepulturas	n.c
Gruta do Sobreirinho	n.c
Enxofreira	n.c
Fissura da Azenha Velha	n.c
Alviobeira	
Identificação	Classificação
Nexebra Velha	n.c
Açude de Chão das Eiras	n.c
Açude do Alqueidão	n.c
Casa da Eira – Solar	n.c
Fonte e Lavadouro Público	n.c
Ponte de Ceras	n.c
Lagar de Azeite de Ceras	n.c
Capela de Nossa Senhora da Ajuda	n.c
Igreja Matriz de São Pedro	n.c
Proto – Castelo de Ceras	n.c
Asseiceira	
Identificação	Classificação
Asseiceira	n.c
Fontanário / Fonte de Santo António	n.c

Padrão comemorativo – Batalha da Asseiceira	n.c
Ponte da Matrena	n.c
Ponte da Guerreira	n.c
Quinta da Beselga ou de Cima	n.c
Quinta da Matrena	n.c
Quinta da Ravina	n.c
Quinta da Vera Cruz	n.c
Quinta do Valle ou de Sant’Ana da Guerreira	n.c
Fábrica com açude da Matrena	n.c
Capela de Santo António	n.c
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação	n.c
Igreja do antigo Convento de Santa Cita	n.c
Horta da quinta da Beselga	n.c
Santa Cita (estação de ar livre)	n.c
Capela Velha	n.c
Beselga	
Identificação	Classificação
Casal de Paraísos	n.c
Pátio e Palheiros em Pedra	n.c
Capela da Carregueira	n.c
Cruzeiro de São Silvestre da Beselga	n.c
Igreja Matriz da Beselga	n.c
Villa de São Silvestre da Beselga	n.c

Carregueiros	
Identificação	Classificação
Aqueduto do Convento de Cristo	MN
Carregueiros	n.c
Casa de Águia	n.c
Ponte dos Pegões I	n.c
Ponte dos Pegões II	n.c
Ponte Romana do Ribeiro de Carregueiros	n.c
Ponte Romana de Vale de Carvalho	n.c
Quinta Nova da Raposa	n.c
Forno de Cal	n.c
Capela de Santo Amaro	n.c
Igreja Matriz de São Miguel Arcanjo	n.c
Aqueduto do Convento de Cristo – Brasões	n.c
Povoado dos Pegões	n.c
Ponte de Vale de Figueira	n.c
Casais	
Identificação	Classificação
Sítio Arqueológico do Cabeço da Pena	v.c
Calvinos	n.c
Pintado	n.c
Casa de Habitação	n.c
Fonte da Pesqueira	n.c

Ponte de Peniche	n.c
Quinta dos Ganados	n.c
Quinta do Pintado	n.c
Capela dos Calvinos	n.c
Capela de Nossa Senhora dos Remédios	n.c
Capela de Santo Antão	n.c
Capela da Torres	n.c
Capela de Santo Isidoro	n.c
Igreja Matriz de Nossa Senhor do Reclamador	n.c
Sepulturas brasonadas	n.c
Pequeno trecho de calçada romana	n.c
Outeiro Franco – Casal Rústico	n.c
Seixeira – Estação de ar livre	n.c
Casal das Gazelas – povoado	n.c
Casal do Acipreste – Casal Rústico	n.c
Ponte dos Casais	n.c
Junceira	
Identificação	Classificação
Casa da Família Baptista dos Santos	n.c
“Casa do Brasileiro”	n.c
Fonte de D. João	n.c
Ponte na Ribeira da Lousã	n.c
Antigo Lagar de Azeite da Junceira	n.c

Capela de São Simão	n.c
Igreja Matriz de São Mateus	n.c
Alta pedra – Santuário proto-histórico	n.c
Cadeiras dos mouros	n.c
Corredor dos mouros	n.c
Minas do Poço Redondo	n.c
Sepulturas – Paixinha	n.c
Vales – Sepulturas	n.c
Ponte Romana do Casal do Mato	n.c
Ponte dos Vales	n.c
Ponte do Chocopalhas	n.c
Madalena	
Identificação	Classificação
Quinta da Anunciada Velha	IIM
Cem Soldos	n.c
Ponte do Ramil	n.c
Ponte de Cerzedo	n.c
Quinta do Casal das Freiras	n.c
Capela de Nossa Senhora da Saúde	n.c
Capela de Santa Marta	n.c
Igreja de Cem Soldos	n.c
Igreja da Madalena	n.c
Casais da Capela – vestígios de villa	n.c

Villa Rústica de São Pedro de Caldelas	n.c
Anunciada Velha do Choupal – habitat	n.c
Cabeço do Paz – estação superfície	n.c
Bezelga / Becelga – povoado	n.c
Mata – estação de ar livre	n.c
Casal Monte Agudo	n.c
Casal em Porto da Laje	n.c
Olalhas	
Identificação	Classificação
Pipas	n.c
Vale Lourenço	n.c
Açude	n.c
Casa de Habitação com Alpendre	n.c
Casa de Habitação	n.c
Casa de Habitação da família Soeiro	n.c
Quinta de São José dos Montes	n.c
Capela de Nossa Senhora da Piedade	n.c
Capela de Nossa Senhora da Saúde	n.c
Capela de Santa Luzia	n.c
Capela de Santo Sofia	n.c
Ermida de Santo António	n.c
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	n.c
Paialvo	

Identificação	Classificação
Pelourinho de Paialvo	IIP
Paialvo	n.c
Antiga Sede da J.F. de Paialvo	n.c
Casa de Habitação	n.c
Escola Primária de Carrazede	n.c
Fonte de Nossa Senhora da Conceição	n.c
Ponte Romana sobre a ribeira de Pé de Cão	n.c
Quinta do Almotacé-mor	n.c
Antigos Paços do Concelho de Paialvo	n.c
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	n.c
Igreja de Paialvo	n.c
Capela de Santa Catarina	n.c
Capela de São Sebastião	n.c
Santa Catarina – vestígios	n.c
Santos Mártires – vestígios diversos	n.c
São Cristóvão – vestígios de villa romana	n.c
Bexiga – vestígios de villa	n.c
Casal Novo – vestígios de villa tardo-romana	n.c
Casal Martinho – vestígios de villa tardo-romana	n.c
Casal Salgueiro – via	n.c
Cruzeiro de Carrazede	n.c

Pedreira	
Identificação	Classificação
Casa da Quinta da Granja	IIP
Gruta do Caldeirão	v.c
Pedreira	n.c
São Simão	n.c
Açude de estacaria e caleira	n.c
Ponte do Prado	n.c
Antiga Fábrica do Sobreirinho	n.c
Fábrica de Papel do Prado	n.c
Capela de Nossa Senhora da Conceição	n.c
Capela de São Simão	n.c
Igreja Matriz de Nossa Senhora das Neves	n.c
Buraca das Andorinhas	n.c
Covão da Arrascada	n.c
Gruta do Cadaval	n.c
Gruta da Pedreira do Sobral	n.c
Fonte da Romã – Povoado e sepultura	n.c
Pia dos Moribundos	n.c
Carreira de Tiro – estação superfície	n.c
Povoado da Fonte Quente	n.c
Povoado da Arrascada	n.c
Ponte de Peniche	n.c

Quinta da Granja – estação arqueológica	n.c
Casal – Quinta da Granja II	n.c
Casal Rústico – Vale de Rodas	n.c
Sabacheira	
Identificação	Classificação
Cassinheira	n.c
Vale Meão	n.c
Antiga Casa de Alberto Pinheiro	n.c
Casa em Pedra	n.c
Ponte de Pedra	n.c
Quinta de Monchite	n.c
Lagar e Moinho de Água	n.c
Antigo Convento e Capela	n.c
Capela de Nossa Senhora da Piedade	n.c
Capela de Nossa Senhora dos Remédios	n.c
Capela de Santa Marta	n.c
Capela de Santo António	n.c
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	n.c
Anta da Igreja Vale dos Ovos	n.c
Gruta da Mendacha	n.c
Gruta do Vale Freixo	n.c
S. Pedro de Tomar	
Identificação	Classificação

Fontainhas	n.c
Fortes	n.c
Casa da Família Vicente Martinho	n.c
Quinta do Ó	n.c
Azenha com Açude	n.c
Lagar e Açude “do Padre”	n.c
Barragem do Castelo de Bode	n.c
Capela de Santo António	n.c
Igreja Matriz de São Pedro	n.c
Vestígios de Villa Tardo-Romana	n.c
Casal Rústico Leiria / Chã da Poldra	n.c
Portela – casal rústico	n.c
Ponte da Ribeira da Ponte de Pedra	n.c
Serra	
Identificação	Classificação

Figueira Redonda	n.c
Antiga Escola de Outeiro do Forno	n.c
Casa	n.c
Fonte de Santo António	n.c
Ponte romana em Vila Nova	n.c
apela de Nossa Senhora da Conceição	n.c
Capela de Santo António	n.c
Capela de São Bartolomeu	n.c
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação	n.c
Anta de Vale da Laje	n.c
Demesenda	n.c
Paredes da Aguda – Povoado fortificado	n.c
Anta das Pedras Negras	n.c
Abadia – Povoado fortificado	n.c
Alto da Silveira – Vestígios de superfície	n.c

Legenda:	IIP – Imóvel de Interesse Público
MN – Monumento Nacional	v.c – Vias de Classificação
IIM – Imóvel de Interesse Municipal	n.c – Não Classificado